



**UNIVERSIDADE
E D U A R D O
MONDLANE**

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

Curso de Licenciatura em Organização e Gestão da Educação à Distância

Monografia

**Avaliação do Impacto da Revisão Curricular à luz da Lei n.º 26/22, de 29 de dezembro, do
Ensino Técnico Profissional na vida socioeconómica dos formandos: Caso dos cursos do
Instituto Médio São Francisco de Assis, distrito de Marracuene, província de Maputo
(2021-2024)**

Arlete Fabião Zimba

Maputo, Fevereiro de 2026

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

Licenciatura em Organização e Gestão da Educação

Monografia

Avaliação do Impacto da Revisão Curricular à luz da Lei n.º 26/22, de 29 de dezembro, do Ensino Técnico Profissional na vida socioeconómica dos formandos: Caso dos cursos no Instituto Médio São Francisco de Assis, Distrito de Marracuene, província de Maputo (2021-2024)

Monografia apresentada ao Departamento de Organização e Gestão da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane, em cumprimento dos requisitos parciais para obtenção do grau de Licenciatura em Organização e Gestão da Educação.

Supervisor: Mestre Ernesto Kombo

Maputo, Fevereiro de 2026

Arlete Fabião Zimba

Análise do Impacto da Revisão Curricular à luz da Lei n.º 26/22, de 29 de dezembro, do Ensino Técnico Profissional na vida socioeconómica dos formandos: Caso dos cursos no Instituto Médio São Francisco de Assis, Distrito de Marracuene, província de Maputo (2021-2024)

Comité de Júri

O Presidente

O Supervisor

O Oponente

Maputo, _____ de _____ de 2026

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, Arlete Fabião Zimba, declaro por minha honra, que este trabalho de monografia nunca foi apresentado, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau ou num outro âmbito e que constitui o resultado da minha investigação, estando no texto e nas referências bibliográficas as fontes utilizadas.

Maputo, Fevereiro de 2026

(Arlete Fabião Zimba)

DEDICATÓRIA

Dedico a presente monografia aos meus filhos, Arnel e Anael Tsambi. São a minha força motriz e, mesmo diante da dor da perda do meu amado esposo, encontro neles a coragem necessária para superar as adversidades da vida quotidiana.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus pelo dom da vida.

Ao meu esposo, Nelson António Tinga Tsambi (em memória), expresso a minha eterna gratidão pelo incentivo que me deu durante os quatro anos de formação. Recordo com emoção as suas palavras: “Estuda filha, sinto que ficarás a cuidar dos pequenos sozinha” Essas palavras transformaram-se em força e propósito, tornando-se a minha bússola até à conclusão deste trabalho.

Agradeço aos meus pais, Fabião Júlio Zimba (em memória) e Albertina Muguambe, pela educação e pelos ensinamentos sobre o valor da persistência e do trabalho honesto. Estendo o meu agradecimento aos meus filhos, Plínio, Yuny, Arnel e Anael, que me perguntavam: “mãe tens aulas hoje”?

Ao meu supervisor, o Mestre Ernesto Kombo, que é incansável, paciente e compreensivo, e que mantém sempre um diálogo construtivo. É um exemplo de dedicação, humildade e compromisso com o nosso sucesso. Agradeço-lhe profundamente.

Obrigado ao carismático Dr. Lourenço Chipire, sempre de bom humor, a quem carinhosamente chamamos de “pai da turma 01”, que com humildade e justiça conduziu o curso com sabedoria e espírito de inclusão, livre de tribalismos. Obrigado aos docentes do curso pelo empenho, partilha de conhecimentos e dedicação constante ao ensino e às pautas, entregues em tempo recorde, e em especial ao Dr. Nelson Buque pela ajuda prestada na orientação do tema, cuja a intervenção contribuiu para a melhor estruturação deste trabalho.

Gostaria também de expressar a minha gratidão à minha irmã, Efigência Zimba, por me ter incentivado a estudar na Universidade Eduardo Mondlane, (UEM) e a Emelda Massunda, que considero uma presença enviada pelo universo nos momentos mais desafiantes do meu percurso académico.

Por fim, agradeço aos colegas da Licenciatura em Organização e Gestão da Educação (LOGED) 2020, turma 01, pela força e apoio ao longo da minha jornada académica, bem como à direcção do Instituto Médio São Francisco de Assis, formadores e formandos, pela compreensão e apoio na recolha de dados.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição da população	21
Tabela 2. Distribuição da amostra	22

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição dos formandos por género	23
Gráfico 2 - Distribuição dos formandos por faixa etária	24
Gráfico 3 - Distribuição dos formandos por níveis de certificação vocacional	24
Gráfico 4 - Distribuição dos formandos por cursos	25
Gráfico 5- Distribuição dos formadores por género	25
Gráfico 6- Distribuição dos formadores por faixa etária	26
Gráfico 7- Distribuição dos formadores por nível académico	26
Gráfico 8 - Distribuição dos formadores por anos de experiência no ETP	27
Gráfico 9 - Distribuição dos antigos formandos por género	27
Gráfico 10 - Distribuição dos antigos formandos por faixa etária	28
Gráfico 11- Distribuição dos antigos formandos por curso frequentado	28
Gráfico 12 - Distribuição dos membros da CL por género	29
Gráfico 13- Distribuição dos membros da CL por faixa etária	29
Gráfico 14 - Distribuição dos membros da CL por nível de escolaridade	30
Gráfico 15 - Contacto com o conteúdo da Lei nº 26/2022	31
Gráfico 16 - Como teve acesso ao conteúdo da lei	31
Gráfico 17 - Mudanças curriculares observadas após a introdução da lei	32
Gráfico 18 - Como avalia o processo de implementação do novo currículo no instituto	33
Gráfico 19 - Envolvimento dos formadores nas decisões sobre a transição curricular	33
Gráfico 20 - Considera o novo currículo ajustado as realidades locais e necessidades da comunidade	34
Gráfico 21- O descontinuo dos cursos práticos afectaram as oportunidades de formação dos jovens locais	34
Gráfico 22 - O novo currículo promove o desenvolvimento de competências relevantes para o mercado de trabalho	35

<u>Gráfico 23 - As actuais mudanças curriculares contribuem para inclusão social e económica dos formandos</u>	36
<u>Gráfico 24 - Conhecimento da nova Lei do Ensino Técnico Profissional</u>	36
<u>Gráfico 25 - Como soube da nova lei do Ensino Técnico Profissional</u>	37
<u>Gráfico 26 - Percepção de mudanças no curso, após a reforma curricular</u>	37
<u>Gráfico 27 - Mudanças observadas no curso, após a reforma curricular</u>	38
<u>Gráfico 28 - Dos cursos extinguidos, quais considera úteis para a comunidade</u>	38
<u>Gráfico 29 - Frequentou o instituto antes ou depois da introdução da nova lei do ETP</u>	39
<u>Gráfico 30 - Sentiu alguma diferença na estrutura do curso após as mudanças curriculares</u> ..	40
<u>Gráfico 31 - Considera que o ensino recebido foi adequado às necessidades do mercado de trabalho local</u>	40
<u>Gráfico 32 - Já ouviu falar da nova lei do ETP</u>	41
<u>Gráfico 33 - Desde a reforma, notou alguma mudança nos cursos oferecidos pelo instituto</u> ..	41
<u>Gráfico 34 - O novo currículo ajuda a se preparar melhor para o mercado de emprego</u>	43
<u>Gráfico 35 - Com o novo currículo, ficou mais fácil ou difícil encontrar estágios ou oportunidades de prática</u>	44
<u>Gráfico 36 - A descontinuidade de cursos práticos diminui as oportunidades de emprego para os jovens da comunidade</u>	45
<u>Gráfico 37 - O novo currículo valoriza as necessidades e a realidade económica da sua comunidade</u>	45
<u>Gráfico 38 - As mudanças curriculares introduzidas pela nova lei se adequam a realidade socioeconómica de Marracuene</u>	46
<u>Gráfico 39 - Houve melhoria na qualidade do ETP após entrada em vigor da nova lei</u>	46
<u>Gráfico 40 - Evidencias positivas observadas nos formandos após a revisão curricular</u>	47
<u>Gráfico 41- A retirada dos cursos práticos afectou o desempenho e a motivação dos formandos</u>	48

<u>Gráfico 42 - A redução das aulas práticas compromete a aquisição de competências profissionais essenciais</u>	48
<u>Gráfico 43 - As mudanças curriculares afectaram negativamente a integração social e económica dos formandos (emprego, estágios, empreendedorismo)</u>	49
<u>Gráfico 44 - A nova estrutura curricular aumenta ou reduz as oportunidades de empregabilidade e rendimento dos formandos</u>	49
<u>Gráfico 45 - Em sua opinião, o novo currículo contribui para o desenvolvimento social e económico dos jovens formados pelo instituto</u>	50
<u>Gráfico 46 - Depois de concluir o curso, conseguiu emprego na sua área de formação</u>	50
<u>Gráfico 47- Considera que o currículo do curso deu competências praticas suficientes para o mercado do trabalho</u>	51
<u>Gráfico 48 - As mudanças introduzidas pela nova lei do ETP contribuíram para o desenvolvimento económico e social dos antigos formandos</u>	51
<u>Gráfico 49 - Considera que o descontinuo de cursos práticos teve impacto negativo na empregabilidade local</u>	52
<u>Gráfico 50- O curso que frequentou contribuiu para o seu desenvolvimento pessoal e social</u>	52
<u>Gráfico 51- Considera que o instituto devia retornar os cursos descontinuados</u>	53
<u>Gráfico 52 - A nova organização curricular melhorou o desempenho do seu educando</u>	53
<u>Gráfico 53 - O seu educando demonstra com as novas módulos e métodos</u>	54
<u>Gráfico 54 - Após a retirada dos cursos práticos, considera que as oportunidades de emprego diminuiram</u>	54
<u>Gráfico 55 - O novo currículo ajuda os formandos a desenvolver competências para pequenos negócios ou actividades locais</u>	55
<u>Gráfico 56- Maiores problemas ou dificuldades na aplicação das mudanças</u>	57
<u>Gráfico 57- Maiores dificuldades enfrentadas com o novo currículo</u>	57
<u>Gráfico 58- Melhorias a serem implementadas no instituto</u>	58
<u>Gráfico 59 - Principais desafios na implementação da nova lei</u>	59

<u>Gráfico 60 - Tipo de apoio essencial para melhorar a implementação do novo currículo</u>	59
<u>Gráfico 61- Principal desafio da reforma na prática pedagógica</u>	60
<u>Gráfico 62 - Estratégias para aproximar o instituto das realidades produtivas locais</u>	60

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

CL	Currículo Local
CONFIC	Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição
CV	Certificação Vocacional
ETP	Ensino Técnico Profissional
FACIM	Feira Agropecuária, Comercial e Industrial de Moçambique
H	Homem
HM	Homem e Mulher
IMTPSFA	Instituto Médio Técnico Profissional São Francisco de Assis
INDE	Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação
M	Mulher
MINEDH	Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano
PEE	Plano Estratégico da Educação
QNQP	Quadro Nacional de Qualificação Profissional
SNE	Sistema Nacional de Educação
LOGED	Licenciatura em Organização e Gestão da Educação
UEM	Universidade Eduardo Mondlane

RESUMO

A presente pesquisa analisou o impacto da revisão curricular à luz da Lei n.º 26/2022, de 29 de dezembro, do Ensino Técnico Profissional, na vida socioeconómica dos formandos do Instituto Médio Técnico Profissional São Francisco de Assis, distrito de Marracuene, província de Maputo, no período entre 2021- 2024. A pesquisa buscou compreender de que forma a revisão dos cursos afetou a vida socioeconómica dos formandos do Instituto Médio Técnico São Francisco de Assis, do distrito de Marracuene, província de Maputo, no intervalo dos anos de 2021 a 2024. Constituíram os objetivos do estudo: *(i)* identificar as mudanças trazidas pela Lei n.º 26/2022, de 29 de dezembro, aos cursos técnicos profissionais do Instituto Técnico Médio Profissional São Francisco de Assis; *(ii)* Descrever os impactos da revisão curricular da Lei n.º 26/2022, de 29 de dezembro, na vida socioeconómica dos formandos; *(iii)* Identificar os desafios da revisão curricular introduzida pela referida lei e *(iv)* propor ações que visem melhorar ou potenciar as inovações trazidas pela lei n.º 26/2022 no desenvolvimento socioeconómico dos formandos. Os procedimentos metodológicos da pesquisa foram quanto a natureza - aplicada, quanto à abordagem - quali-quantitativa, quanto ao objetivo descritivo e explicativo, e quanto aos procedimentos técnicos - estudo de caso. Para a recolha de dados, a pesquisa recorreu às técnicas de entrevista e inquérito por questionário. A amostra da pesquisa foi composta por incluiu 1 membro da direção do instituto, 5 formadores, 30 formandos, 6 antigos formandos e 4 membros da comunidade local. O estudo concluiu que, a implementação da Lei n.º 26/2022 no ITMPSFA introduziu mudanças curriculares relevantes, embora pouco compreendidas pelos formandos devido a fragilidades na comunicação institucional. Os impactos socioeconómicos revelam-se moderados, sobretudo pela redução da componente prática e pelo fraco alinhamento do currículo com as necessidades produtivas locais. Persistem desafios estruturais, como a escassez de recursos, a limitada capacitação dos formadores e o desajuste entre a oferta formativa e o contexto económico. Ainda assim, as inovações previstas na lei possuem potencial para fortalecer a formação técnico-profissional, desde que acompanhadas por estratégias que reforcem a prática profissional e promovam uma maior articulação entre o instituto, a comunidade e o setor produtivo local.

Palavras Chave: Revisão Curricular, Lei n.º 26/22, Ensino Técnico Profissional, Formandos, Impacto Socioeconómico.

ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE HONRA	ii
DEDICATÓRIA	iii
AGRADECIMENTOS	iv
LISTA DE TABELAS.....	v
LISTA DE GRÁFICOS	vi
LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS	Error! Bookmark not defined.
RESUMO.....	x
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	1
1.1 Contextualização	1
1.2 Problematização	3
1.3 Objectivos	4
1.3.1 Objectivo Geral	4
1.3.2 Objectivos específicos	4
1.4 Perguntas de Partida	5
1.5 Justificativa	5
1.6 Estrutura do trabalho.....	6
CAPÍTULO II- REVISÃO DA LITERATURA	8
2.1 Definição dos Conceitos-chave	8
2.1.1 Ensino	8
2.1.2 Ensino Técnico-Profissional	8
2.1.3 Currículo	9
2.1.4 Revisão Curricular	10
2.2 Revisão da Lei n.º 26/2022 de 29 de dezembro.....	11
2.3 Desafios da revisão da lei no 26/2022 de 29 de dezembro	12

2.4 Lei n.º 6/2016 de 16 de Junho	13
2.5 Lei n.º 23/2014, de 23 de Setembro.....	14
2.5.1 Estrutura e Conteúdo da Lei.....	14
2.5.2 Contribuições de Autores sobre a Lei.....	15
2.6 Acções que visam melhorar ou potenciar o Ensino Técnico Profissional	15
2.6.1 Currículo Flexível e Modular.....	16
2.6.2 Integração da Tecnologia Digital e Aprendizagem Móvel	16
CAPÍTULO III - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	17
3.1 Descrição do Local de Estudo.....	17
3.2 Características da pesquisa	17
3.2.1 Quanto à Natureza	17
3.2.2 Quanto à abordagem.....	18
3.2.3 Quanto aos Objectivos	18
3.2.4 Quanto aos Procedimentos.....	18
3.3 Instrumentos e técnicas de Recolha de Dados.....	19
3.3.1 Guião de entrevista	19
3.3.2 Inquérito por questionário	19
3.3.3 Análise documental	19
3.4 Técnicas de Análise de dados.....	20
3.5 População e amostra	20
3.5.1 População	21
3.5.2 Amostra.....	21
3.6 Procedimentos éticos da pesquisa.....	22
CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS	
RESULTADOS	23

4.1	Descrição e caracterização da amostra	23
4.1.1	Formandos.....	23
4.1.2	Formadores.....	25
4.1.3	Antigos formandos	27
4.1.4	Membros da comunidade	29
4.1.5	Membro da direcção do instituto.....	30
4.2	Mudanças Curriculares Introduzidas pela Lei nº 26/2022	30
4.2.1	Formadores.....	31
4.2.2	Formandos.....	36
4.2.3	Antigos formandos	39
4.2.4	Membros da CL.....	41
4.2.5	Membro da direcção do instituto.....	42
4.3	Impactos das mudanças curriculares na vida socioeconómica dos formandos.....	43
4.3.1	Formandos.....	43
4.3.2	Formadores.....	46
4.3.3	Antigos Formandos.....	50
4.3.4	Membros da CL.....	53
4.3.5	Membro da direcção do instituto.....	55
4.4	Desafios resultantes da revisão curricular da Lei nº 26/2022	56
4.4.1	Formandos.....	56
4.4.2	Formadores.....	58
4.4.3	Antigos Formandos.....	61
4.4.4	Membro da direcção do instituto.....	61
CAPÍTULO V: CONCLUSÕES E SUGESTÕES.....		64
5.1	CONCLUSÕES.....	64

5.2 Sugestões.....	65
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	68
7 APÊNDICES.....	71
8 ANEXOS	89

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

O presente capítulo compreende a introdução, que por sua vez, engloba a contextualização, problematização, os objectivos (geral e específicos), perguntas de pesquisa e a justificativa.

1.1 Contextualização

A Lei n.º 26/2022, de 29 de dezembro, relativa à Educação Profissional, constitui o principal instrumento para a formação profissional da força de trabalho qualificada necessária para o desenvolvimento económico e social do país, integrando o ensino técnico profissional, a formação profissional extrainstitucional e o ensino superior profissional (Adriano, 2024, p. 64).

Segundo Pinto (2013), o ensino técnico-profissional (ETP) em Moçambique e o seu sistema de educação são marcados pela história da educação e do país. Tendo em conta todas as transformações ocorridas no país, pode dizer-se que a história do ETP é parte integrante das práticas económicas, políticas, culturais e sociais, bem como dos avanços e recuos da sociedade moçambicana (Fazenda, 2022).

À semelhança de outros países, Moçambique foi sujeito a diversas reformas curriculares, que, no caso específico, foram consubstanciadas nas leis n.º 4/83, n.º 6/92 e n.º 18/2018. Contudo, as revisões curriculares dos subsistemas de ensino moçambicano foram atribuindo destaque à busca e resgate dos aspetos da vida quotidiana. Deste modo, as reformas curriculares constituem um empreendimento de busca da importância dos conteúdos, associando-se a estratégias de ensino e aprendizagem, modelos de ensino e paradigmas curriculares que, posteriormente, passam a reger toda a organização do processo de ensino.

No subsistema do ETP, têm-se observado diversas reformas curriculares nos últimos anos, impulsionadas por políticas governamentais e planos estratégicos de educação (PEE), com vista a fortalecer cada vez mais este ramo da educação profissional e a alinhar a formação dos jovens às dinâmicas do mercado de trabalho e ao desenvolvimento socioeconómico do país (Maculuve & Nhampossa, 2024).

A revisão mais recente, estabelecida pela Lei n.º 26/2022, de 29 de dezembro, teve um impacto direto na estrutura e no funcionamento do ensino técnico-profissional, introduzindo mudanças

substanciais na estrutura curricular dos cursos técnicos e exigindo uma reconfiguração de conteúdos, metodologias e objetivos pedagógicos por parte dos institutos médio-técnicos.

Embora essas mudanças visem melhorar as competências técnicas e profissionais dos formandos, preparando-os para contribuir eficazmente para o desenvolvimento social e económico do país, a implementação destas reformas curriculares enfrenta vários desafios práticos e logísticos, particularmente para instituições situadas em zonas rurais, que dispõem de infraestruturas e recursos educativos limitados.

No caso do Instituto Médio Técnico São Francisco de Assis, no distrito de Marracuene, província de Maputo, este processo é emblemático. O instituto, que tradicionalmente formava técnicos básicos em áreas técnicas práticas, foi confrontado com a necessidade de reorganizar a sua oferta formativa, tendo suspenso vários cursos práticos, nomeadamente os de carpintaria, mecânica, serralharia e eletricidade.

A interrupção destes cursos teve diversas implicações, tanto para os alunos como para a própria comunidade local, criando lacunas na sua formação, uma vez que constituía uma oportunidade de qualificação para os jovens, que atualmente enfrentam maiores desafios de ingresso no mercado de trabalho sem essa formação.

Este facto evidencia que, embora as reformas curriculares tenham o potencial de modernizar o sistema educativo, a sua implementação sem a adaptação necessária às realidades locais pode resultar em novos desafios. De acordo com Fullan (2007), a eficácia das reformas no âmbito do sistema educativo depende da participação ativa de todos os intervenientes: formadores, gestores, estudantes e comunidade, bem como da adaptação das medidas ao contexto local, em vez da aplicação indiscriminada de modelos padronizados. Chimombo (2005) reforça que as reformas educativas que não consideram os contextos sociais e económicos locais podem aumentar as desigualdades em vez de as reduzir.

É a luz do presente tema - *Avaliação do Impacto da Revisão Curricular à Luz da Lei n.º 26/2022 do Ensino Técnico Profissional, tendo como cerne a revisão dos cursos do Instituto Médio Técnico Profissional São Francisco de Assis, situado no distrito de Marracuene, província de Maputo (2021- 2024)*, que se buscou compreender os impactos socioeconómicos dessas reformas

na vida dos formandos daquela instituição, bem como a discutir possíveis soluções para melhorar a qualidade do ensino técnico-profissional em Moçambique.

1.2 Problematização

As reformas curriculares emergiram como uma estratégia fundamental para alinhar o processo educativo às exigências contemporâneas da sociedade, do mercado de trabalho e do desenvolvimento humano. Conforme referido por Fazenda e Coelho (2022), uma reforma curricular é impulsionada por transformações sociais, culturais, económicas, tecnológicas e políticas relacionadas com a dinâmica global e as suas formas de constituição e produção económica. Diante das dinâmicas que desencadeiam transformações, é imperativo adaptar o ensino, a investigação e a extensão às exigências do mercado.

Em instituições localizadas predominantemente em áreas periurbanas, como o Instituto Médio Técnico Profissional São Francisco de Assis, no distrito de Marracuene, a implementação prática das reformas curriculares estabelecidas pela Lei n.º 26/2022, de 29 de dezembro, resultou no encerramento de cursos técnicos anteriormente considerados fundamentais para a formação profissional dos jovens locais. Esta situação deve-se, em grande parte, à limitada capacidade institucional para responder às novas exigências curriculares. Esta realidade tem suscitado preocupações sobre a adequação das reformas às realidades locais e o seu impacto direto nas oportunidades de qualificação e de inserção económica e social dos formandos.

Além disso, a oferta limitada de cursos profissionais, associada a infraestruturas deficitárias, tem o potencial de agravar as desigualdades educacionais e socioeconómicas entre as regiões urbanas e rurais. As regiões que já enfrentam desafios significativos em termos de infraestruturas e de acesso a recursos educativos são as que mais sofrem com a ausência de alternativas pedagógicas que preparem os jovens de forma adequada para o mercado de trabalho e para o desenvolvimento das comunidades locais.

Conforme referido por Sacristán (2000), uma reforma curricular é, simultaneamente, um projeto educativo e uma construção social, na medida em que incorpora valores, expectativas e relações de poder que afetam diretamente os sujeitos envolvidos no processo educativo. Torna-se, por conseguinte, imperativo proceder à análise do impacto social das reformas curriculares no

Instituto Médio Técnico Profissional São Francisco de Assis, para além dos aspetos meramente técnicos ou pedagógicos, visando compreender como estas mudanças têm moldado as experiências e vivências dos formandos no espaço escolar e comunitário.

Diante do exposto, se levanta o seguinte problema de pesquisa: de que forma a implementação da lei 26/2022, de 29 de dezembro, do Ensino Técnico Profissional impactou na vida socioeconómica dos formandos do Instituto Médio Técnico Profissional São Francisco de Assis, do distrito de Marracuene, província de Maputo, entre os anos de 2021-2024?

1.3 Objectivos

Esta secção apresenta os objectivos (geral e específicos) que nortearam a pesquisa.

1.3.1 Objectivo Geral

- Analisar o impacto da revisão curricular da Lei n.º 26/2022, de 29 de dezembro, do Ensino Técnico Profissional, na vida socioeconómica dos formandos do Instituto Médio Técnico Profissional São Francisco de Assis, distrito de Marracuene, Província de Maputo (2021-2024).

1.3.2 Objectivos específicos

- Identificar as principais mudanças introduzidas pela Lei n.º 26/2022 nos cursos técnico-profissionais do Instituto Médio Técnico Profissional São Francisco de Assis;
- Descrever os impactos da revisão curricular da lei n.º 26/2022 na vida socioeconómica dos alunos do Instituto Médio Técnico Profissional São Francisco de Assis;
- Avaliar os principais desafios enfrentados pelos alunos e pela instituição decorrentes da implementação das revisões curriculares da Lei n.º 26/2022;
- Propor acções estratégicas que visem melhorar ou potenciar as inovações trazidas pela lei n.º 26/2022 no desenvolvimento social e económico dos alunos do Instituto Médio Técnico Profissional São Francisco de Assis;

1.4 Perguntas de Partida

- Que mudanças curriculares relevantes foram introduzidas pela Lei n.º 26/2022 nos cursos do Instituto Técnico Médio Profissional São Francisco de Assis?
- Até que ponto as mudanças curriculares introduzidas pela lei n.º 26/2022 impactam na vida socioeconómica dos formandos do Instituto Técnico Médio Profissional São Francisco de Assis?
- Que desafios resultaram da revisão curricular da Lei n.º 26/2022 nos cursos técnico-profissionais do Instituto Técnico Médio Profissional São Francisco de Assis?
- Quais são as acções que visam melhorar ou potenciar as inovações trazidas pela lei n.º 26/2022 no desenvolvimento socioeconómica dos formandos do Instituto Técnico Médio Profissional São Francisco de Assis?

1.5 Justificativa

Esta pesquisa pretende contribuir com evidências empíricas para o aperfeiçoamento das políticas curriculares de ensino técnico-profissional, subsidiando uma gestão educacional mais eficiente, participativa e orientada para os resultados sociais e económicos dos formandos. Além disso, irá realçar o papel do instituto como agente transformador e promotor da equidade.

A presente pesquisa é pertinente, uma vez que contribuirá para a compreensão de como as alterações curriculares têm influenciado a vida social dos alunos, não apenas no domínio académico, mas também nas suas relações interpessoais, perspectivas de empregabilidade, participação cívica e integração comunitária. A escolha do Instituto Médio Técnico Profissional São Francisco de Assis como contexto empírico da investigação, possibilita uma análise concreta dos impactos experienciados pelos estudantes e demais intervenientes educativos, tendo em consideração as especificidades locais e institucionais.

Esta pesquisa contribuiu para o aprofundamento do debate sobre reformas educativas, enfatizando a dimensão social do currículo. A análise dos efeitos das revisões curriculares sobre a vida socioeconómica dos formandos para além da sala de aula visa contribuir com elementos que permitam uma abordagem mais humana, equilibrada e sustentável das políticas educacionais.

No que se refere à ciência, a investigação contribuiu para o seu desenvolvimento, disponibilizando dados que servirão de apoio aos restantes pesquisadores.

Para o local de pesquisa, estimulará a melhoria do processo de implementação de reformas curriculares, através da discussão em torno de estratégias e técnicas que propiciam uma implementação inclusiva.

Ao investigar os impactos dessas revisões, a pesquisadora estava apta a interpretar e compreender os fenómenos sociais associados a implementação das reformas curriculares no ensino técnico-profissional. Além disso, permitirá identificar de que forma essas mudanças afetam diretamente a vida social dos alunos, seja no seu comportamento, integração comunitária, desempenho escolar ou expectativas profissionais.

1.6 Estrutura do trabalho

Para responder às perguntas de pesquisa anteriormente descritas, que serviram de base para analisar até que ponto a revisão curricular da Lei n.º 26/2022, de 29 de dezembro, impactou a vida socioeconómica dos formandos, nos cursos técnicos profissionais do Instituto Técnico Médio Profissional São Francisco de Assis, no distrito de Marracuene, província de Maputo, o presente estudo de pesquisa está estruturado em três capítulos, a saber:

Capítulo I: Introdução, que compreende a problematização do objeto de estudo, destacando os objectivos e a justificação da pesquisa.

Capítulo II: Dedicado à revisão da literatura, abordando-se, em primeiro lugar, a definição de conceitos relevantes para a pesquisa, nomeadamente: o ensino, o ensino técnico-profissional, o currículo e as reformas curriculares. Ainda neste capítulo, foram discutidas as principais mudanças e desafios da Lei n.º 26/2022, de 29 de dezembro, no que se refere a revisão do currículo do ensino técnico profissional. Foram igualmente analisadas as consequências sociais na vida dos alunos resultantes da descontinuidade dos cursos técnicos profissionais, bem como as ações que visem melhorar ou potenciar as inovações nos novos cursos técnicos profissionais no Instituto Médio Técnico Profissional São Francisco de Assis.

Capítulo III: Apresenta os procedimentos metodológicos da pesquisa, destacando o tipo de pesquisa, a população e a amostra do estudo, os instrumentos e técnicas de recolha de dados, a análise de dados e as questões éticas da pesquisa.

Capítulo IV: Apresentação e discussão dos dados com base nos objetivos específicos e nas perguntas de pesquisa.

Capítulo IV: Apresentação das conclusões e recomendações.

Por fim, são apresentadas as referências bibliográficas, os apêndices e os anexos.

2 CAPÍTULO II- REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo, apresenta-se a revisão da literatura que fundamenta o que vai construir as bases para a materialização do presente estudo.

2.1 Definição dos Conceitos-chave

Nesta secção definiu se os conceitos-chave do tema em estudo, nomeadamente: O ensino; ensino técnico profissional, currículo, revisões curriculares.

2.1.1 Ensino

Segundo Baranov (1989) o ensino é um processo bilateral de ensino e aprendizagem. Daí, que seja axiomático explicitar que não existe ensino sem "*aprendizagem*". Seu posicionamento sempre foi muito claro, quando estabeleciam entre ensino e aprendizagem, uma unidade dialética.

De acordo com Libâneo (1994), o ensino é uma acção que visa estimular, dirigir, incentivar, impulsionar o processo de ensino e aprendizagem. Ainda o mesmo autor destaca que a relação entre ensino e aprendizagem não é mecânica, não é uma simples transmissão do professor que ensina para um aluno que aprende. É uma relação recíproca na qual se destacam o papel dos professores e as actividades dos alunos (Libâneo, 1994,p. 90).

Para este estudo, o ensino é a acção e o efeito de ensinar. Trata-se do sistema e do método de instruir, treinar constituído pelo conjunto de conhecimentos, princípios e ideias que se ensinam a alguém.

2.1.2 Ensino Técnico-Profissional

O ensino técnico-profissional foi criado, como um subsistema do Sistema Nacional do Educação (SNE), em conformidade com o artigo 26 da lei 4/83, de 23 de março e foi actualizado como ramo do subsistema da Educação Profissional pela lei 18/18 que actualiza o SNE. A sua característica diferenciadora em relação aos outros ramos e subsistemas de acordo com a lei supracitada, assenta na sua função social, de assegurar a formação integral dos jovens e trabalhadores, preparando-os para o exercício de uma profissão e obedecendo às exigências qualitativas e quantitativas da planificação e do desenvolvimento da economia e da sociedade, através da formação profissional oferecendo aos jovens e trabalhadores uma especialidade e desenvolvendo neles capacidades e hábitos profissionais

e, associando o conhecimento técnico às experiências práticas em busca de soluções técnicas e tecnológicas mediante a vinculação das escolas técnicas e institutos aos sectores produtivos.

O ETP é concebido como uma combinação de formação geral e técnica, cujo objectivo é capacitar os alunos com competências práticas para inserção no mercado de trabalho, ao mesmo tempo que lhes permite continuar os estudos. Chicava (2018) ressalta a importância desse subsistema na redução do desemprego juvenil e no fomento ao desenvolvimento, principalmente em áreas com limitado acesso à educação.

Esse ensino é caracterizado pela oferta de uma base sólida em disciplinas gerais e pela possibilidade de especialização em áreas técnicas, como carpintaria, eletricidade e agricultura. Goodlad (1979) sugere que a flexibilidade do ensino técnico-profissional permite que os jovens contribuam directamente para o desenvolvimento de suas comunidades .

Pilz (2017) observa que o ensino técnico-profissional desempenha um papel central na modernização de economias emergentes, criando uma ponte entre o sistema educacional e o mercado de trabalho, o que incentiva a inovação e o empreendedorismo.

A educação do ensino técnico profissional em Moçambique está vocacionada para aquisição de competências, conhecimentos, valores e atitudes os quais são necessários para os aprendentes futuramente exercerem uma determinada profissão ou ocupação. Duma forma geral, o mundo caracteriza-se hoje por uma série de profundas mudanças e inovações no campo científico e tecnológico.

As novas tecnologias que vêm sendo introduzidas ao nível ao mesmo tempo significam oportunidades de aumento de melhoria da qualidade dos produtos das empresas nacionais e por outro lado representam a imposição da necessidade de aquisição de novos e diferentes conhecimentos e habilidades por parte dos trabalhadores.

2.1.3 Currículo

É um termo que vem do latim *curriculum* que significa lugar onde se corre ou corrida, derivado do verbo *currere* que significa percurso a ser seguido ou carreira. Neste sentido, o significado de currículo refere-se a um curso a ser seguido ou a um conteúdo a ser estudado.

De acordo com Veiga (2002), currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive, a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito.

Entretanto, Ferreira (1986) define currículo como “*a parte de um curso literário, as matérias constantes de um curso*”.

O Currículo é também uma socialização dos programas e dos processos de ensino e aprendizagem. É importante repensar a função socializadora que o currículo escolar deve exercer no âmbito educacional. Contemporaneamente o currículo escolar não pode ser visto e nem compreendido, como, um “acúmulo” de disciplinas isoladas, fragmentadas, com conteúdos apresentados de modo tradicional, e transmitidos sem reflexão pelo professor/educador em sala de aula. Daí que, o currículo escolar é histórico, e vai além de conteúdos e disciplinas, sendo que deve ser elaborado de forma a dar oportunidade às condições de conhecimentos para os educandos, na busca da abrangência e atendimento às diversas realidades sociais existentes, de maneira ampla, real, significativa, reflexiva, dinâmica, democrática, inclusiva, ética e moral.

2.1.4 Revisão Curricular

A palavra revisão é utilizada para legitimar projectos político-ideológicos concretos que possibilitam progressos no processo de regulação social, tendo em vista a produção de alterações significativas no sistema educativo (Candau, 2011). Desta forma, a revisão curricular refere-se à modificação do sistema educativo com a finalidade de o melhorar sob diferentes perspetivas e constitui elemento fundamental das estratégias que permitem melhorias na educação do ponto de vista estratégico olhando na modernização da escola, dado que acolhe procedimentos múltiplos e localmente organizados, regras e obrigações.

A revisão deve ser vista como ente que tenta organizar e disciplinar a forma como a instituição deve ser vista, sentida e como se deve agir e falar sobre ela (Popkewitz, 1997). Assim, segundo Dias (2005) a revisão curricular inscreve-se no quadro teórico da avaliação institucional e é nela que se deve buscar a fundamentação teórica e metodológica para realizar qualquer inovação curricular.

Uma revisão curricular é movida pelas transformações sociais, culturais, económicas, tecnológicas e políticas relacionadas com a dinâmica do mundo e as suas formas de constituição e produção económica. Perante essas dinâmicas que provocam a transformação é imperiosa a adaptação do ensino, da pesquisa e da extensão às exigências do mercado, da descentralização da gestão das instituições públicas e da formação de técnicos com qualidade.

Assim, numa revisão as práticas curriculares anteriores são negadas e/ou criticadas como desatualizadas, de forma a instituir o discurso favorável ao que será implantado (Lopes, 2004, citado por Gesser & Ranghetti, 2011).

Moçambique passou por várias revisões curriculares consubstanciadas nas leis 4/83, 6/92 e 18/2018 que trouxeram alterações que a seguir são apresentadas:

2.2 Revisão da Lei n.º 26/2022 de 29 de dezembro

Segundo a lei n.º 26/2022 de 29 de dezembro, a educação profissional é um Subsistema do Sistema Nacional de Educação (SNE), constitui o principal instrumento para a formação profissional da força de trabalho qualificada, necessária para o desenvolvimento económico e social do país. A educação profissional integra o ensino técnico-profissional, a formação profissional, a formação profissional extrainstitucional e o ensino superior profissional.

A educação profissional estrutura-se e funciona num sistema integrado e flexível orientado para o mercado de trabalho. Sendo assim, o seu subsistema compreende:

- a) Uma estrutura de regulação, supervisão e garantia de qualidade de educação profissional;
- b) Um quadro nacional de qualificações profissionais (QNQP);
- c) Um catálogo nacional de qualificações profissionais (CNQP);
- d) Um sistema de garantia de qualidade;
- e) Um sistema de avaliação e certificação dos formandos de educação profissional;
- f) Um sistema de avaliação e certificação de formadores, avaliadores e verificadores de educação profissional.

A Lei n.º 26/2022, que regula o ensino técnico-profissional em Moçambique, trouxe mudanças significativas no sistema educacional, especialmente no subsistema de ensino técnico. Entre as principais alterações está a redefinição dos critérios de ingresso nos cursos técnicos, exigindo a

conclusão do primeiro ciclo do ensino secundário para a admissão. Além disso, a lei promoveu uma reorganização curricular focada em competências práticas e em sectores estratégicos da economia, como: construção civil, agricultura e eletricidade.

A legislação também encoraja parcerias públicas e privadas, permitindo que o sector produtivo participe diretamente na formação dos jovens, o que aumenta a sua empregabilidade e contribui para a redução do desemprego juvenil.

A revisão curricular de ensino é frequentemente discutida como uma resposta às necessidades sociais, económicas e culturais em constante mudança. Estudos feitos por Michael (2007) destacam a importância das reformas curriculares como mecanismos de transformação educacional, que precisam estar centrados na melhoria da prática pedagógica e no desenvolvimento das competências do século XXI, como resolução de problemas, colaboração e pensamento crítico.

Fullan (2007) defende que as reformas só são eficazes quando há engajamento de todos os atores envolvidos no sistema educacional – formandos, gestores, estudantes e a comunidade– e quando se adaptam ao contexto local, em vez de seguir modelos padronizados.

Na África, Chisholm (2005), uma estudiosa sul-africana, aborda a necessidade de revisão curricular para refletir as realidades locais e responder às desigualdades históricas. Para ela, a reforma curricular deve abordar tanto a equidade no acesso à educação quanto a relevância dos conteúdos e métodos de ensino. Ela defende que muitos países africanos herdaram currículos coloniais que não se adequavam às necessidades da população local, especialmente nas áreas rurais. As revisões curriculares que ignoram as especificidades regionais tendem a fracassar, porque deixam de fornecer as ferramentas necessárias para o desenvolvimento das comunidades.

2.3 Desafios da revisão da lei n.º 26/2022 de 29 de dezembro

Segundo a lei n.º 26/2022 de 29 de dezembro a estratégia de desenvolvimento do ensino técnico profissional sempre identificou três desafios principais para a materialização dos seus objectivos que são:

- Expansão do acesso, melhoria da qualidade de educação e desenvolvimento institucional (social e económico).

- Os desafios acima mencionados resultam das mudanças nas práticas pedagógicas;
- Alterações no currículo e sua relevância para o mercado de trabalho;
- Percepções sobre a qualidade do ensino técnico-profissional após a revisão;
- Impactos socioeconómicos das mudanças na comunidade local. O Ensino Técnico Profissional sempre procura responder a demanda atual do mercado.

2.4 Lei n.º 6/2016 de 16 de Junho

A Lei n.º 6/2016 de 16 de Junho de Moçambique estabelece o regime jurídico da Educação Profissional no país, promovendo a sua articulação com o mercado de trabalho e o desenvolvimento económico.

A Lei n.º 6/2016 regula a Educação Profissional (EP) em Moçambique, com o objectivo de alinhar a formação técnica e profissional às necessidades do mercado de trabalho e ao desenvolvimento nacional. Os principais pontos incluem:

- *Objectivo*: Estabelecer um sistema de EP que promova a empregabilidade, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável.
- *Sistema Nacional de Qualificações Profissionais (SNQP)*: Estrutura que organiza os níveis de qualificação e garante a qualidade da formação.
- *Autoridade Nacional de Educação Profissional (ANEP)*: Órgão regulador responsável pela coordenação, supervisão e avaliação do sistema de EP.
- *Centros Comunitários de Desenvolvimento de Competências*: Criados para promover a formação em áreas específicas, com foco nas necessidades locais.
- *Participação dos empregadores*: Incentiva a colaboração entre instituições de ensino e o sector produtivo, incluindo estágios curriculares.
- *Financiamento*: Estabelece mecanismos de financiamento público e privado, incluindo o Fundo Nacional de Educação Profissional (FNEP).

Em sua apresentação na Conferência da CPLP sobre Ensino Técnico Profissional, Mutemba (2016) destaca que a Lei n.º 6/2016 foi um marco na reforma da Educação Profissional,

promovendo maior relevância curricular e empregabilidade. Ele enfatiza a importância da criação do SNQP e do FNEP como instrumentos de sustentabilidade e qualidade⁽¹⁾.

Novela (2021) analisa a lei como um instrumento de transformação do sistema educativo, salientando a necessidade de os formadores compreenderem e aplicarem os princípios da EP. Ele aponta que a lei promove uma abordagem baseada em competências, essencial para a eficácia do ensino técnico.

Cossa (2018) refere que a lei representa um avanço na valorização das qualificações profissionais e na integração dos jovens no mercado de trabalho. Ela destaca o papel da ANEP na garantia da qualidade e na acreditação das instituições de ensino profissional.

A Lei n.º 6/2016 é considerada um pilar da modernização da Educação Profissional em Moçambique. Ao estabelecer um quadro legal robusto e mecanismos de regulação e financiamento, ela visa alinhar a formação técnica às exigências do mercado e contribuir para o desenvolvimento socioeconómico do país.

2.5 Lei n.º 23/2014 de 23 de Setembro

A Lei n.º 23/2014, de 23 de Setembro, representa um marco jurídico fundamental na reestruturação da Educação Profissional (EP) em Moçambique. Esta legislação estabelece o regime jurídico da EP, com o objectivo de alinhar a formação técnico-profissional às exigências do mercado de trabalho, promovendo a qualidade, a empregabilidade e a articulação com o setor produtivo (Lei n.º 23/2014, 2014).

2.5.1 Estrutura e Conteúdo da Lei

A referida lei institui o Sistema Nacional de Educação Profissional (SNEP), concebido como uma estrutura integrada que organiza os níveis de qualificação e assegura a coerência entre a formação e as necessidades do mercado. A regulação e supervisão do sistema são atribuídas à Autoridade Nacional de Educação Profissional (ANEP), responsável pela acreditação, licenciamento e avaliação das instituições de EP.

Outro elemento central da lei é o Quadro Nacional de Qualificações Profissionais (QNQP), que define os níveis de qualificação e as competências exigidas, promovendo a mobilidade e o reconhecimento das aprendizagens. A legislação também valoriza a participação dos parceiros

sociais, incluindo o sector privado e a sociedade civil na definição das políticas e conteúdos formativos. Para garantir a sustentabilidade financeira do sistema, a lei introduz o Fundo Nacional de Educação Profissional (FNEP) como mecanismo de apoio ao funcionamento e expansão da EP (Lei n.º 23/2014, 2014).

Posteriormente, a Lei n.º 23/2014 foi revista e consolidada pela Lei n.º 6/2016, de 16 de Junho, com o intuito de harmonizar e sistematizar os dispositivos legais relacionados à EP.

2.5.2 Contribuições de Autores sobre a Lei

Diversos estudiosos e especialistas analisaram criticamente a Lei n.º 23/2014, destacando seus impactos e desafios na implementação. Mutemba (2016), em documentos e apresentações no âmbito da ANEP, considera a lei essencial para a profissionalização da formação técnica em Moçambique. O autor enfatiza a importância do QNQP como instrumento de padronização e qualidade, bem como o papel do sector produtivo na definição das competências profissionais, o que contribui directamente para a empregabilidade dos formandos.

Por sua vez, Novela (2017), no contexto da formação de formadores e da análise curricular, observa que a legislação introduz uma abordagem por competências, alinhada com padrões internacionais. Segundo o autor, a lei promove a flexibilidade formativa e valoriza as aprendizagens adquiridas fora do sistema formal, como aquelas obtidas no ambiente de trabalho, por meio de processos de certificação de competências.

A Lei n.º 23/2014 constitui um avanço significativo na consolidação de um sistema de Educação Profissional moderno, inclusivo e orientado para o desenvolvimento socioeconómico de Moçambique. Ao estabelecer um quadro legal robusto, articulado com o sector produtivo e centrado na qualidade, a legislação contribui para a formação de capital humano qualificado e competitivo, essencial para o crescimento sustentável do país.

2.6 Acções que visam melhorar ou potenciar o Ensino Técnico Profissional

A Lei n.º 26/2022 trouxe mudanças significativas na estrutura curricular, mas sua implementação ainda encontra obstáculos, como a falta de infraestruturas nas zonas rurais e a dificuldade de reter formandos qualificados. Embora a revisão curricular tenha buscado soluções para modernizar a

educação técnico-profissional, ainda existem lacunas significativas em termos de acesso equitativo e qualidade do ensino.

A partir dessas discussões, a inovação que é proposta servirá de um modelo curricular adaptativo que responda tanto as necessidades locais quanto as tendências globais, focada em dois pilares principais:

2.6.1 Currículo Flexível e Modular

Permite com que as escolas, especialmente em áreas rurais, personalizem parte dos conteúdos para atender às necessidades locais. Isso garantiria que os estudantes adquirissem habilidades práticas e conhecimentos diretamente aplicáveis à realidade de suas comunidades, como agricultura sustentável, empreendedorismo local e gestão de recursos naturais.

2.6.2 Integração da Tecnologia Digital e Aprendizagem Móvel

Considerando as limitações de recursos físicos em muitas escolas moçambicanas, proponho a inclusão de plataformas de aprendizagem móvel e digital, que utilizem tecnologia de baixo custo e sejam acessíveis a partir de dispositivos móveis, permitindo que os estudantes em áreas remotas tenham acesso a conteúdos educativos atualizados e flexíveis. Isso pode ser uma ferramenta poderosa para conectar estudantes das zonas rurais com conhecimentos globais, sem depender exclusivamente da infraestrutura física tradicional.

Segundo MINED (2011), a estratégia de melhoria do ensino técnico profissional tem como cerne as cinco linhas prioritárias de intervenção:

- a) Enquadramento legal, normativo e institucional;
- b) Desenvolvimento e valorização dos recursos humanos, pedagógicos e científicos;
- c) Renovação e ampliação da rede de escolas e institutos;
- d) Criação de interfaces entre o sistema de formação técnico-profissional e o mercado de trabalho;
- e) Aumento e diversificação das fontes de financiamento;

3 CAPÍTULO III - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo é referente a descrição minuciosa e detalhada das questões metodológicas a serem observadas na materialização do estudo.

3.1 Descrição do Local de Estudo

A presente pesquisa foi realizada no Instituto Técnico Médio São Francisco de Assis, onde a pesquisadora desempenhou a função de voluntariado na CONFHIC (Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição) em Mumemo, acompanhou o quão os cursos de manutenção industrial, contribuíam para o desenvolvimento socioeconómica dos formandos e na comunidade circunvizinha em geral. A descontinuidade os cursos, vulgarmente chamados “cursos tradicionais”, a chamou a vontade da pesquisadora estudar a causa.

O Instituto Técnico Médio São Francisco de Assis, localiza-se no distrito de Marracuene, província de Maputo, posto administrativo de Marracuene, localidade de Mumemo, Bairro 4 de Outubro (Estrada Nacional N° 1, lado oposto a entrada da FACIM). O Instituto possui 350 formandos que formam 12 turmas do terceiro, quarto e quinto nível e possui 12 salas de aula.

3.2 Características da pesquisa

A pesquisa é caracterizada quanto a natureza, abordagem, objetivos e procedimentos técnicos.

3.2.1 Quanto à Natureza

Quanto à natureza a pesquisa foi “aplicada”, pois, teve como finalidade resolver e gerou soluções aos problemas específicos. Segundo Kauark *et al* (2010) a pesquisa aplicada objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigida à solução de problemas específicos.

Para presente pesquisa o uso da natureza aplicada possibilitou a busca por soluções de problemas específicos, relacionados à revisão curricular sobre as boas ações de melhoria dos cursos técnicos profissionais, isto é, que impactam diretamente a sociedade, impulsionando a inovação e a melhoria de qualidade dos mesmos cursos.

3.2.2 Quanto à abordagem

No âmbito da abordagem de pesquisa, esta pesquisa adaptou uma abordagem mista, que engloba os procedimentos qualitativos e quantitativos. A abordagem quali-quantitativa é a mais adequada para compreender os aspectos subjectivos e contextuais das mudanças educacionais.

A pesquisa qualitativa possibilita explorar de forma detalhada as percepções dos diferentes atores envolvidos no processo de ensino técnico-profissional e os impactos sociais dessas reformas na comunidade local. Segundo Godoy (1995), a pesquisa qualitativa visou capturar significados e interpretar as realidades sociais em seu contexto natural.

Segundo Michel (2005) a pesquisa quantitativa é um método de pesquisa social que utiliza a quantificação nas modalidades de coleta de informações e no seu tratamento, mediante técnicas estatísticas, tais como percentual, média, desvio padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão e outros.

3.2.3 Quanto aos Objectivos

A pesquisa é classificada como descritiva e explicativa. Quanto ao objetivo foi uma “*pesquisa descritiva*”. Esta pesquisa visa descrever as características de determinada população ou fenómeno, ou estabelecimento de relações entre variáveis (Kauark *et al.*, 2010).

A *pesquisa descritiva* tem o propósito de relatar, com precisão, as mudanças ocorridas no Instituto Médio Técnico Profissional São Francisco de Assis após a implementação da Lei n.º 26/2022, descrevendo como essas mudanças afetaram as práticas pedagógicas, o currículo e a organização institucional.

A *pesquisa explicativa* busca esclarecer as relações de causa e efeito entre a reforma curricular e os resultados educacionais e sociais observados na escola e na comunidade.

3.2.4 Quanto aos Procedimentos

Quanto aos procedimentos a pesquisa foi caracterizada como “estudo de caso”, conforme a definição de Yin (2014), que considera uma estratégia adequada para investigar fenómenos contemporâneos em seu contexto real. Este método foi selecionado por permitir uma análise detalhada dos impactos das reformas educacionais dentro de um cenário específico do Instituto

Médio Técnico Profissional São Francisco de Assis, o que facilita a compreensão dos desafios enfrentados pela instituição e pela comunidade local.

3.3 Instrumentos e técnicas de Recolha de Dados

Para a recolha de dados da presente pesquisa, foram utilizadas as técnicas de guião de entrevista e inquérito por questionário. A entrevista foi aplicada à direção da escola e o inquérito por questionário aos formandos, formadores e membros do Instituto Médio Técnico Profissional São Francisco de Assis, no distrito de Marracuene, província de Maputo.

3.3.1 Guião de entrevista

A entrevista é uma comunicação verbal entre duas ou mais pessoas, com um grau de estruturação previamente definido, cuja finalidade é a obtenção de informações de pesquisa. É uma conversa orientada para um objectivo definido (Fonseca, 2012). A entrevista terá como instrumento de recolha de dados um guião de entrevista semiestruturada. De acordo com o autor supracitado, a entrevista semiestruturada é orientada por um leque flexível de perguntas estabelecidas a priori, não se trata de um diálogo inteiramente livre e aberto, a comunicação entre o entrevistador e o entrevistado é de carácter informal.

3.3.2 Inquérito por questionário

Estudos feitos por Parasuraman (1991), postulam que o inquérito por questionário é uma técnica de investigação que utiliza um conjunto de perguntas escritas para coleta de um grupo específico de pessoas, com objetivo de entender seus conhecimentos, opiniões, crenças, sentimentos, interesses, experiências ou expectativas.

Segundo Gil (1999), o questionário é uma técnica de investigação que utiliza um conjunto de perguntas escritas para a colecta de informações e obter conhecimento sobre diversos aspectos da vida. Para o presente estudo, serão construídos três (3) inquéritos por questionário (para os professores, os alunos e o director) contendo perguntas abertas e fechadas.

3.3.3 Análise documental

Segundo Ludke e André (2015), a análise documental é uma ferramenta que busca dados concretos em documentos, utilizando hipóteses e objectivos específicos. Por sua vez Gil (2002),

destaca que a análise documental é uma fonte rica e estável de dados que não implica altos custos e nem exige contacto com os sujeitos da pesquisa.

A análise documental vai envolver o exame de documentos oficiais, incluindo a Lei n.º 26/2022, relatórios escolares e outros materiais relevantes, para fornecer uma compreensão contextualizada das reformas curriculares e seus efeitos na Escola de São Francisco de Assis.

3.4 Técnicas de Análise de dados

Para a análise dos dados estatísticos, ou seja, dados obtidos mediante a administração dos Inquiridos por questionários aos formadores, formandos, antigos formandos e membros da comunidade local respetivamente, foi usado o *Microsoft Office Excel* como instrumento de análise e técnicas estatísticas para a sua análise.

Para a análise dos dados obtidos na base da entrevista foi usado *Microsoft Office Word* como instrumento de análise e será usada a técnica de análise de conteúdo para a sua análise. A análise dos dados seguiu as técnicas de análise de conteúdo descritas por Bardin (2011), e obedeceu as três fases preconizadas na análise de conteúdo (pré-análise, exploração do material e tratamento de dados).

- i. Pré-análise:* Esta fase consistiu na leitura exaustiva do guião de entrevista e na transcrição literal das respostas dos participantes, de modo a facilitar a organização categórica do texto;
- ii. Exploração do material:* Esta etapa consistiu na escolha e exploração do material obtido através das entrevistas, seleccionando-se as informações semelhantes e criando-se categorias tendo em conta os objectivos específicos.
- iii. Tratamento de dados:* Esta etapa foi feita mediante a refinação dos dados brutos, onde procurar-se-á torná-los significativos e válidos para a posterior interpretação e apresentação de resultados.

3.5 População e amostra

Esta secção faz a descrição da população e da amostra que serviram de base para a realização da presente pesquisa.

3.5.1 População

De acordo com Silva e Menezes (2005), população é a totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo. De acordo com esta definição, população são todos os indivíduos, com as mesmas características, a serem envolvidos num determinado estudo.

No presente estudo, a população foi formada por 243 participantes, distribuídos da seguinte forma: dois (2) membros da direção do instituto (diretora e diretor pedagógico), onze (11) formadores, duzentos (200) formandos, (10) dez antigos formandos e dez (10) membros da comunidade local, conforme ilustrado na Tabela 1, abaixo:

Tabela 1. Distribuição da população

População	H	M	HM
Direção do instituto	1	1	2
Formadores	7	4	11
Formandos	84	126	200
Antigos Formandos	4	6	10
Membros da CL	4	6	10
Total	100	143	243

Fonte: Elaborada pela autora

3.5.2 Amostra

Para Marconi e Lakatos (2003), a amostra é uma porção ou parcela selecionada do universo ou população, ou seja, é o subconjunto da população. A amostra pode ser probabilística e não probabilística. No presente estudo, em particular, será usada a amostragem não-probabilística e aplicada a técnica de amostragem intencional.

A selecção da amostra da direcção da escola e dos formadores foi por intencionalidade, de modo a possibilitar a participação de todos e por estarem representados em número reduzido, para além de que constituem elementos chaves para a materialização da pesquisa.

A selecção da amostra das formadoras e dos formandos foi na base da amostragem probabilística aleatória simples, de modo a possibilitar a todos a mesma probabilidade de poder participar da pesquisa.

A amostra do presente estudo, foi disposta do seguinte modo: dois (2) membros da direcção do instituto; cinco (5) formadores; trinta (30) formandos; seis (6) antigos formandos e quatro (4) membros da comunidade local, conforme ilustra a tabela 2, abaixo:

Tabela 2. Distribuição da amostra

Amostra	H	M	HM
Direcção da escola	1	0	1
Formadores	3	2	5
Formandos	13	17	30
Antigos formandos	3	3	6
Membros da CL	2	2	4
Total	22	24	46

Fonte: Elaborada pela autora

3.6 Procedimentos éticos da pesquisa

Para a materialização da presente pesquisa, solicitou-se primeiro uma credencial à direcção da Faculdade de Educação, onde de seguida a pesquisadora foi apresentar-se a direcção do Instituto São Francisco de Assis, do distrito da Marracuene, província de Maputo, tendo em vista a autorização para a realização da pesquisa nesta instituição.

Durante o processo de recolha de dados garantiu-se o anonimato dos envolvidos (grupo-alvo) na pesquisa e a sua participação será de carácter voluntário.

4 CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo alicerça-se na apresentação, análise e discussão dos resultados da pesquisa, obtidos a partir dos instrumentos de recolha de dados. A sua organização em secções está estruturada de acordo com os objetivos específicos da investigação, nomeadamente:

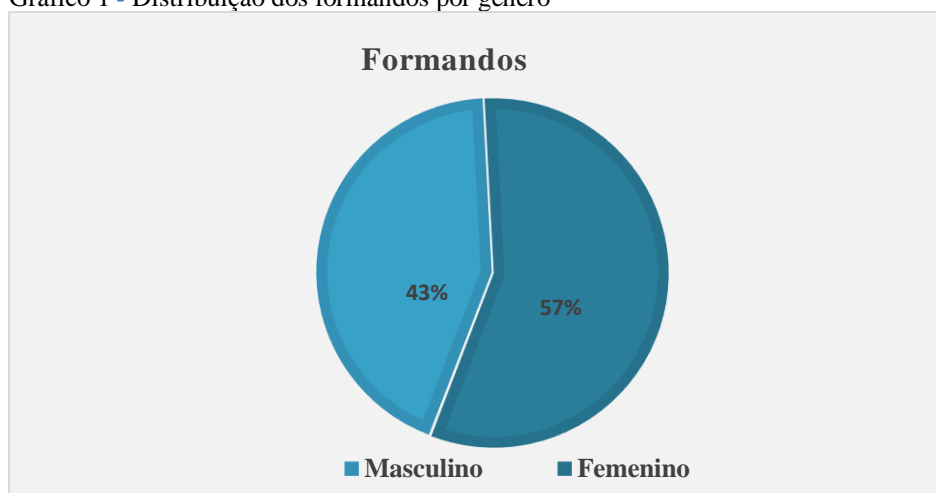
(i): Identificar as principais mudanças introduzidas pela Lei n.º 26/2022 nos cursos técnico-profissionais do Instituto Médio Técnico Profissional São Francisco de Assis (ITMPSFA); (ii): Descrever os impactos da revisão curricular da Lei n.º 26/2022 na vida socioeconómica dos formandos do ITMPSFA; (iii): Identificar os principais desafios enfrentados pelos formandos e pela instituição decorrentes da implementação das revisões curriculares da Lei n.º 26/2022; (iv): Propor acções estratégicas que visem melhorar ou potenciar as inovações introduzidas pela Lei n.º 26/2022, no desenvolvimento social e económico dos formandos do ITMPSFA.

4.1 Descrição e caracterização da amostra

A amostra da presente pesquisa foi constituída por 46 participantes, sendo 22 do sexo masculino e 24 do sexo feminino. Buscou-se um equilíbrio de género entre os participantes. Do total da amostra, 30 são formandos (13 do sexo masculino e 17 do sexo feminino), 5 formadores (3 do sexo masculino e 2 do sexo feminino), 6 antigos formandos (3 do sexo masculino e 3 do sexo feminino), 4 membros da CL (2 do sexo masculino e 2 do sexo feminino) e 1 membro da direcção do instituto, do sexo masculino.

4.1.1 Formandos

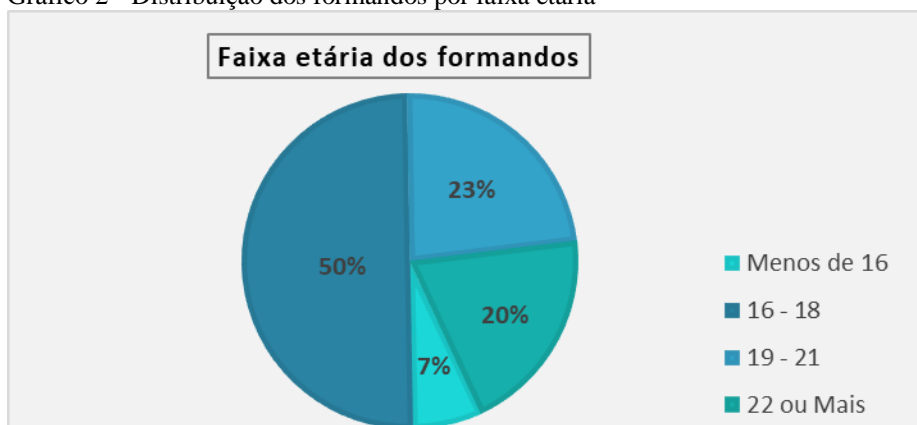
Gráfico 1 - Distribuição dos formandos por género



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

O gráfico 1, apresentado na página 23, ilustra a distribuição dos formandos segundo o género, sendo 13 do sexo masculino e 17 do sexo feminino, totalizando 30 formandos inquiridos. Verifica-se uma maior percentagem de respondentes do sexo feminino (57%), o que está de acordo com a predominância deste género no instituto, conforme atesta a amostra apresentada na página 22.

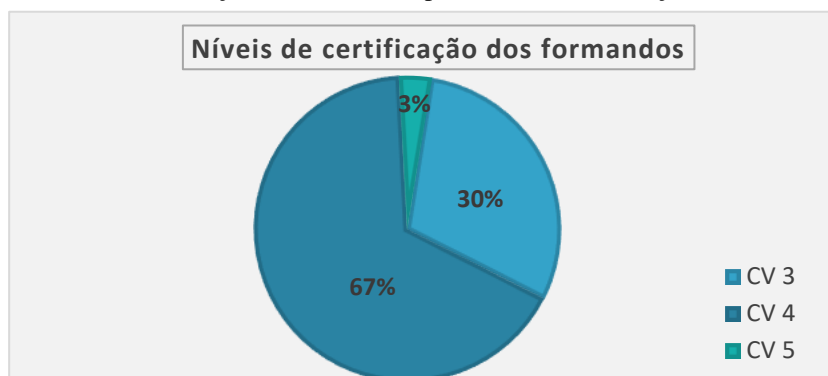
Gráfico 2 - Distribuição dos formandos por faixa etária



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Conforme ilustra o gráfico 2 acima, ao analisar a distribuição dos formandos por faixa etária, observa-se uma maior participação de inquiridos com idades compreendidas entre os 16 e os 18 anos, representando 50% do total. Verifica-se ainda que 23% dos inquiridos têm idades compreendidas entre os 19 e os 21 anos, o que sugere que a maioria dos participantes se insere na faixa etária esperada para este nível de ensino.

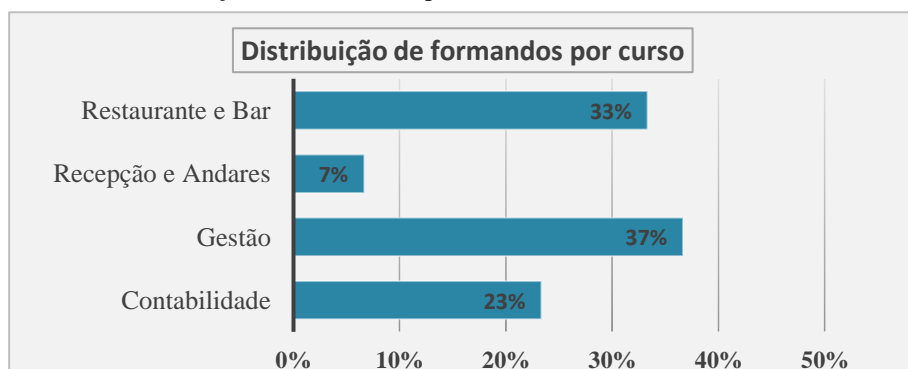
Gráfico 3 - Distribuição dos formandos por níveis de certificação vocacional



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Em relação ao nível de certificação vocacional (CV) dos formandos, ilustrado pelo gráfico 3, na página 24, observa-se uma maior predominância do nível CV3, com 67% dos inquiridos, seguido do nível CV4, com 30%. Nota-se ainda o nível CV5, representado por 3% dos inquiridos, evidenciando a sua baixa representatividade. A presente distribuição reflete a realidade do ETP em Moçambique, evidenciada por uma maior concentração nos níveis intermédios de certificação e uma menor nos níveis avançados, como o CV5. Esta realidade deve-se a exigências formativas acrescidas e a uma oferta educativa nos níveis avançados que se mantém limitada.

Gráfico 4 - Distribuição dos formandos por cursos

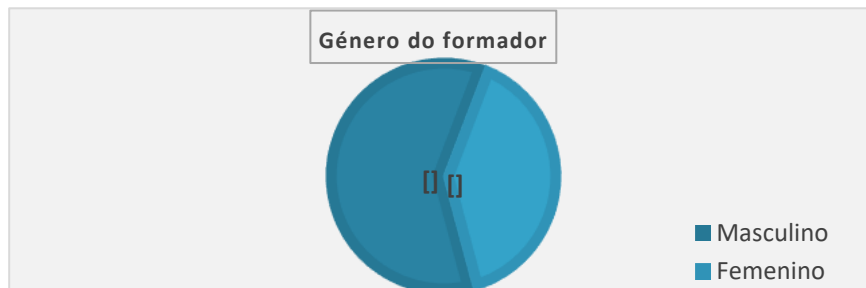


Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

A análise do gráfico 4 acima, demonstra uma maior concentração de formandos no curso de Gestão, representando 37% do total, seguido pelos cursos de Restaurante e Bar (33%), Contabilidade (23%) e Recepção e Andares (7%). Esta distribuição sugere uma preferência dos formandos por cursos que ofereçam maior empregabilidade e correspondam às necessidades do mercado de trabalho, sobretudo nas áreas de administração, serviços de restauração e contabilidade.

4.1.2 Formadores

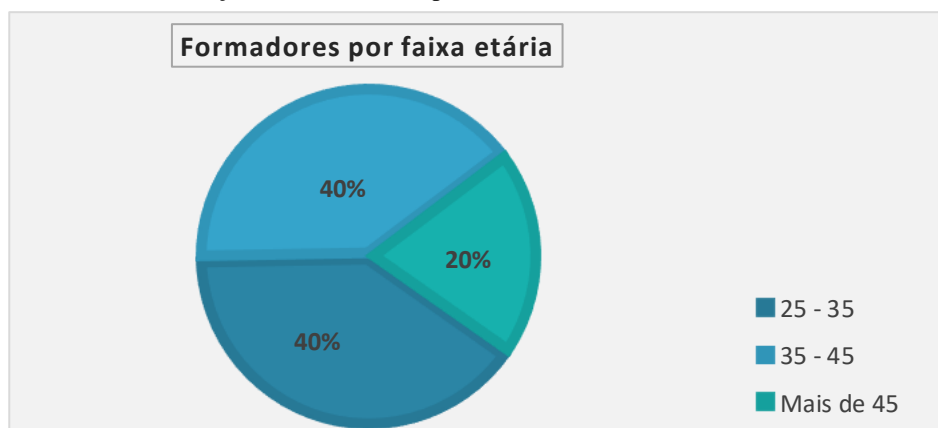
Gráfico 5- Distribuição dos formadores por género



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

O gráfico 5, na página 25, ilustra a distribuição dos formadores por género, evidenciando uma predominância de formadores do sexo masculino, com 60% do total, em comparação com os 40% do sexo feminino. Verifica-se uma predominância de formadores do sexo masculino, contudo, observa-se uma composição relativamente equilibrada entre os géneros, o que contribui para a promoção da equidade de género no corpo docente e diversidade no ambiente escolar.

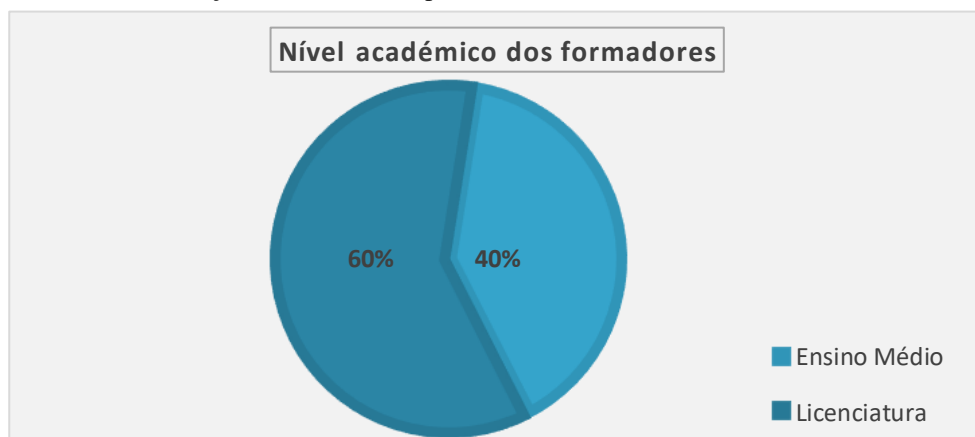
Gráfico 6 - Distribuição dos formadores por faixa etária



Fonte: Elaborada pela pesquisadora.

O gráfico 6, apresentado acima, evidencia que 40% dos formadores se encontram na faixa etária dos 25 aos 35 anos, têm idades compreendidas entre os 25 e os 35 anos, e 40% entre os 35 e os 45 anos. Esta distribuição do corpo docente indica a existência de formadores em diferentes etapas da sua trajetória profissional, combinando experiência consolidada com perspectivas mais recentes e atuais.

Gráfico 7- Distribuição dos formadores por nível académico



Fonte: Elaborada pela pesquisadora.

No que concerne ao nível académico dos formadores, os dados apresentados no gráfico 7, na página 26, indicam que 60% possuem licenciatura e 30% ensino médio. Esta composição reflete a predominância de formação superior no corpo docente, contribuindo para a qualificação pedagógica e o desenvolvimento de competências técnicas e profissionais no contexto do ETP em Moçambique.

Gráfico 8 - Distribuição dos formadores por anos de experiência no ETP

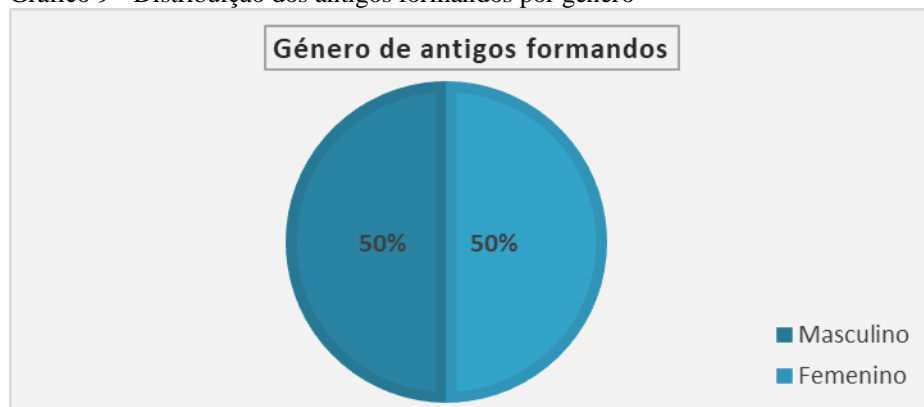


Fonte: Elaborada pela pesquisadora.

Relativamente à distribuição dos formadores pelos anos de experiência no ETP, o gráfico 8 acima ilustra que 60% possuem mais de 10 anos de experiência, 20% possuem entre 4 e 6 anos, e 20% têm menos de 1 ano de serviço. Esta distribuição evidencia a presença de um corpo docente experiente, o que contribui para a qualidade do ensino, enquanto os formadores mais recentes introduzem novas abordagens.

4.1.3 Antigos formandos

Gráfico 9 - Distribuição dos antigos formandos por género



Fonte: Elaborada pela pesquisadora.

Conforme demonstrado no gráfico 9, na página 27, a distribuição de género entre os antigos formandos apresenta uma distribuição equitativa, com uma representação de 50% de indivíduos do sexo masculino e 50% do sexo feminino. A presente análise demonstra um equilíbrio de género, evidenciado pela manutenção de uma representatividade igual entre homens e mulheres na amostra.

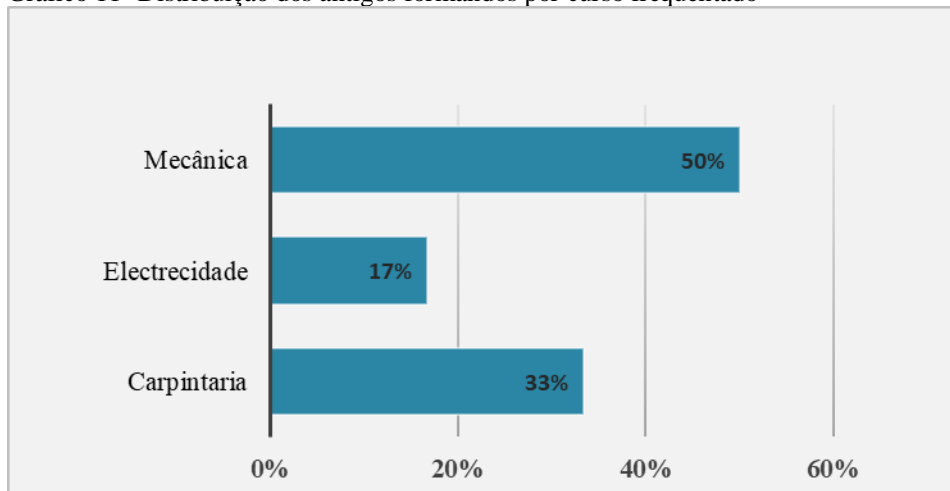
Gráfico 10 - Distribuição dos antigos formandos por faixa etária



Fonte: Elaborada pela pesquisadora.

No que se refere a distribuição etária dos antigos formandos, o gráfico acima indica que 33% possuem idades compreendidas entre os 19 e os 21 anos, enquanto 67% apresentam 22 anos ou mais. A predominância de formandos adultos jovens sugere que a conclusão dos cursos de ETP ocorre predominantemente entre indivíduos com maior experiência ou maturidade.

Gráfico 11- Distribuição dos antigos formandos por curso frequentado

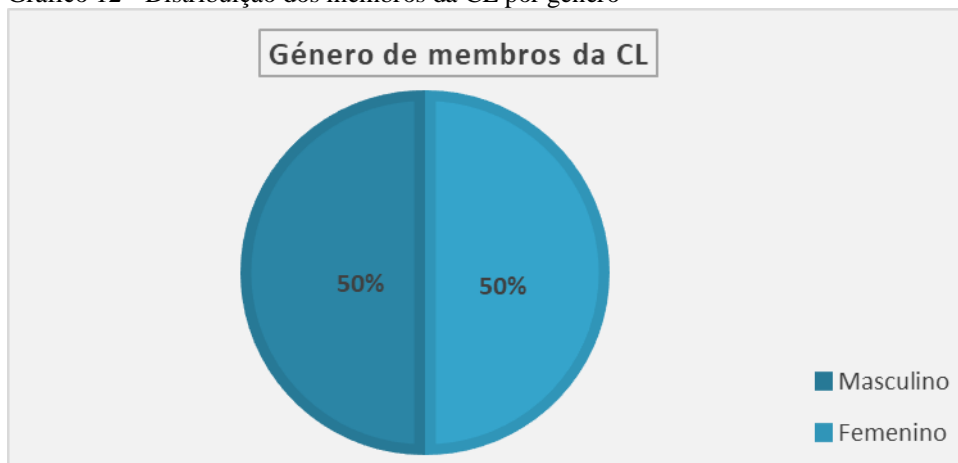


Fonte: Elaborada pela pesquisadora.

Ao proceder-se à análise do gráfico 11, na página 28, verifica-se que a maioria dos formandos dos cursos extintos optou pelo curso de Mecânica (50%), seguido pelo curso de Carpintaria (33%) e, por fim, o curso de Eletricidade (17%), demonstrando a preferência por cursos técnicos que correspondam às necessidades do mercado de trabalho.

4.1.4 Membros da comunidade

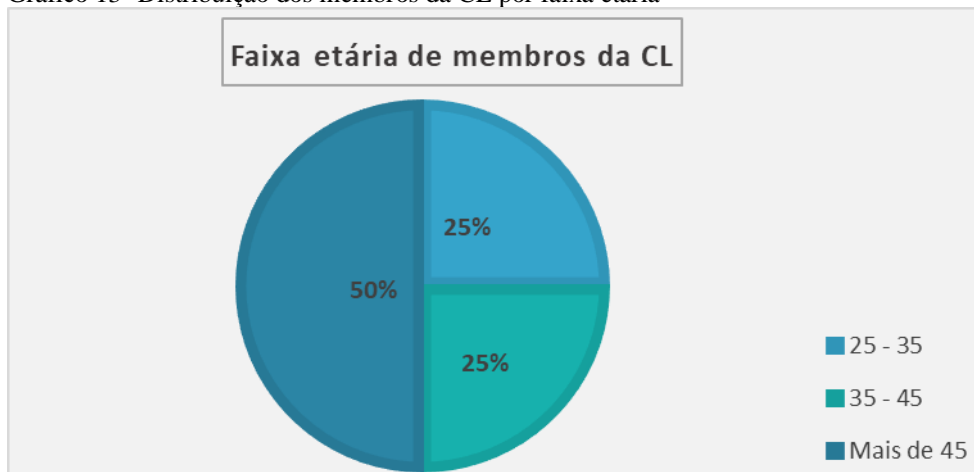
Gráfico 12 - Distribuição dos membros da CL por género



Fonte: Elaborada pela pesquisadora

Conforme ilustrado no gráfico 12, a amostra do CL é composta por indivíduos de ambos os sexos, com uma proporção de 50% de indivíduos do sexo masculino e 50% do sexo feminino. Esta distribuição evidencia um equilíbrio de género, uma vez que assegura uma representatividade igual de homens e mulheres na amostra.

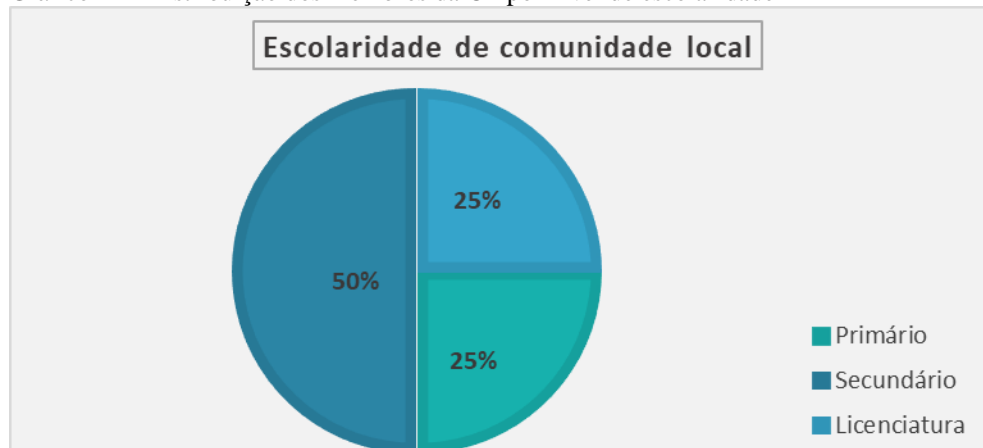
Gráfico 13- Distribuição dos membros da CL por faixa etária



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Conforme ilustra o gráfico 13, na página 29, cerca de 50% dos membros da CL apresentam uma idade superior a 45 anos, enquanto 25% se encontram nas faixas etárias entre os 35 e os 45 anos e 25% entre os 25 e os 35 anos.

Gráfico 14 - Distribuição dos membros da CL por nível de escolaridade



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Conforme ilustra o gráfico 14, 50% dos membros da CL têm o ensino secundário, 25% têm o ensino primário e 25% têm o ensino superior.

4.1.5 Membro da direção do instituto

A presente pesquisa contou com a participação de um membro da direção do instituto, nomeadamente o diretor pedagógico (DP), de sexo masculino. O diretor pedagógico, com 45 anos de idade, possui formação académica, evidenciada pelo seu grau licenciatura, que lhe confere as competências necessárias para coordenar e supervisionar as atividades pedagógicas. Relativamente aos anos de experiência, conta com 18 anos, demonstrando maturidade e um conhecimento consolidado da realidade do instituto.

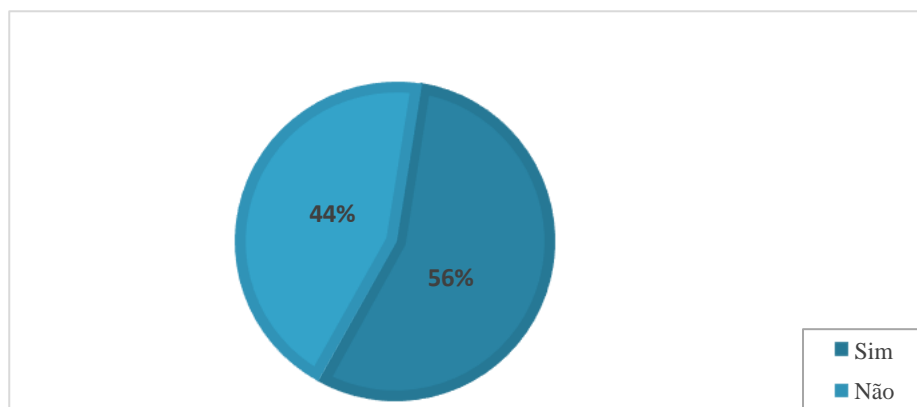
A recolha de dados junto do director pedagógico do instituto foi efetuada por meio de entrevistas semiestruturadas (ver Apêndice 5: Guião de entrevista à direção da escola, página 86).

4.2 Mudanças Curriculares Introduzidas pela Lei nº 26/2022

Esta secção apresenta e discute as informações recolhidas junto dos formandos, formadores, antigos formandos, membros da comunidade local e membro da direção do instituto.

4.2.1 Formadores

Gráfico 15 - Contacto com o conteúdo da Lei nº 26/2022

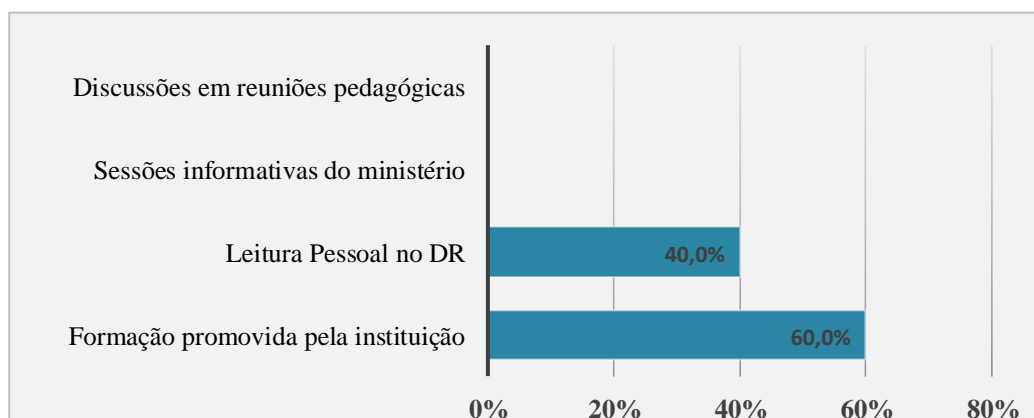


Fonte: Elaborada pela autora.

Os dados do gráfico 15 acima, indicam que 56% dos formadores inquiridos já tiveram contacto direto com o conteúdo da referida lei, ao passo que 44% referem não ter tido qualquer contacto com esta lei. Este resultado sugere um nível de conhecimento moderado entre os formadores sobre o novo enquadramento legal do ensino técnico-profissional.

Ribeiro *et al.*, (2023) e Fullan (2007), sugerem que os docentes devem estar familiarizados com as revisões legais e curriculares para que estas sejam aplicadas com sucesso, uma vez que são responsáveis pela mediação pedagógica e pela implementação de mudanças no contexto escolar. O facto de uma proporção significativa de formadores desconhecer a lei, sugere potenciais desafios na aplicação das suas orientações à prática quotidiana, evidenciando fragilidades da difusão normativa e da formação contínua nos sistemas de ETP.

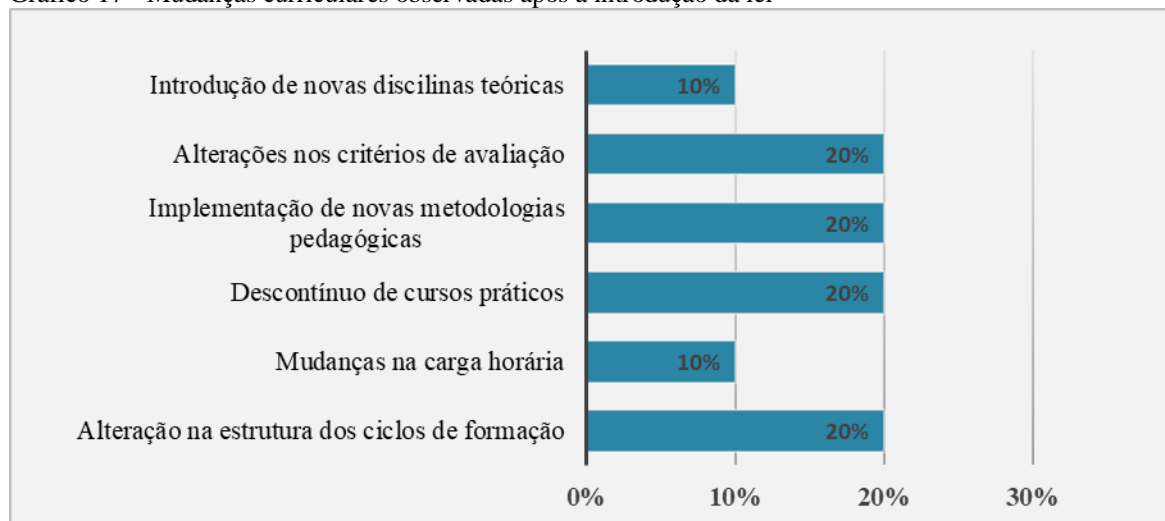
Gráfico 16 - Como teve acesso ao conteúdo da lei



Fonte: Elaborada pela autora.

Relativamente à forma como os formadores acederam ao conteúdo da nova lei, os dados do gráfico 16, na página 31, indicam que 60% dos inquiridos participaram numa acção de formação promovida pela própria instituição, enquanto 44% afirmam ter consultado o texto legal através de uma leitura pessoal no Boletim da República.

Gráfico 17 - Mudanças curriculares observadas após a introdução da lei

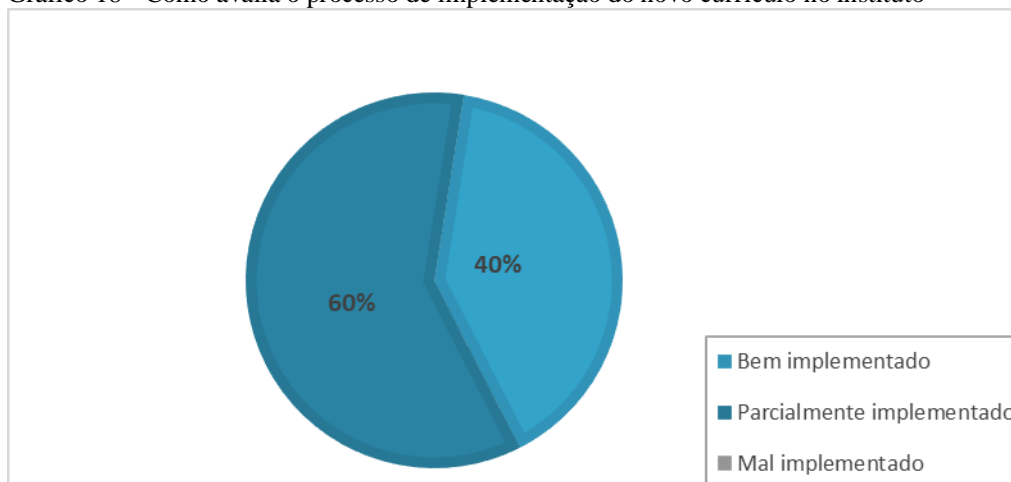


Fonte: Elaborada pela autora.

Os dados apresentados no gráfico 17 acima indicam que os formadores inquiridos identificaram várias mudanças após a entrada em vigor da lei: 20% notaram alterações na estrutura dos ciclos de formação; 10% referiram mudanças na carga horária; 20% assinalaram a descontinuação de cursos práticos; 20% mencionaram a implementação de novas metodologias pedagógicas; 20% identificaram alterações nos critérios de avaliação; e 10% referiram a introdução de novas disciplinas teóricas.

Estas perceções refletem a diversidade de alterações introduzidas pela reforma curricular, que abrangeu ajustes estruturais, pedagógicos e de avaliação. A literatura especializada destaca a necessidade de as revisões curriculares no ensino técnico-profissional equilibrarem a componente prática e teórica, de modo a adaptarem-se às exigências do mercado de trabalho e às necessidades dos alunos (Gonçalves, 2020). Neste contexto, a aplicação de novas metodologias pedagógicas e a alteração dos critérios de avaliação estão em conformidade com as abordagens contemporâneas que visam melhorar a qualidade do ensino. Por outro lado, a interrupção de cursos práticos pode afectar a aquisição de competências profissionais aplicáveis (Macamo, 2022).

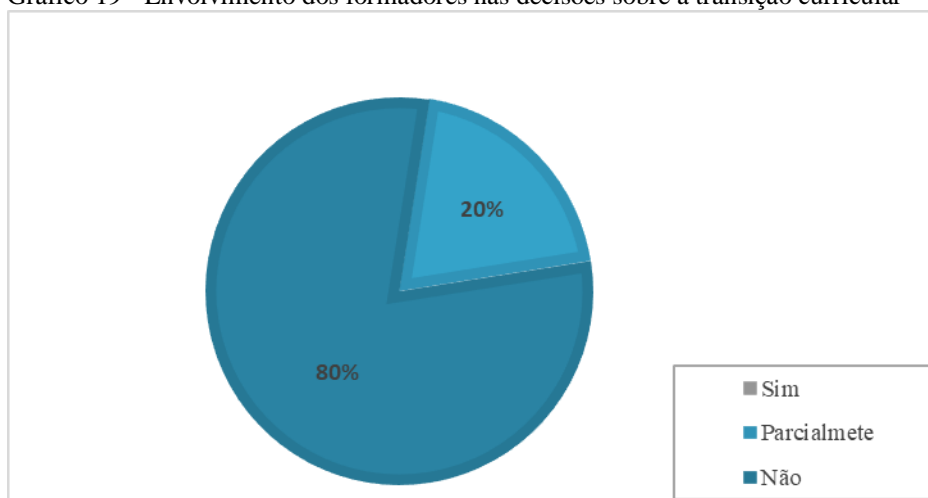
Gráfico 18 - Como avalia o processo de implementação do novo currículo no instituto



Fonte: Elaborada pela autora.

No que concerne à avaliação do processo de implementação do novo currículo no instituto, o gráfico acima mostra que 40% dos formadores consideram que este foi bem implementado, enquanto 60% entendem que foi apenas parcialmente implementado. Estes dados sugerem que, embora se reconheçam aspetos positivos, a maioria identifica limitações ou dificuldades na aplicação plena do novo currículo.

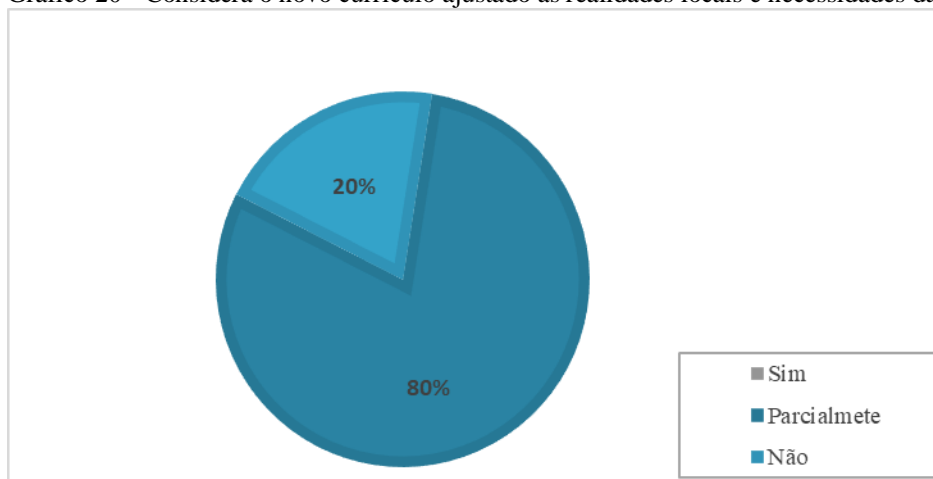
Gráfico 19 - Envolvimento dos formadores nas decisões sobre a transição curricular



Fonte: Elaborada pela autora.

Os dados do gráfico 19 acima, indicam que no processo de transição curricular, 80% dos formadores não participaram e 20% participaram apenas parcialmente, o que evidencia uma inclusão limitada dos docentes nas decisões curriculares.

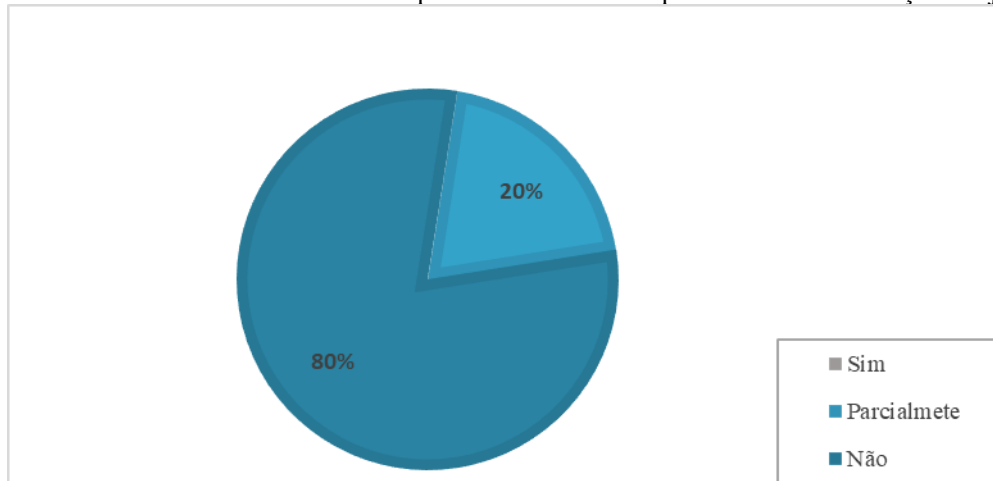
Gráfico 20 - Considera o novo currículo ajustado as realidades locais e necessidades da comunidade



Fonte: Elaborada pela autora.

Quanto à percepção dos formadores sobre o ajuste do novo currículo às realidades locais e às necessidades da comunidade, 20% consideram que este não está adequado, enquanto 80% entendem que está apenas parcialmente adequado, conforme indicado no gráfico 20 acima. Estes resultados sugerem que, embora haja algum reconhecimento de que o currículo está alinhado com o contexto local, persistem lacunas significativas quanto à sua plena adequação às necessidades da comunidade.

Gráfico 21- O descontinuo dos cursos práticos afectaram as oportunidades de formação dos jovens locais



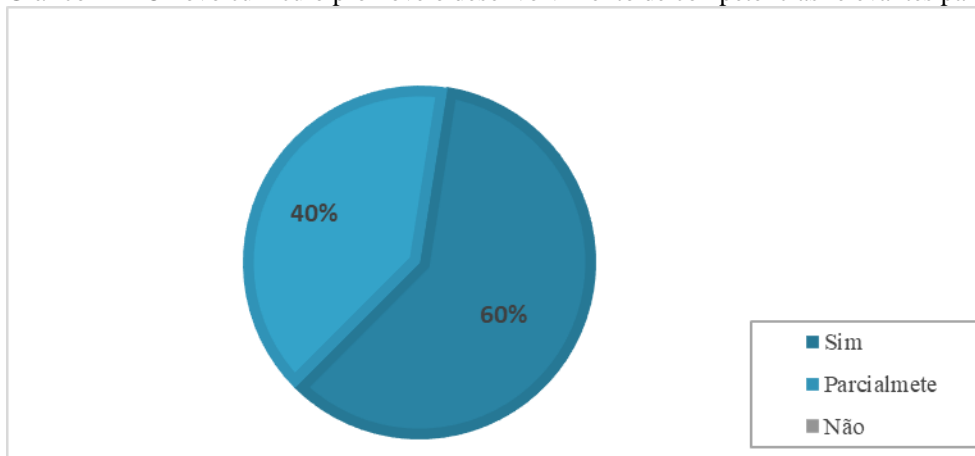
Fonte: Elaborada pela autora.

Os dados do gráfico 21 indicam que 80% dos formadores inquiridos consideram que a interrupção de alguns cursos práticos não afetou as oportunidades de formação dos jovens locais, enquanto 20% indicam que afetou parcialmente.

Embora a maioria dos inquiridos considere que não houve impacto, a literatura sobre formação técnico-profissional destaca a importância crucial da componente prática para o desenvolvimento de competências técnicas e para a preparação dos jovens para o mercado de trabalho (Ribeiro *et al.*, 2023).

A minoria que assinalou um impacto parcial sugere que a supressão destes cursos pode ter limitado o acesso de alguns jovens a experiências práticas essenciais, o que evidencia a necessidade de manter atividades práticas estruturadas, a fim de garantir a eficácia e a relevância da formação técnica, sobretudo no contexto das necessidades da comunidade local.

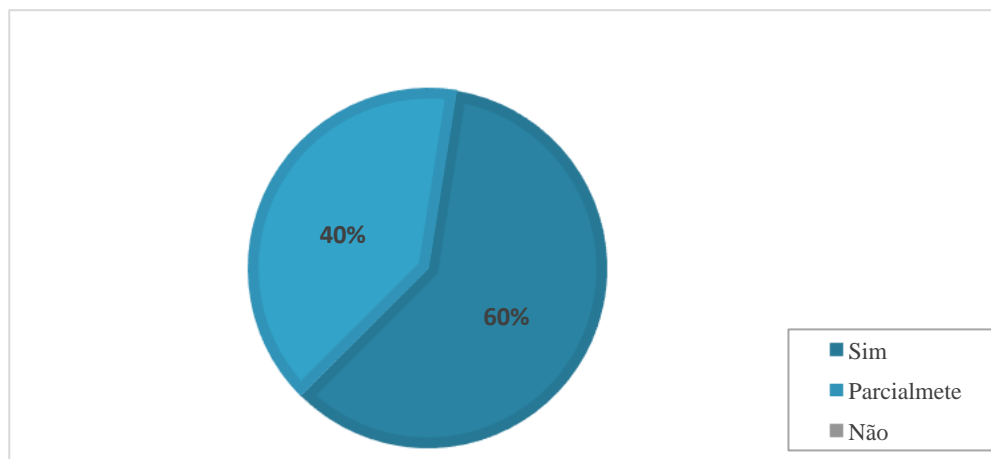
Gráfico 22 - O novo currículo promove o desenvolvimento de competências relevantes para o mercado de trabalho



Fonte: Elaborada pela autora.

A análise dos dados do gráfico 22, na página 35, mostra que 60% dos formadores inquiridos consideram que a nova revisão curricular promove plenamente o desenvolvimento de competências relevantes para o mercado de trabalho, enquanto 40% entendem que o faz apenas parcialmente. Estes dados indicam que, na perspetiva dos formadores, o currículo estabelece uma ligação positiva com as exigências do mercado de trabalho.

Gráfico 23 - As actuais mudanças curriculares contribuem para inclusão social e económica dos formandos

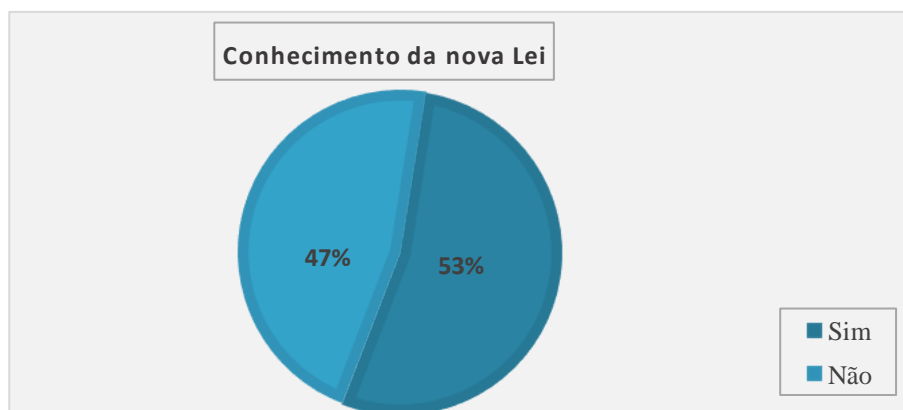


Fonte: Elaborada pela autora.

Quanto à percepção dos formadores sobre o contributo das actuais alterações curriculares para a inclusão social e económica dos formandos, os dados do gráfico 23 acima, indicam que 60% consideram que estas alterações promovem plenamente a inclusão, enquanto 40% entendem que o fazem apenas parcialmente. Estes resultados indicam que, embora a maioria dos formadores reconheça um impacto positivo, subsistem percepções de que o currículo pode ser melhorado para responder de forma mais eficaz às necessidades sociais e económicas dos formandos.

4.2.2 Formandos

Gráfico 24 - Conhecimento da nova Lei do Ensino Técnico Profissional

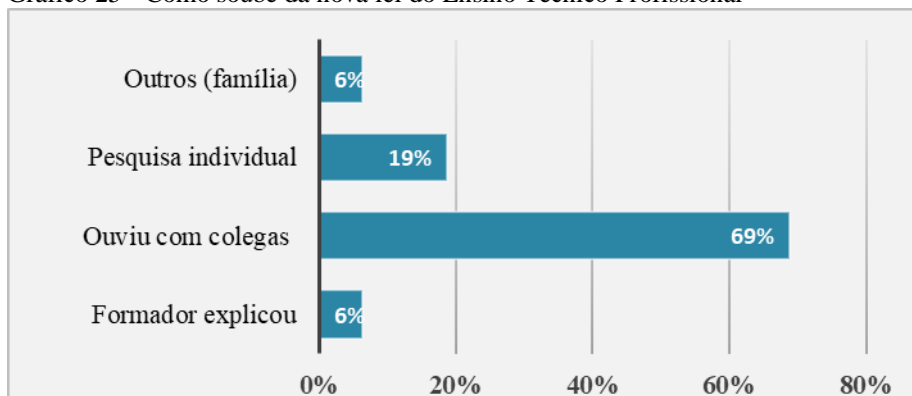


Fonte: Elaborada pela pesquisadora

Conforme ilustrado no gráfico acima, 53% dos inquiridos afirmam possuir algum conhecimento sobre a nova lei do ETP, enquanto 47% referem não ter tido contacto com a mesma. Estes resultados evidenciam uma consciencialização ainda limitada dos formandos relativamente à

legislação em vigor, salientando a necessidade de implementar estratégias mais eficazes de divulgação e promoção da compreensão do enquadramento normativo do ETP.

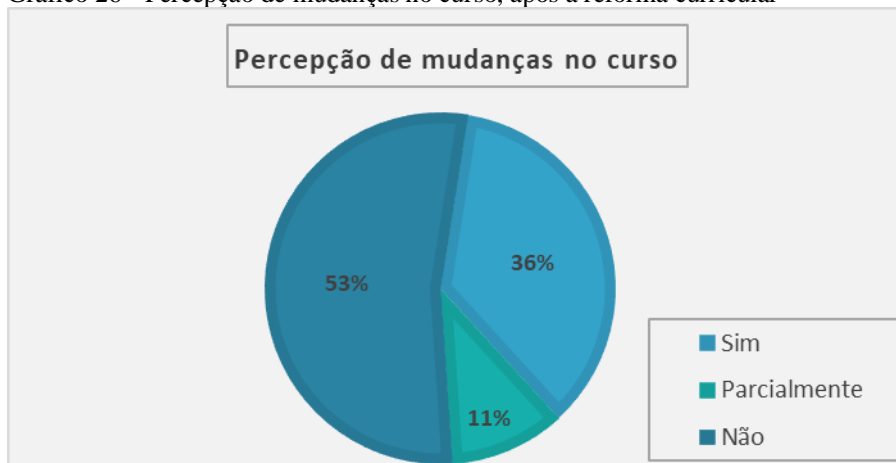
Gráfico 25 - Como soube da nova lei do Ensino Técnico Profissional



Fonte: Elaborado pela autora.

Os dados do Gráfico 25, indicam que a maioria dos formandos (69%) indicou ter obtido informações junto dos colegas sobre a nova lei do ETP, seguindo-se a pesquisa individual (19%). Apenas 6% referiram ter recebido informações do formador e outros 6% mencionaram outras fontes, como familiares. Esta distribuição mostra que a difusão da legislação ocorre sobretudo de forma informal, entre pares, o que sugere uma intervenção limitada dos formadores na disseminação do conhecimento sobre a lei.

Gráfico 26 - Percepção de mudanças no curso, após a reforma curricular

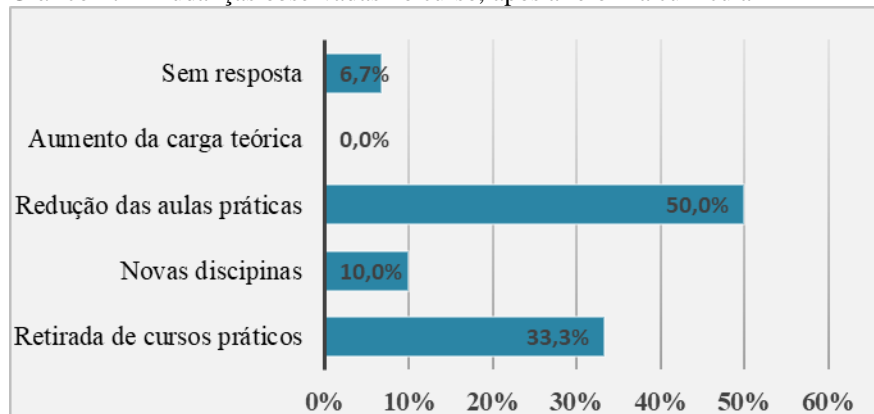


Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme ilustrado no gráfico 26 acima, 53% dos formandos afirmaram não ter identificado quaisquer alterações, 36% consideraram ter notado mudanças e 11% assinalaram uma percepção parcial das mesmas. Estes resultados indicam que uma proporção significativa dos formandos

pode não estar totalmente ciente das modificações introduzidas, o que evidencia a necessidade de estratégias de comunicação mais eficazes relativamente às alterações curriculares e pedagógicas implementadas.

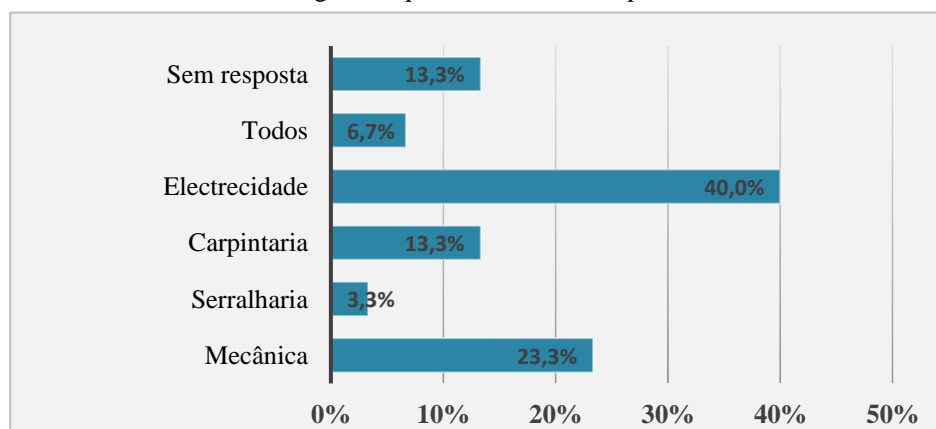
Gráfico 27 - Mudanças observadas no curso, após a reforma curricular



Fonte: Elaborado pela autora.

O Gráfico 27 acima, ilustra as alterações percebidas pelos formandos nos cursos após a revisão curricular: 50% referiram a redução das aulas práticas; 33,3%, a supressão de cursos práticos; 10%, a introdução de novas disciplinas; e 6,7% não responderam. Estes dados evidenciam que as alterações afetaram sobretudo a componente prática dos cursos, o que, segundo Ribeiro *et al.* (2023), compromete o desenvolvimento de competências técnicas e a ligação entre a teoria e a prática.

Gráfico 28 - Dos cursos extinguidos, quais considera úteis para a comunidade



Fonte: Elaborado pela autora.

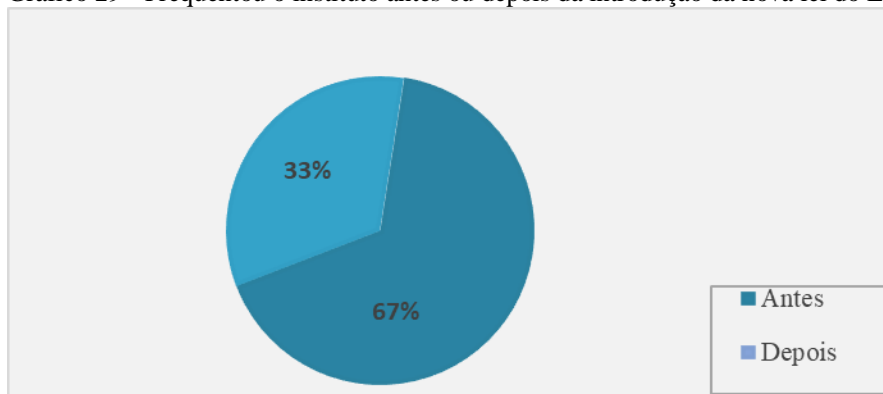
No que concerne aos cursos extintos, os dados do gráfico acima indicam que os formandos consideram úteis para a comunidade, 40% referem o curso de Eletricidade, 23,3% o curso de

Mecânica e 13,3% o curso de Carpintaria. Além disso, 13,3% não responderam, 6,7% consideram que todos os cursos extintos seriam úteis e 3,3% referiram o curso de Serralharia.

Estes resultados indicam que os formandos reconhecem maior relevância às áreas técnicas tradicionalmente associadas às necessidades económicas e infraestruturais da comunidade.

4.2.3 Antigos formandos

Gráfico 29 - Frequentou o instituto antes ou depois da introdução da nova lei do ETP

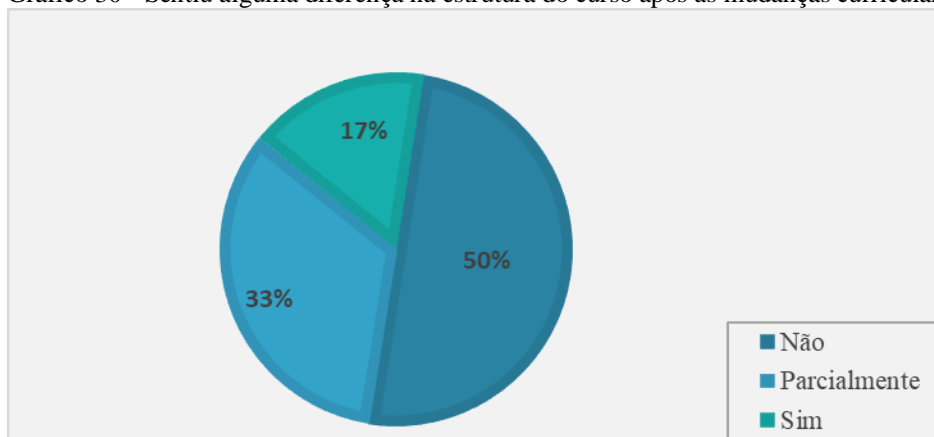


Fonte: Elaborado pela autora.

Os dados apresentados no gráfico 29, mostram que 67% dos antigos formandos frequentaram o instituto antes da introdução da reforma curricular, ao passo que 33% o fizeram após a sua implementação. Estes dados indicam que a maioria dos formandos inquiridos concluiu a sua formação sob o modelo anterior, o que é relevante para a análise comparativa da perceção das alterações.

De acordo com Ribeiro *et al.* (2023), as reformas curriculares no ensino técnico-profissional tendem a gerar diferenças significativas na experiência formativa entre grupos de formandos distintos, sobretudo quando alteram a carga prática, a estrutura modular ou os referenciais de competências. Assim, a predominância de formandos do período anterior à reforma permite compreender eventuais divergências nas perceções sobre a qualidade da formação e o impacto das alterações introduzidas.

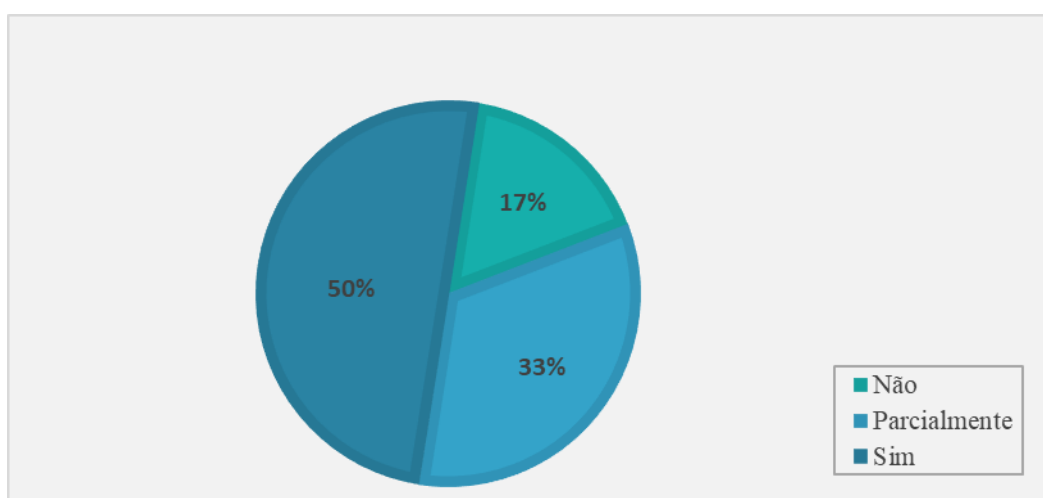
Gráfico 30 - Sentiu alguma diferença na estrutura do curso após as mudanças curriculares



Fonte: Elaborada pela autora.

Os dados apresentados no gráfico 30 acima, indicam que 50% dos antigos formandos afirmam não ter sentido diferenças na estrutura do curso após a implementação das alterações curriculares, 33% referem ter notado alterações apenas parciais e 17% indicam ter observado mudanças claras. A predominância de percepções de estabilidade sugere que a reforma curricular pode não ter tido um impacto visível no cotidiano formativo ou na organização pedagógica.

Gráfico 31 - Considera que o ensino recebido foi adequado às necessidades do mercado de trabalho local



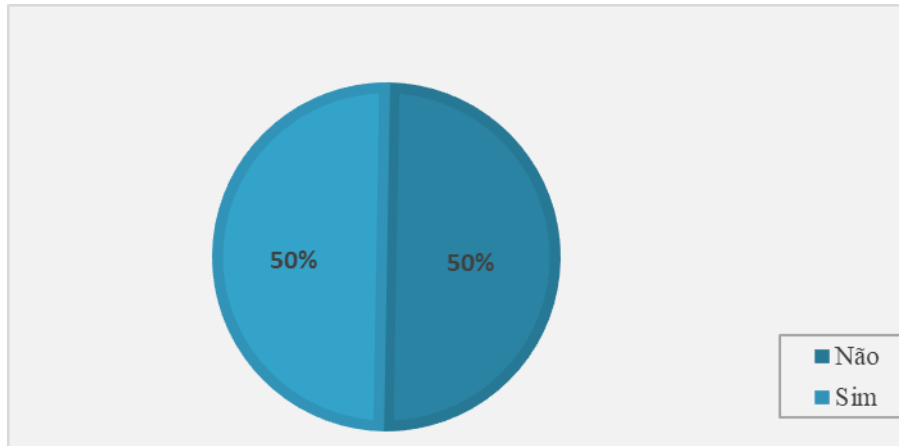
Fonte: Elaborado pela autora

Quanto à adequação da formação às necessidades do mercado de trabalho local, 50% dos inquiridos consideram que a formação recebida foi adequada, 33% consideram-na parcialmente adequada e 17% entendem que não respondeu às exigências do mercado, conforme ilustrado no gráfico 31 acima. Esta distribuição evidencia uma percepção maioritariamente positiva, embora

subsistam reservas quanto à correspondência plena entre as competências adquiridas e as necessidades profissionais locais.

4.2.4 Membros da CL

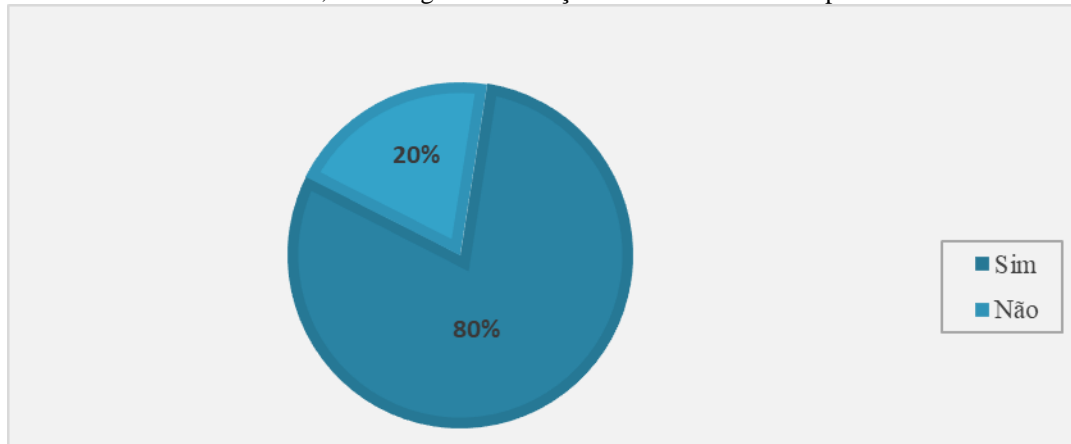
Gráfico 32 - Já ouviu falar da nova lei do ETP



Fonte: Elaborado pela autora

Relativamente ao conhecimento da nova lei do ETP, os dados do gráfico acima revelam que 50% dos inquiridos afirmam já ter ouvido falar da nova lei, enquanto os restantes 50% indicam não ter qualquer conhecimento sobre a mesma. Esta distribuição evidencia um nível de consciencialização limitado e desigual dentro da comunidade.

Gráfico 33 - Desde a reforma, notou alguma mudança nos cursos oferecidos pelo instituto



Fonte: Elaborado pela autora

Relativamente à perceção dos membros da comunidade local sobre as mudanças introduzidas desde a reforma, os dados do gráfico acima indicam que 80% afirmam ter observado alterações nos cursos oferecidos pelo instituto, ao passo que 20% referem não ter notado qualquer mudança.

Esta distribuição sugere que a maioria dos membros da comunidade considera que a reforma curricular teve um impacto visível na oferta formativa do instituto.

4.2.5 Membro da direcção do instituto

Questionado o membro da direcção do instituto, “*quais foram as principais mudanças curriculares introduzidas nos cursos técnicos profissionais do instituto?*”

Sobre esta questão, respondeu o seguinte:

Não lecionar os cursos de manutenção industrial devido a questões relacionadas com a obtenção de nível. Esta alteração evidencia que as restrições regulamentares ou administrativas podem condicionar a oferta de cursos essenciais, afetando potencialmente a formação prática dos estudantes e a relevância do currículo face às necessidades do mercado de trabalho.

Questionado sobre os impactos institucionais resultantes da aplicação da nova lei, nomeadamente em termos de reorganização dos cursos e de gestão de recursos?

O membro da direcção indicou:

A transferência de formadores, a redução do número de formandos e a necessidade de contratar novos formadores para os novos cursos. Estes impactos refletem as alterações estruturais e operacionais decorrentes da aplicação da reforma curricular, evidenciando os desafios enfrentados na gestão de pessoal e na adaptação da oferta formativa às exigências legais e institucionais.

Quando questionado se considera essas mudanças respondem adequadamente às necessidades de modernização do ETP, tendo em conta a realidade e as necessidades locais da comunidade de Marracuene? O diretor pedagógico respondeu:

Não, afirmando que as alterações não correspondem de forma satisfatória aos cursos anteriormente oferecidos. Esta observação sugere que a reforma curricular pode não ter atendido plenamente às expectativas em termos de relevância prática e alinhamento com as necessidades socioeconómicas locais.

E por fim, questionado se cursos actuais refletem as oportunidades de emprego disponíveis em Marracuene e arredores? O diretor pedagógico respondeu:

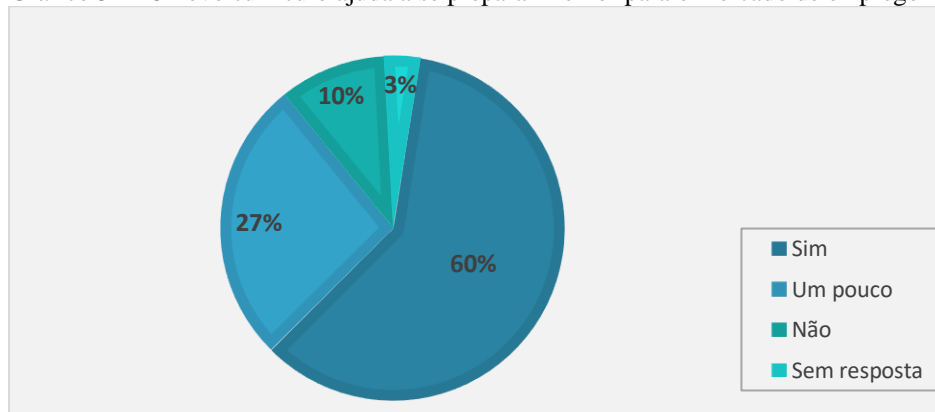
Sim, mas não de forma adequada quando comparados com os cursos anteriormente oferecidos. Esta observação sugere que, embora haja algum alinhamento com o mercado de trabalho local, a atual oferta formativa pode não aproveitar plenamente as oportunidades de emprego existentes, sobretudo se comparada com os cursos que foram descontinuados.

4.3 Impactos das mudanças curriculares na vida socioeconómica dos formandos

Com vista a aferir os impactos das mudanças curriculares na vida socioeconómica dos formandos do Instituto Médio Técnico São Francisco de Assis, a pesquisa achou os dados apresentados abaixo de acordo com o grupo-alvo específico: formandos, formadores, antigos formandos, membros da comunidade local e membro da direção do instituto.

4.3.1 Formandos

Gráfico 34 - O novo currículo ajuda a se preparar melhor para o mercado de emprego

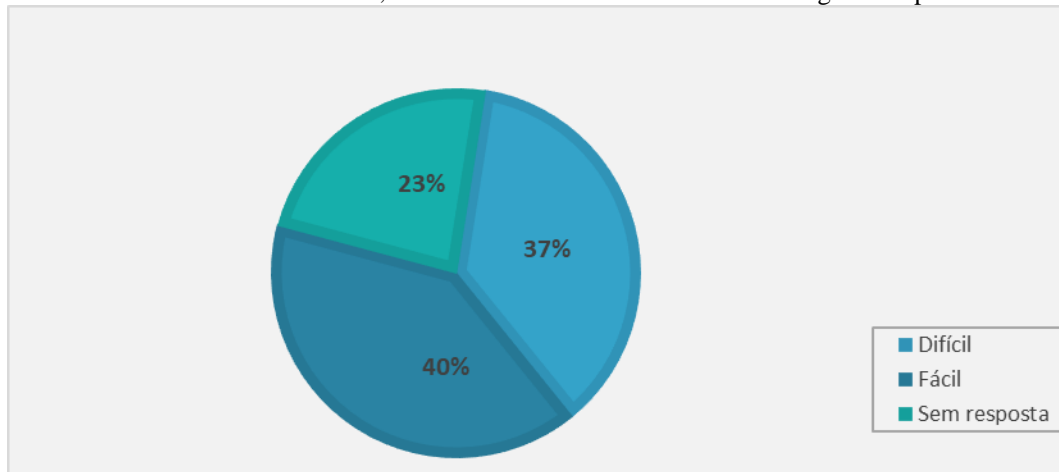


Fonte: Elaborado pela autora

Quanto à percepção dos formandos sobre a contribuição do novo currículo para a sua preparação para o mercado de trabalho, os dados do gráfico 34 indicam que 60% consideram que o currículo os prepara efetivamente melhor para o emprego, ao passo que 27% afirmam que este apenas contribui parcialmente para essa preparação.

Por outro lado, 10% entendem que não houve melhorias decorrentes das alterações curriculares e 3% não responderam. Estes resultados sugerem uma percepção maioritariamente positiva quanto ao alinhamento do currículo com as exigências do mercado de trabalho, embora persistam grupos que identificam limitações na sua capacidade de promover competências plenamente ajustadas às dinâmicas laborais.

Gráfico 35 - Com o novo currículo, ficou mais fácil ou difícil encontrar estágios ou oportunidades de prática



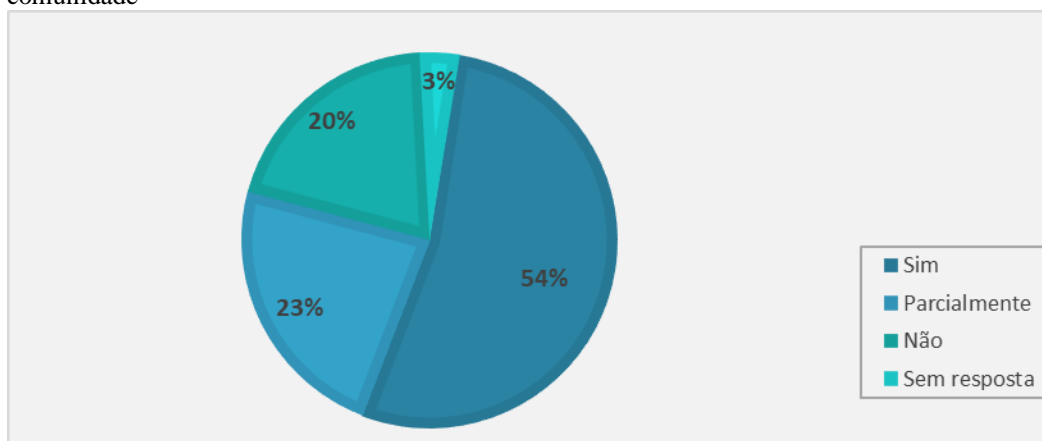
Fonte: Elaborado pela autora

Os dados do gráfico acima, revelam que 40% consideram que, com o novo currículo, tornou-se mais fácil obter estágios ou oportunidades de prática, 37% afirmam que o processo se tornou mais difícil e 23% não responderam. Esta diversidade de opiniões sugere que a reforma curricular tem tido efeitos diferentes na integração dos formandos em contextos reais de trabalho.

De acordo com Billett (2011), as reformas do ensino técnico-profissional podem melhorar a empregabilidade, desde que reforcem a articulação com o setor produtivo e ampliem as oportunidades de prática. No entanto, também se salienta que a aplicação desigual ou a limitação de recursos institucionais pode criar obstáculos ao acesso a estágios, sobretudo em contextos onde a oferta de locais de estágio é reduzida ou irregular (Ribeiro *et al.*, 2023; Macamo, 2022).

Estes resultados estão, assim, alinhados com os estudos que evidenciam que o impacto das reformas curriculares depende fortemente das condições de execução e da capacidade das instituições para estabelecerem parcerias sólidas com o mercado de trabalho.

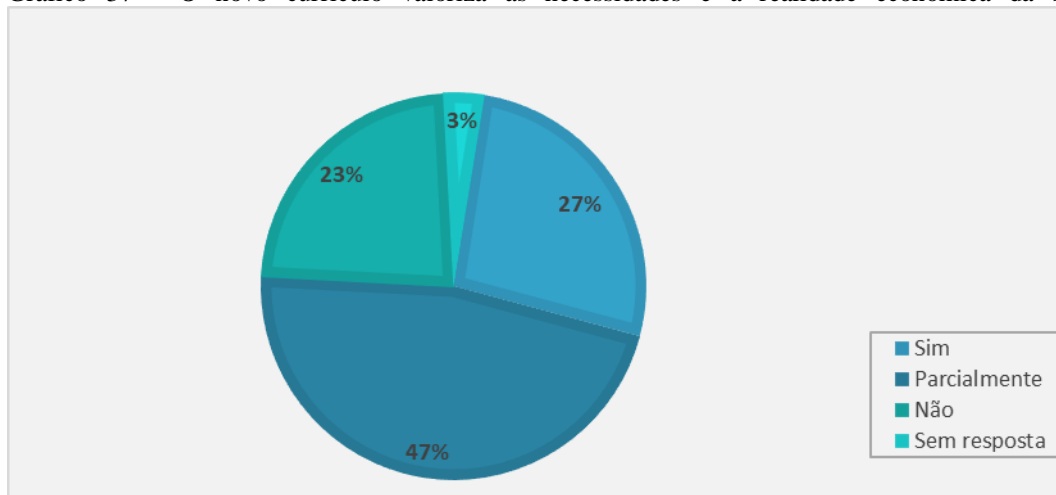
Gráfico 36 - A descontinuidade de cursos práticos diminui as oportunidades de emprego para os jovens da comunidade



Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto à percepção dos formandos sobre o impacto da descontinuidade dos cursos práticos nas oportunidades de emprego dos jovens da comunidade, 54% consideram que as oportunidades diminuem efetivamente, 23% afirmam que diminuem parcialmente, 20% indicam que não diminuem e 3% não responderam, conforme ilustra o gráfico 36. Estes resultados evidenciam a importância da componente prática na formação técnica para a empregabilidade dos jovens.

Gráfico 37 - O novo currículo valoriza as necessidades e a realidade económica da sua comunidade



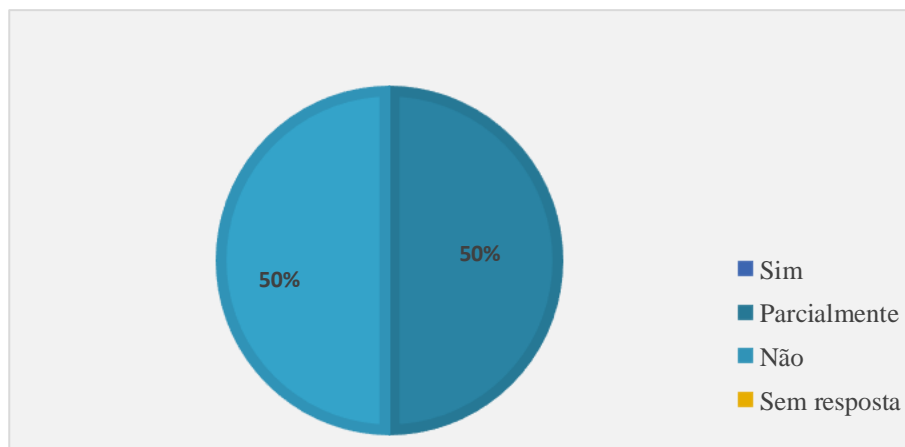
Fonte: Elaborado pela autora

Quanto à percepção dos formandos sobre a forma como o novo currículo valoriza as necessidades e a realidade económica da comunidade, o gráfico 37 mostra que 27% consideram que o faz plenamente, 47% afirmam que o faz parcialmente, 23% entendem que não reflete essas necessidades e 3% não responderam. Estes dados sugerem que, embora uma parte significativa

dos inquiridos reconheça algum alinhamento do currículo com o contexto económico local, ainda existem lacunas na sua adequação plena às necessidades da comunidade.

4.3.2 Formadores

Gráfico 38 - As mudanças curriculares introduzidas pela nova lei se adequam a realidade socioeconómica de Marracuene

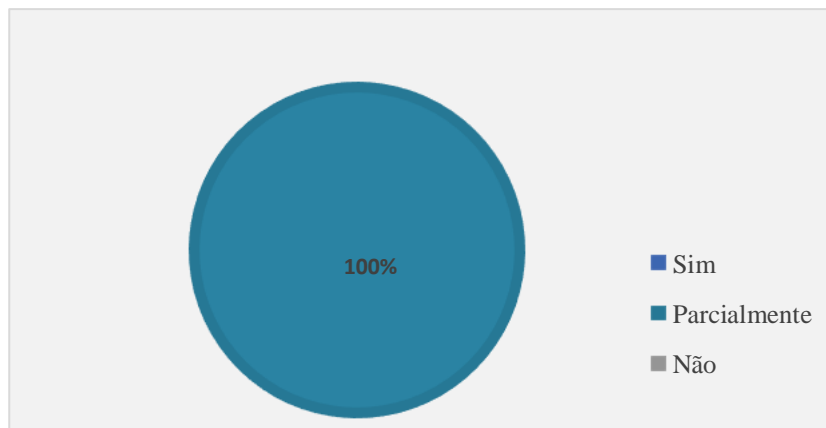


Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto à percepção dos formadores sobre a adequação das alterações curriculares introduzidas pela nova lei à realidade socioeconómica de Marracuene, os dados do gráfico 38, indicam que 50% consideram que essa adequação ocorre apenas parcialmente, ao passo que os restantes 50% entendem que não se verifica de todo.

Esta distribuição mostra que os formadores não consideram haver um alinhamento pleno entre o novo currículo e as especificidades socioeconómicas do distrito, o que sugere possíveis insuficiências na contextualização das orientações curriculares.

Gráfico 39 - Houve melhoria na qualidade do ETP após entrada em vigor da nova lei

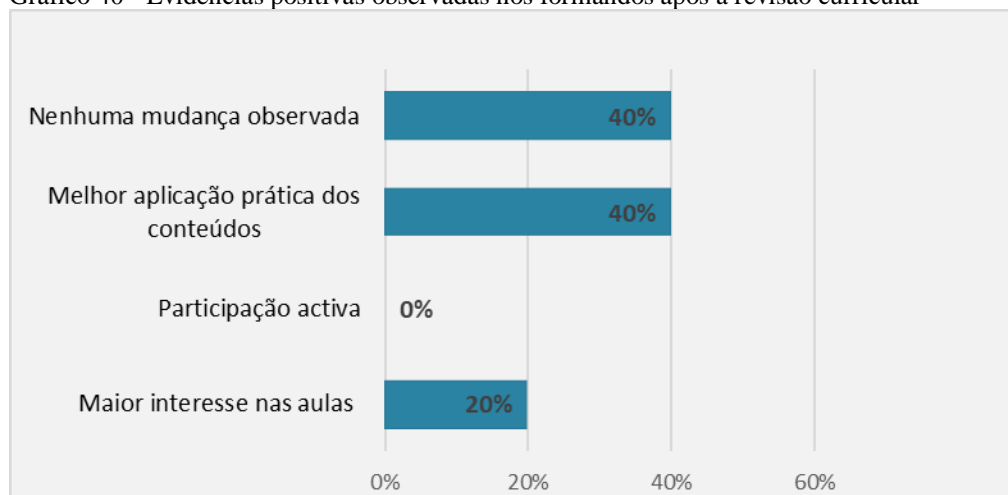


Fonte: Elaborado pela autora.

Os dados do gráfico 39, na página 46, ilustram que 100% dos formadores inquiridos consideram que a melhoria da qualidade do ETP após a entrada em vigor da nova lei foi apenas parcial.

Este resultado sugere que, embora os formadores reconheçam alguns avanços decorrentes da nova legislação, acreditam que estas melhorias ainda não se refletem totalmente na prática pedagógica nem no funcionamento geral do ensino técnico-profissional.

Gráfico 40 - Evidências positivas observadas nos formandos após a revisão curricular

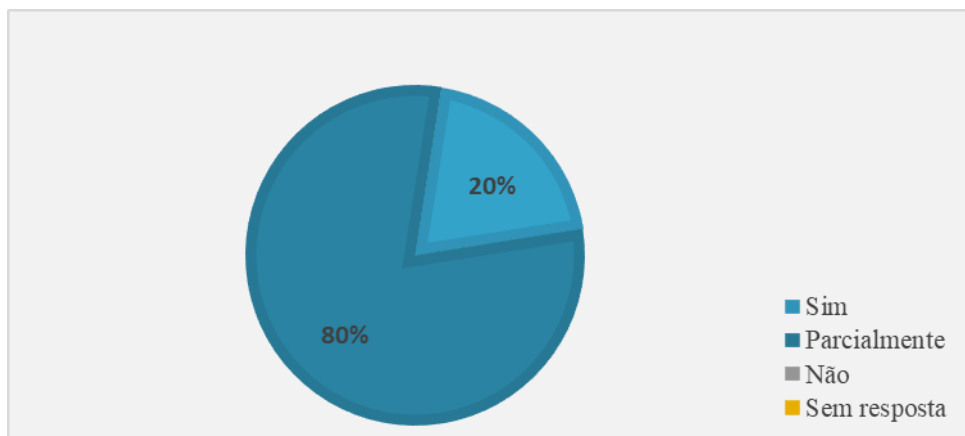


Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto aos dados representados no gráfico acima, relativos a evidências positivas observadas pelos formadores após a revisão curricular, 40% referem não ter identificado mudanças significativas nos formandos, ao passo que outros 40% apontam para uma melhor aplicação prática dos conteúdos. Adicionalmente, 20% dos formadores salientam um maior interesse dos estudantes nas aulas.

Estes resultados indicam percepções diferenciadas entre os formadores e sugerem que os impactos da revisão curricular não foram uniformes, podendo estar associados à forma como as mudanças foram implementadas ou operacionalizadas em sala de aula.

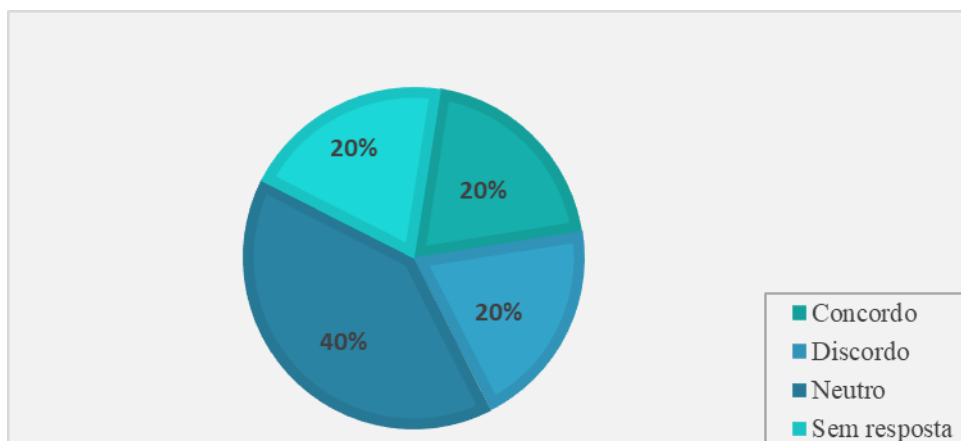
Gráfico 41- A retirada dos cursos práticos afectou o desempenho e a motivação dos formandos



Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com os dados apresentados no gráfico acima, 80% dos formadores consideram que a retirada dos cursos práticos afetou parcialmente o desempenho e a motivação dos formandos, enquanto 20% entendem que o impacto foi claramente significativo.

Gráfico 42 - A redução das aulas práticas compromete a aquisição de competências profissionais essenciais

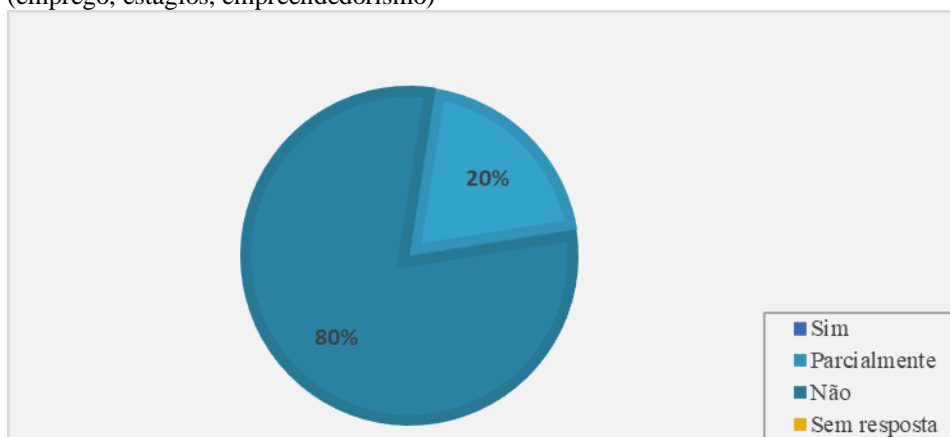


Fonte: Elaborado pela autora.

Analisando os dados do gráfico acima, observa-se que em relação à percepção dos formadores sobre o impacto da redução das aulas práticas, 40% mantêm uma posição neutra, 20% não responderam, 20% discordam que tal redução comprometa a aquisição de competências profissionais essenciais e 20% concordam com essa afirmação.

Estes dados indicam uma ausência de consenso entre os formadores, sugerindo percepções divergentes quanto ao papel da componente prática na consolidação das competências técnicas dos formandos.

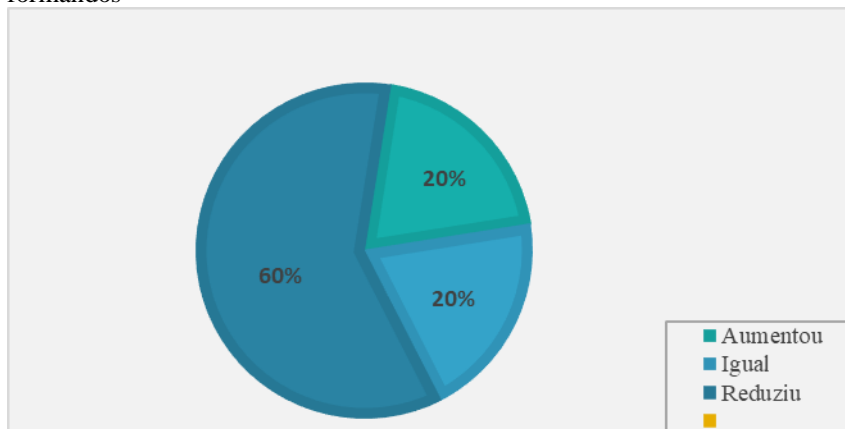
Gráfico 43 - As mudanças curriculares afectaram negativamente a integração social e económica dos formandos (emprego, estágios, empreendedorismo)



Fonte: Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto à percepção dos formadores sobre o impacto das mudanças curriculares na integração social e económica dos formandos, incluindo o emprego, os estágios e as iniciativas de empreendedorismo, de acordo com o gráfico 43, 80% consideram que as alterações não tiveram efeitos negativos e 20% avaliam que o impacto foi parcialmente negativo.

Gráfico 44 - A nova estrutura curricular aumenta ou reduz as oportunidades de empregabilidade e rendimento dos formandos

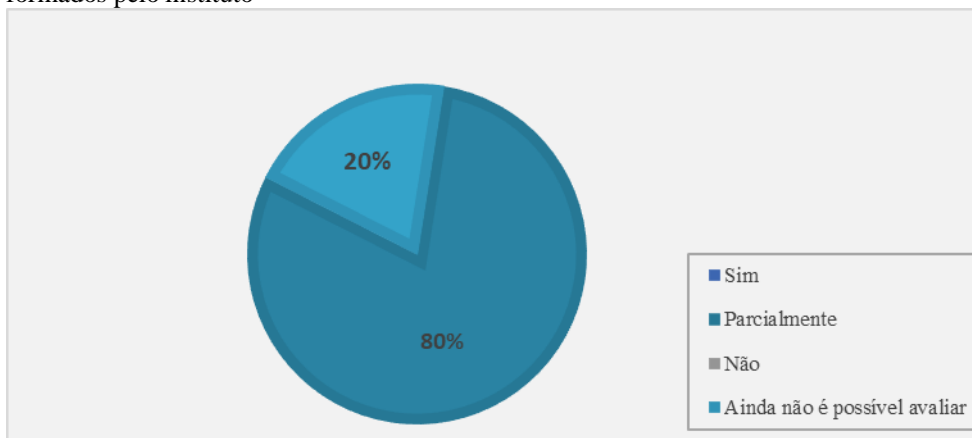


Fonte: Elaborado pela autora

Os dados do gráfico acima indicam que, quanto à percepção dos formadores sobre o impacto da nova estrutura curricular nas oportunidades de empregabilidade e rendimento dos formandos, 60% consideram que as oportunidades diminuíram, 20% entendem que se mantiveram inalteradas e os restantes 20% avaliam que se mantêm. Estes resultados sugerem uma avaliação predominantemente negativa por parte dos formadores, indicando que a revisão curricular poderá

não corresponder plenamente às exigências do mercado de trabalho nem potenciar a inserção profissional dos formandos.

Gráfico 45 - Em sua opinião, o novo currículo contribui para o desenvolvimento social e económico dos jovens formados pelo instituto

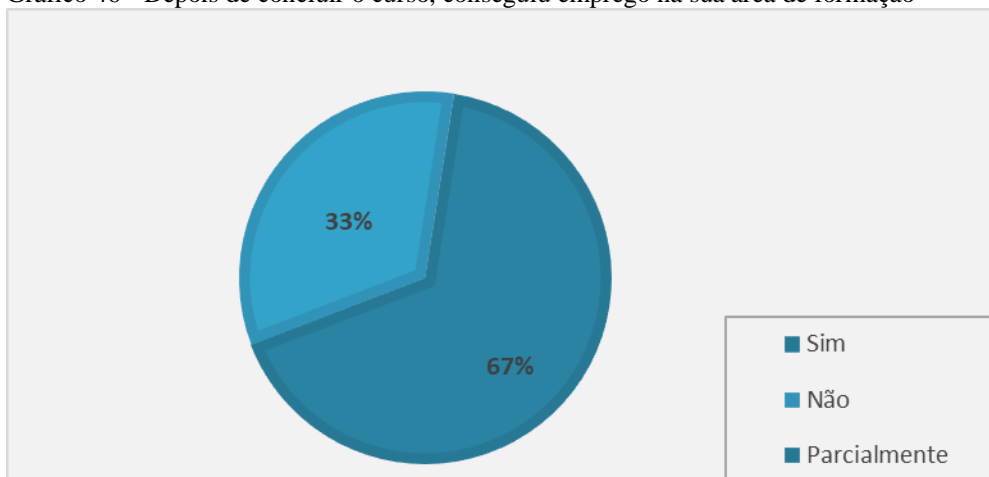


Fonte: Elaborado pela autora

Os dados apresentados no gráfico 45, mostram que 80% dos formadores inquiridos consideram que o novo currículo contribui parcialmente para o desenvolvimento social e económico dos jovens, enquanto 20% afirmam que ainda não é possível avaliar o seu impacto. Estes resultados sugerem que, embora haja algum reconhecimento do seu potencial, persiste incerteza quanto à sua efetiva capacidade de gerar melhorias mensuráveis no percurso profissional e social dos jovens.

4.3.3 Antigos Formandos

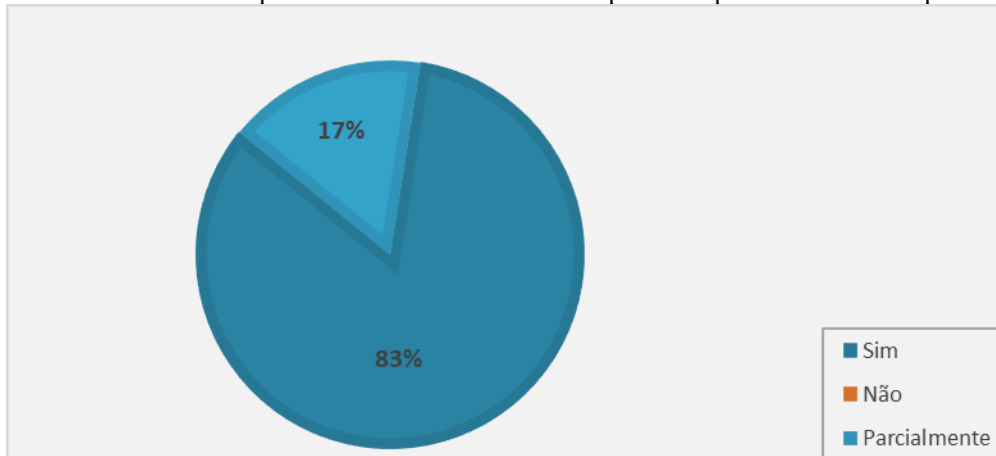
Gráfico 46 - Depois de concluir o curso, conseguiu emprego na sua área de formação



Fonte: Elaborado pela autora.

Os dados do gráfico 46, na página 50, mostram que após a conclusão do curso, 67% dos antigos formandos afirmam ter conseguido emprego na sua área de formação, ao passo que 33% indicam não ter obtido colocação no setor correspondente. Estes dados evidenciam que a maioria dos formandos consegue aplicar as competências adquiridas, embora uma proporção significativa ainda enfrente dificuldades de inserção no mercado de trabalho específico.

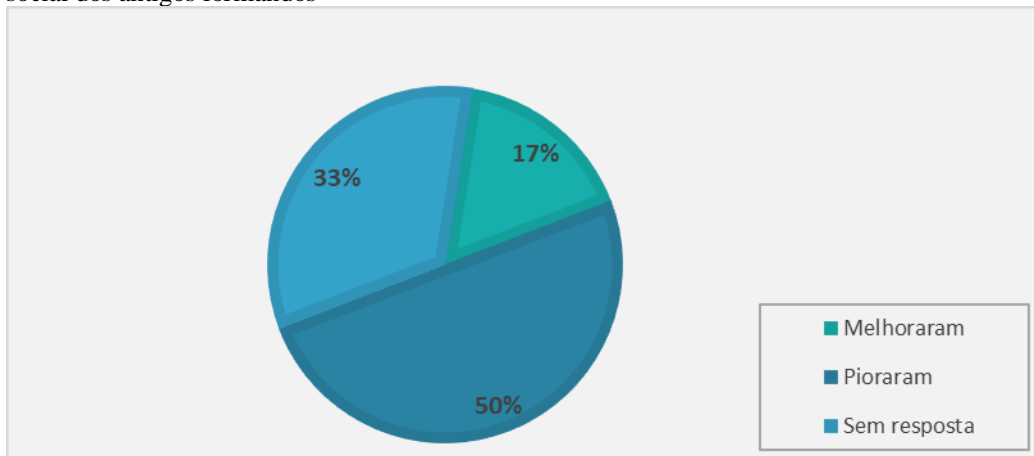
Gráfico 47- Considera que o currículo do curso deu competências praticas suficientes para o mercado do trabalho



Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto à percepção dos antigos formandos sobre o currículo do curso, o gráfico acima mostra que 83% consideram que este lhes conferiu competências práticas suficientes para o mercado de trabalho, ao passo que 17% afirmam que as competências adquiridas foram apenas parcialmente suficientes. Estes dados sugerem que a maioria dos antigos formandos reconhece que o curso os prepara adequadamente para aplicar as competências adquiridas no contexto laboral.

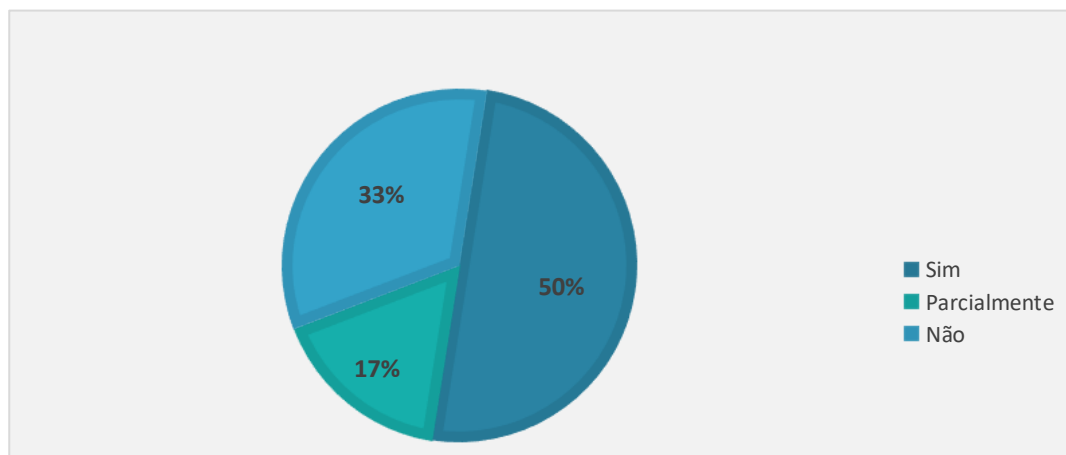
Gráfico 48 - As mudanças introduzidas pela nova lei do ETP contribuíram para o desenvolvimento económico e social dos antigos formandos



Fonte: Elaborada pela autora

De acordo com os dados apresentados no gráfico 48, na página 51, quanto à percepção dos antigos formandos sobre o impacto das mudanças introduzidas pela nova lei no seu desenvolvimento económico e social, 53% consideram que este piorou, 17% consideram que melhorou e 33% não responderam. Estes resultados sugerem que uma parte significativa dos antigos formandos não identificou benefícios concretos das alterações legislativas no seu percurso económico e social, o que pode indicar potenciais lacunas na aplicação da lei ou nos seus efeitos práticos.

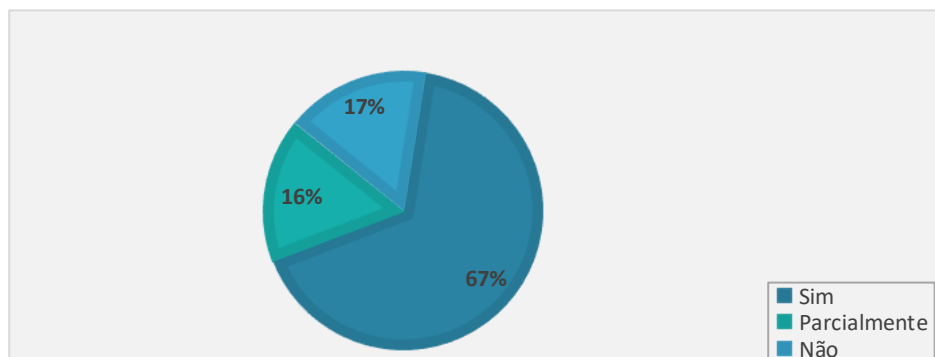
Gráfico 49 - Considera que o descontinuo de cursos práticos teve impacto negativo na empregabilidade local



Fonte: Elaborada pela autora

Os dados do gráfico acima, relativamente ao impacto da interrupção dos cursos práticos na empregabilidade local, 50% dos antigos formandos consideram que teve um efeito negativo, 17% entendem que o impacto foi parcialmente negativo e 33% consideram que não houve impacto. Estes resultados indicam que metade dos antigos formandos estabelece uma ligação direta entre a diminuição da componente prática e as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, refletindo a importância da prática na preparação profissional.

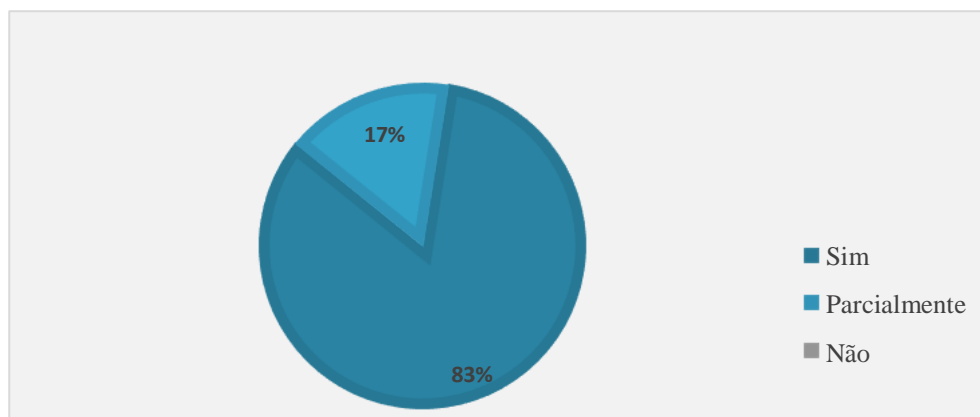
Gráfico 50- O curso que frequentou contribuiu para o seu desenvolvimento pessoal e social



Fonte: Elaborada pela autora

Quanto à percepção dos antigos formandos sobre a contribuição do curso para o seu desenvolvimento pessoal e social, o gráfico 50, na página 51, indica que 67% afirmam que o curso contribuiu plenamente, 16% consideram que contribuiu parcialmente e 17% indicam que não contribuiu. Estes resultados sugerem que a maioria dos antigos formandos reconhece o impacto positivo do curso no seu crescimento pessoal e social, embora uma parte considere que a formação não correspondeu totalmente a essas expectativas.

Gráfico 51- Considera que o instituto devia retornar os cursos descontinuados

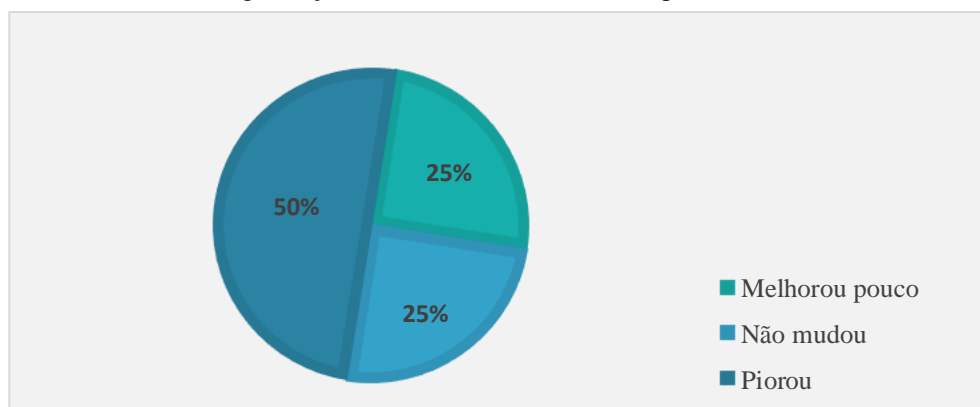


Fonte: Elaborada pela autora

De acordo com os dados do gráfico acima, 83% consideram que o Instituto deveria retomá-los na totalidade, enquanto 17% entendem que tal seria apenas parcialmente necessário. Estes dados evidenciam uma forte preferência dos antigos formandos pela reativação dos cursos descontinuados, sugerindo que estes eram considerados relevantes para a sua formação e empregabilidade.

4.3.4 Membros da CL

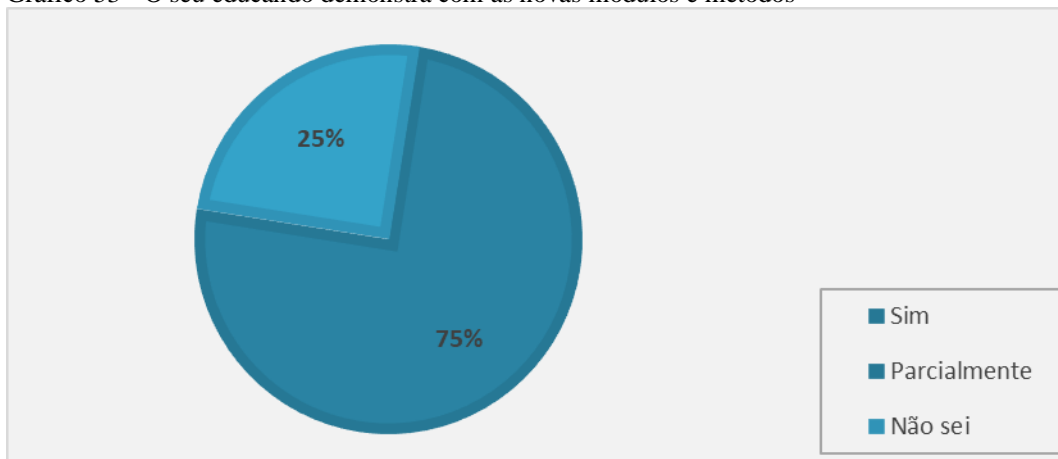
Gráfico 52 - A nova organização curricular melhorou o desempenho do seu educando



Fonte: Elaborado pela autora.

O gráfico 52 acima, na página 53, ilustra que à percepção dos membros da comunidade local sobre o impacto da nova organização curricular no desempenho dos seus educandos, 50% consideram que este piorou, 25% afirmam que melhorou parcialmente, 25% indicam que não houve alteração e nenhum reportou uma melhoria plena. Estes resultados sugerem que a reorganização curricular ainda não contribuiu de forma consistente para melhorar o desempenho dos alunos, o que indica a necessidade de avaliar os efeitos das alterações implementadas.

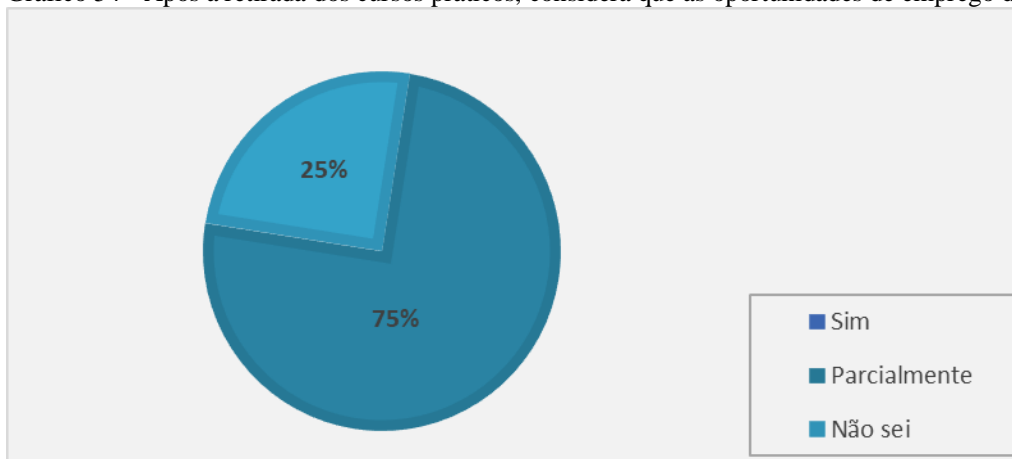
Gráfico 53 - O seu educando demonstra com as novas módulos e métodos



Fonte: Elaboradora pela autora

Quanto à percepção sobre a forma como os alunos demonstram competências com os novos módulos e métodos, 75% dos inquiridos consideram que os formandos demonstram parcialmente essas competências, enquanto 25% entendem que não as demonstram.

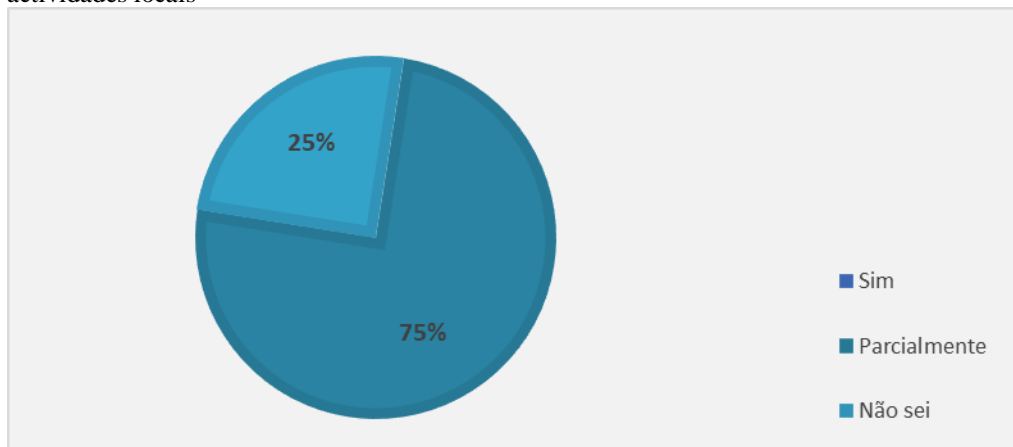
Gráfico 54 - Após a retirada dos cursos práticos, considera que as oportunidades de emprego diminuíram



Fonte: Elaborado pela autora

Quanto à percepção dos formandos sobre o impacto da supressão dos cursos práticos nas oportunidades de emprego, 75% consideram que estas diminuíram parcialmente, enquanto 25% afirmam não saber, conforme ilustra o gráfico 54, na página 54. Estes dados indicam que a maioria dos formandos reconhece um impacto negativo na sua empregabilidade, sugerindo que a eliminação de componentes práticas pode comprometer a sua preparação para o mercado de trabalho.

Gráfico 55 - O novo currículo ajuda os formandos a desenvolver competências para pequenos negócios ou actividades locais



Fonte: Elaborado pela autora

Os dados representados no gráfico acima indicam que, quanto à percepção dos membros da comunidade local sobre a forma como o novo currículo contribui para o desenvolvimento de competências voltadas para pequenos negócios ou atividades locais, 75% consideram que o faz parcialmente e 25% afirmam não saber. Estes dados sugerem que o currículo proporciona alguma preparação para iniciativas económicas locais, embora a percepção da sua plena eficácia ainda seja limitada entre os membros da comunidade.

4.3.5 Membro da direcção do instituto

Questionado sobre “*se com a descontinuidade de cursos práticos (como carpintaria, mecânica e electrecidade), trouxe mudanças sociais concretas na vida dos formandos?*”

Não, não existem evidências nesse sentido. Esta resposta sugere que a suspensão destes cursos pode ter limitado o impacto social da formação, nomeadamente no que se refere à aplicação prática das competências adquiridas e à melhoria da qualidade de vida dos formandos e da comunidade em geral.

Quanto à questão “*das mudanças observadas na motivação, no desempenho e na relação dos formandos com o instituto e a comunidade após a implementação do novo currículo?*” o director pedagógico afirmou:

Os formandos perderam motivação e que, conseqüentemente, o prestígio do instituto diminuiu. Esta observação sugere que a aplicação do novo currículo e a interrupção dos cursos práticos podem ter tido efeitos negativos no envolvimento dos estudantes e na percepção da comunidade sobre a relevância da formação ministrada.

Quanto à questão “se o novo currículo fortalece ou enfraquece o papel social e económico do instituto na vida dos jovens locais e porquê?”

O director pedagógico afirmou:

Há um enfraquecimento do papel económico, não só na vida socioeconómica dos formandos, mas também nas suas famílias e na comunidade em geral. Esta observação sugere que a aplicação do novo currículo pode ter diminuído o impacto positivo do instituto no desenvolvimento económico local e na capacidade de os formandos aplicarem as competências adquiridas em benefício próprio e da comunidade.

Por fim, quando questionado “se acredita que a nova estrutura curricular influenciou a empregabilidade e a inserção económica dos graduados do instituto?”

O director pedagógico salientou:

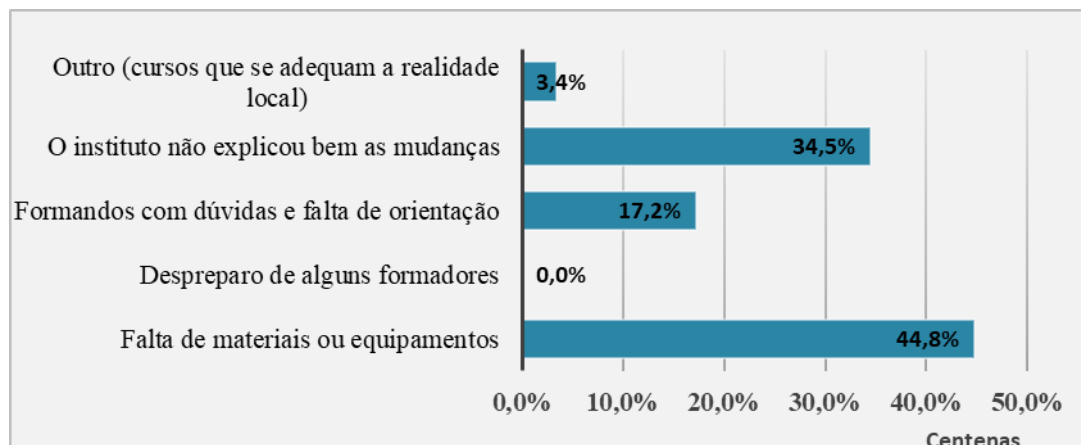
Pode influenciar, mas que não é possível estabelecer comparações com os cursos anteriores. Esta observação sugere que, embora o novo currículo possa ter algum impacto na empregabilidade, a falta de dados comparativos impede uma avaliação adequada do seu efeito em comparação com a formação anterior.

4.4 Desafios resultantes da revisão curricular da Lei nº 26/2022

Esta secção apresenta e discute as informações recolhidas junto dos formandos, formadores, antigos formandos, membros da comunidade local e membro da direcção do instituto.

4.4.1 Formandos

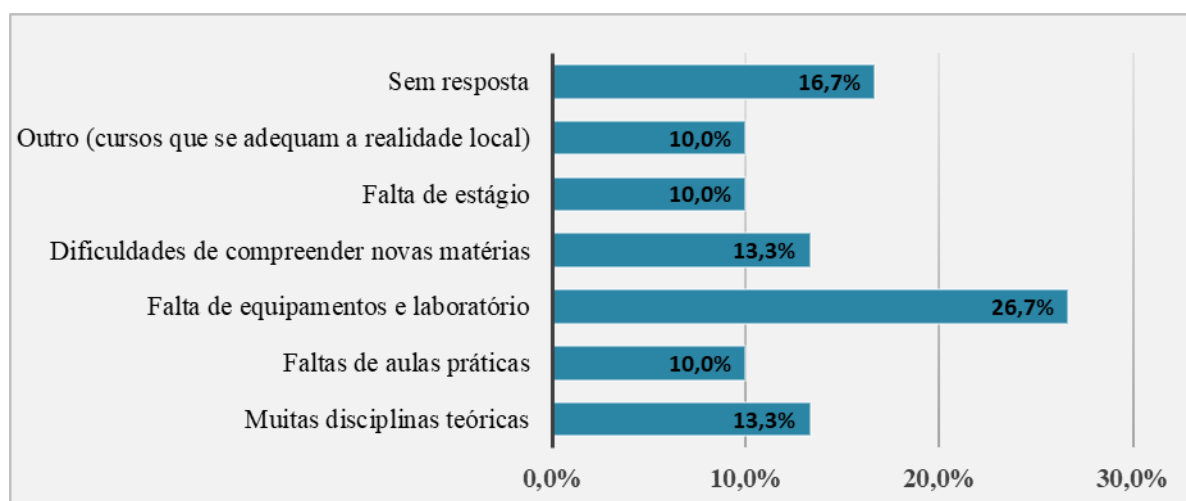
Gráfico 56- Maiores problemas ou dificuldades na aplicação das mudanças



Fonte: Elaborado pela autora

Quanto às dificuldades dos formandos na aplicação das mudanças curriculares, o gráfico acima mostra que 44,8% dos inquiridos apontaram a falta de materiais ou equipamentos, 17,2% referiram dúvidas dos formandos e falta de orientação, 34,5% consideraram que o instituto não explicou adequadamente as mudanças e 3,4% mencionaram outras questões, como a necessidade de haver cursos mais adequados à realidade local.

Gráfico 57- Maiores dificuldades enfrentadas com o novo currículo

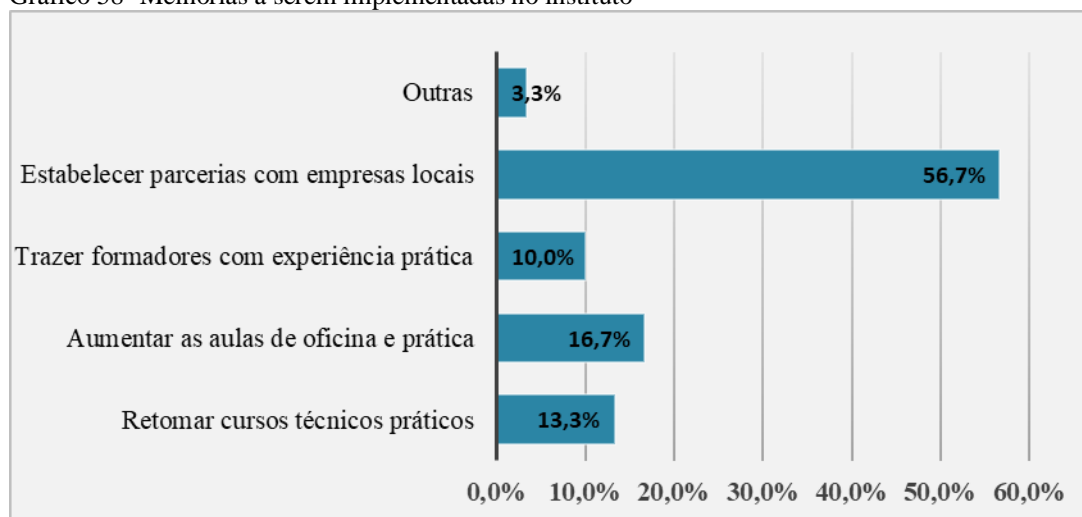


Fonte: Elaborado pela autora

O gráfico 57 acima, mostra que, entre as maiores dificuldades enfrentadas pelos formandos com o novo currículo, 26,7% referiram a falta de equipamentos e de laboratórios, 16,7% mencionaram outros aspetos, como cursos que não se adequam à realidade local, 13,3% referiram o excesso de

disciplinas teóricas, 13,3% referiram as dificuldades em compreender novas matérias, 10% referiram a falta de aulas práticas, 10% referiram a ausência de estágio e 10% não responderam. Estes resultados evidenciam que as principais dificuldades estão relacionadas com a componente prática, os recursos do curso e a sua adequação à realidade local, refletindo limitações que podem comprometer a eficácia da formação.

Gráfico 58- Melhorias a serem implementadas no instituto



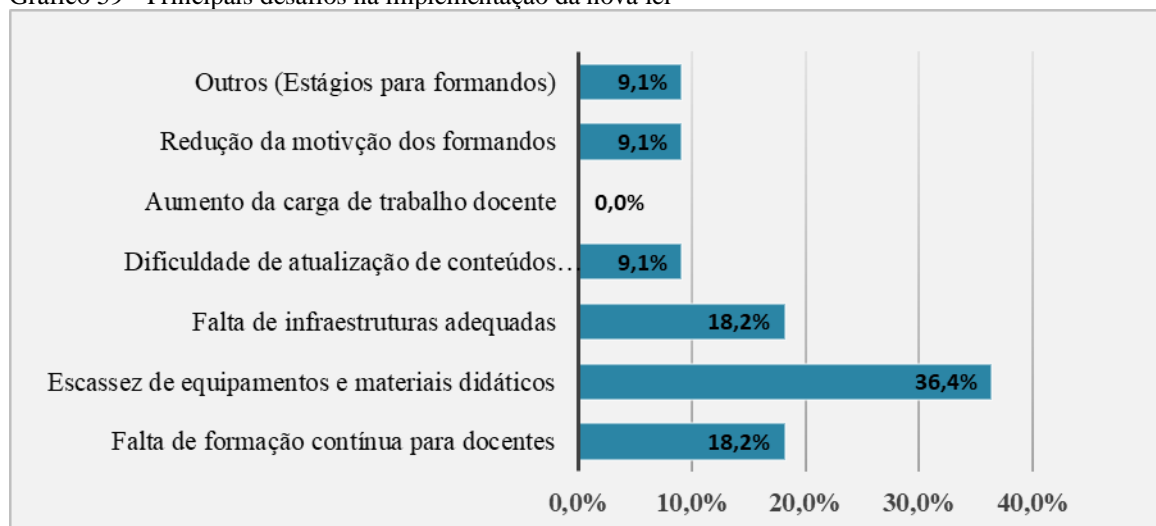
Fonte: Elaborado pela autora

No que se refere às melhorias a implementar no instituto, os dados do gráfico acima indicam que os formandos estabeleceram as seguintes prioridades: 13,3% sugeriram a retomada de cursos técnicos práticos; 16,7% defenderam o aumento das aulas de oficina e prática; 10% propuseram a contratação de formadores com experiência prática; 56,7% consideraram essencial o estabelecimento de parcerias com empresas locais; e 3,3% indicaram outras melhorias.

Estes dados evidenciam que os formandos valorizam sobretudo iniciativas que promovam a ligação prática e profissional do curso ao mercado de trabalho, realçando a importância da experiência prática e da colaboração com o tecido empresarial local.

4.4.2 Formadores

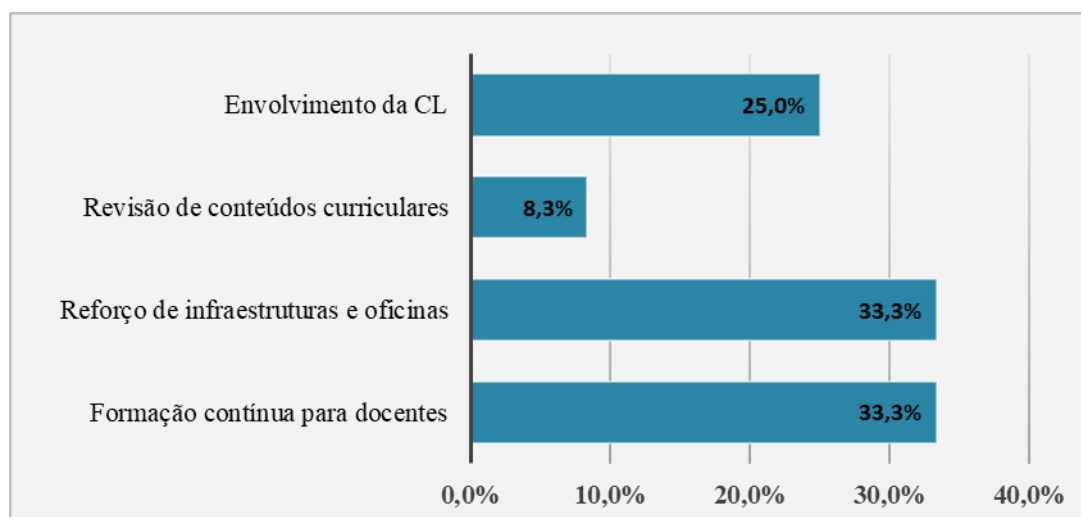
Gráfico 59 - Principais desafios na implementação da nova lei



Fonte: Elaborado pela autora

Os dados do gráfico acima indicam que, na aplicação da nova lei do ETP, os formadores salientaram os seguintes aspetos como principais desafios: 36,4% a falta de equipamentos e materiais didáticos; 18,2%, a falta de formação contínua para os docentes; 18,2%, a inadequação das infraestruturas; 9,1%, a dificuldade de atualização dos programas curriculares; 9,1%, a diminuição da motivação dos formandos; e 9,1%, outros desafios, como a limitação de estágios para os formandos.

Gráfico 60 - Tipo de apoio essencial para melhorar a implementação do novo currículo

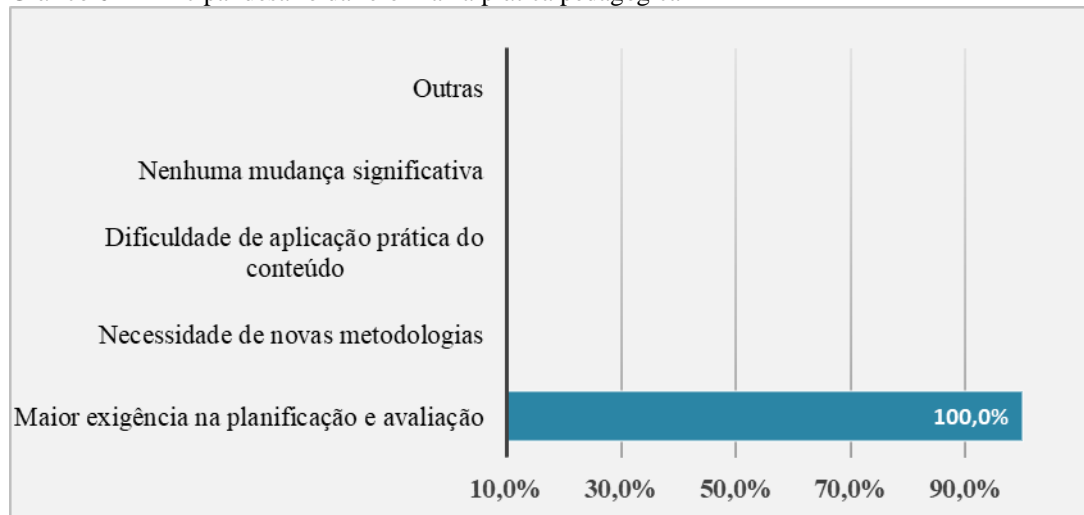


Fonte: Elaborado pela autora

Quanto ao tipo de apoio considerado essencial para melhorar a aplicação do novo currículo, os dados do gráfico acima indicam que 33,3% dos inquiridos referiram a formação contínua dos

docentes; 33,3% apontaram o reforço das infraestruturas e oficinas; 8,3% mencionaram a revisão dos conteúdos curriculares; e 25% destacaram a necessidade de um maior envolvimento da comunidade local.

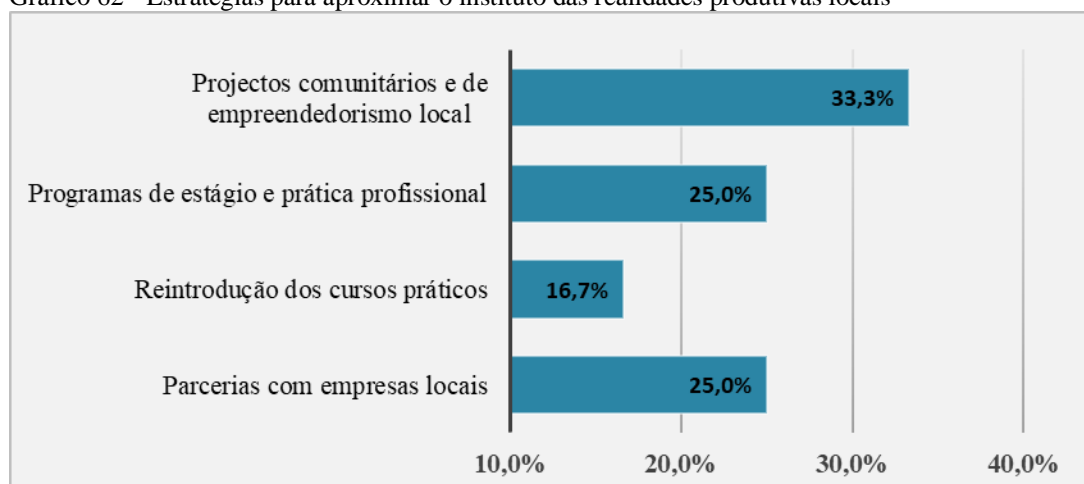
Gráfico 61- Principal desafio da reforma na prática pedagógica



Fonte: Elaborado pela autora

Os dados apresentados acima, ilustram que para os formadores, o principal desafio decorrente da reforma da prática pedagógica é a maior exigência na planificação e avaliação, apontada por 100% dos inquiridos. Embora tenham sido identificadas outras categorias, como a necessidade de novas metodologias, a dificuldade de aplicação prática dos conteúdos, a percepção de ausência de mudanças significativas, entre outras, estas não obtiveram uma expressão percentual significativa.

Gráfico 62 - Estratégias para aproximar o instituto das realidades produtivas locais



Fonte: Elaborado pela autora.

No que se refere às estratégias sugeridas pelos formadores para aproximar o instituto das realidades produtivas locais, de acordo com o gráfico 62, na página 60, 25% propõem o estabelecimento de parcerias com empresas locais, 16,7% defendem a reintrodução de cursos práticos, 25% salientam a importância de programas de estágio e de formação prática e 33,3% apontam para o desenvolvimento de projetos comunitários e de empreendedorismo local. Estas propostas refletem a intenção dos formadores de reforçar a articulação entre a formação ministrada pelo instituto e as dinâmicas económicas da comunidade, privilegiando abordagens que facilitem a integração dos formandos no mercado de trabalho.

4.4.3 Antigos Formandos

Quando questionados sobre “*os aspetos positivos das alterações curriculares introduzidas pela nova lei?*”, os antigos formandos responderam de forma unânime:

- a) *Nenhuma*. Este resultado sugere que as alterações implementadas não foram percebidas como vantajosas pelos formandos, o que pode indicar uma falta de visibilidade das mudanças, uma comunicação insuficiente ou o facto de os ajustes curriculares ainda não responderem às expectativas e necessidades dos estudantes.

Quando questionado sobre “*que recomendações deixaria para melhorar a oferta formativa do instituto e fortalecer a empregabilidade dos formandos?*”

Entre as sugestões mais recorrentes, destacam-se:

- a) *Introduzir cursos mais alinhados com a realidade socioeconómica local;*
- b) *Disponibilizar cursos industriais;*
- c) *Reativar cursos anteriormente oferecidos;*
- d) *Reforçar cursos que favoreçam o autoemprego.*

4.4.4 Membro da direcção do instituto

Questionado sobre “*os principais desafios enfrentados pelo instituto na implementação da nova lei do ETP?*” :

O principal desafio foi a aceitação da revisão curricular. Esta resposta mostra que, para além das questões estruturais ou logísticas, os fatores relacionados com a adaptação institucional e a mudança de mentalidades constituem obstáculos consideráveis à aplicação de novas políticas educativas.

Relativamente a questão “se o instituto recebeu algum apoio técnico, financeiro ou formativo do ministério ou parceiros durante a implementação da nova lei do ETP?”

Houve apoio formativo, mas não foi disponibilizado apoio financeiro. Esta situação evidencia que, embora o apoio técnico tenha sido fornecido para facilitar a implementação da reforma, a ausência de recursos financeiros pode ter limitado a capacidade do instituto para pôr em prática as mudanças curriculares na sua totalidade.

Quanto à questão sobre “*que medidas ou estratégias podem ser adoptadas para tornar o novo currículo mais alinhado com as necessidades sociais e económicas locais dos formandos?*” o diretor pedagógico referiu:

Requalificação das infraestruturas e a disponibilização de novos equipamentos e materiais didáticos adequados à realidade das qualificações. Esta resposta evidencia que a adaptação do currículo às necessidades locais depende não só de alterações pedagógicas, mas também de melhorias estruturais e de recursos que permitam aplicar na prática as competências adquiridas.

Questionado sobre “*que tipo de cursos ou programas considera necessários reintroduzir ou criar no instituto para reforçar o impacto social e económico da formação?*” o diretor pedagógico indicou:

A necessidade de cursos de manutenção industrial, nomeadamente de mecânica geral, mecânica automóvel, eletricidade e construção civil. Esta indicação reflete a importância de alinhar a oferta formativa com as necessidades do mercado de trabalho local, promovendo competências técnicas que aumentem a empregabilidade e o desenvolvimento económico da comunidade.

Sobre “*que papel o instituto pode desempenhar na promoção do desenvolvimento comunitário, dentro do novo currículo?*” o diretor pedagógico respondeu:

Pode ser desempenhado através do desenvolvimento de atividades pelos formandos. Esta resposta evidencia que a interação prática dos estudantes com a comunidade, por meio de projetos e atividades formativas, constitui um mecanismo central para promover o

impacto social e económico local, alinhando a formação técnica com as necessidades da comunidade.

Por fim, quando questionado “sobre comentários ou reflexões finais sobre o processo de revisão curricular e seus efeitos no instituto?”

Os efeitos no Instituto foram nefastos, tal como já havia mencionado ao longo da entrevista, os cursos de manutenção industrial contribuíram bastante na vida sócio-económica dos formandos, suas famílias assim como na comunidade em geral, maioria das casas, carros, mesas e cadeiras aqui na comunidade, foi fruto dos formandos do São Francisco de Assis.

5 CAPÍTULO V: CONCLUSÕES E SUGESTÕES

No presente capítulo faz-se a apresentação das conclusões e recomendações da pesquisa, tomando em consideração os objectivos da pesquisa previamente estabelecidos.

5.1 CONCLUSÕES

O estudo teve como objectivo analisar o impacto da revisão curricular da lei n.º 26/2022, de 29 de dezembro, do ensino técnico profissional na vida socioeconómica dos formandos do Instituto Médio Técnico Profissional São Francisco de Assis, distrito de Marracuene, Província de Maputo (2021-2024).

- i. Identificar as principais mudanças introduzidas pela Lei n.º 26/2022 nos cursos técnico-profissionais do Instituto Médio Técnico Profissional São Francisco de Assis:*

A análise dos dados recolhidos junto dos formandos, formadores, antigos formandos, membros da comunidade local e direção do instituto levou a investigadora a concluir que a referida lei introduziu mudanças estruturais relevantes no currículo do instituto, nomeadamente a redução da componente prática, a descontinuação de alguns cursos práticos e a introdução de novas disciplinas teóricas. No entanto, os dados revelam que uma parte significativa dos formandos não compreendeu claramente essas alterações, o que demonstra limitações na comunicação institucional e uma baixa visibilidade das mesmas no quotidiano pedagógico. Constatou-se também que a informação foi sobretudo disseminada entre pares, refletindo a ausência de processos formais de divulgação da revisão curricular.

- ii. Descrever os impactos da revisão curricular da lei no 26/2022 na vida socioeconómica dos alunos do Instituto Médio Técnico Profissional São Francisco de Assis:*

No cômputo geral, os impactos socioeconómicos observados foram moderados, sobretudo devido à redução de oportunidades de formação prática e à interrupção de cursos adaptados às necessidades produtivas locais. A fraca articulação entre o novo currículo e a realidade económica da comunidade limita a empregabilidade dos formandos, que dependem sobretudo da aprendizagem prática para entrar no mercado de trabalho. A maioria dos inquiridos reconhece que o novo currículo valoriza apenas parcialmente a economia local, limitando a sua capacidade de contribuir para a melhoria das condições de vida dos formandos.

iii. *Avaliar os principais desafios enfrentados pelos formandos e pela instituição decorrentes da implementação das revisões curriculares da Lei n.º 26/2022:*

Entre os principais desafios identificados, enfrentados pelos formandos e pela instituição, destacam-se: a fraca comunicação sobre a nova lei; a escassez de equipamentos e infraestruturas para a prática profissional; a falta de formação dos formadores para trabalharem com o novo currículo; e o desajuste entre a oferta formativa e as necessidades produtivas da comunidade. Os constrangimentos mais salientados pelos formandos prendem-se com a ausência de cursos práticos e com a limitação da prática profissional, ao passo que a instituição enfrenta dificuldades em alinhar a formação com o mercado de trabalho local.

iv. *Propor acções estratégicas que visem melhorar ou potenciar as inovações trazidas pela lei n.º 26/2022 no desenvolvimento social e económico dos alunos do Instituto Médio Técnico Profissional São Francisco de Assis:*

As inovações previstas na lei têm potencial, mas a sua eficácia depende de uma maior aproximação entre o instituto e a comunidade local, bem como de uma aplicação mais robusta dos componentes práticos. Os formadores identificaram estratégias fundamentais, como estabelecer parcerias com empresas, desenvolver projetos comunitários e reintroduzir cursos práticos, que demonstram formas de tornar a reforma mais adequada às realidades locais.

5.2 Sugestões

Sugestões direccionadas aos formadores:

- Participar activamente em acções de formação contínua sobre o novo currículo, contribuindo com feedback real sobre as dificuldades e o potencial observados no terreno.
- Adequar as práticas pedagógicas de modo a reforçar competências que respondam às oportunidades económicas da região.
- Acompanhar a evolução socioeconómica dos formandos, de modo a ajustar as metodologias e os conteúdos.
- Promover projetos comunitários e de empreendedorismo que envolvam os formandos, reforçando o vínculo entre a formação escolar e a economia local.

- Participar activamente no conselho consultivo técnico, sugerindo inovações baseadas nas suas experiências pedagógicas.

Sugestões direccionadas à direcção:

- Envolver os formadores e os técnicos administrativos na análise e validação das alterações introduzidas pela referida lei, garantindo uma interpretação uniforme das orientações curriculares.
- Facilitar encontros regulares entre formadores, coordenadores e gestores para discutir a implementação das mudanças.
- Envolver os formadores e os formandos nas decisões relativas à adaptação da carga horária, à reintrodução de práticas e à reorganização dos laboratórios.

Sugestões dirigidas aos formandos atuais e antigos.

- Colaborar com o instituto em inquéritos regulares sobre empregabilidade, dificuldades enfrentadas no mercado de trabalho e pertinência da formação recebida;
- Participar em atividades de orientação profissional, de modo a permitir ao instituto compreender melhor as necessidades de inserção socioeconómica dos jovens formandos;
- Contribuir, partilhando testemunhos e experiências sobre como eram os cursos antes das reformas, para o processo de documentação histórica e comparação com o novo modelo;
- Participar em encontros e fóruns internos para expressar abertamente as dificuldades enfrentadas, como a falta de prática, a insuficiência de equipamentos e as limitações do mercado;
- Propor soluções ou actividades extracurriculares que complementem as lacunas identificadas;
- Envolver-se em programas de mentoria e em redes de ex-alunos, a fim de ajudar no desenvolvimento de competências profissionais e de espírito empreendedor.

Sugestões dirigidas aos membros da comunidade local:

- Declarar de forma clara quais são as áreas económicas prioritárias da comunidade, de modo a permitir que o currículo se ajuste às necessidades produtivas reais;
- Apoiar estágios e práticas profissionais, facilitando a integração de formandos em unidades produtivas locais.
- Integração em iniciativas de parceria com o instituto, como projectos produtivos, espaços de estágio, oficinas e formação comunitária.
- Participar na definição de áreas estratégicas de desenvolvimento local, contribuindo para a actualização dos cursos técnicos.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguiar, M.A.S (Orgs). *Gestão de Educação. Impasses, Perspectiva e Compromisso*.
- Aplle, M.W. (2000). *Repensando ideologia e currículo*. In: *Moreira, A.F., Silva, T.T. Currículo, Cultura e Sociedade*. 4. ed. São Paulo: Cortez.
- Barroso, J. (2013). *A Reforma Educativa: Mudanças no Currículo e na Gestão Escolar*. Porto Editora.
- Bogdan, R., & Biklen, S. K. (1984). *Pesquisas qualitativas na educação: Uma Introdução da teoria e dos métodos*. Allyn & Bacon.
- Candau, V. M. (2011). *Diferenças culturais e educação: construindo caminhos*. Orgs. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- Chicava, A. (2018). *Reformas educacionais e desafios no ensino técnico-profissional em Moçambique*. Maputo: Editora Moçambicana de Educação.
- Chisholm, L. (2005). *Curriculum responsiveness in South African higher education*. Human sciences Research Council.
- Cortez. Cury, C.R.J. (2004). *Os conselhos de Educação e a Gestão o Sistema*. In Ferreira, N.S.C.
- Cossa, J. (2018). *Análise crítica das políticas públicas de educação em Moçambique : A implementação da Lei 23/2014*. Maputo : Revista de Educação
- Dias Sobrinho, J. (2005). *Dilemas da Educação Superior no Mundo Globalizado: Sociedade do Conhecimento ou Economia do Conhecimento?* São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Fazenda, R. Z., & Cofe, S. M. (2022). *Das reformas curriculares ao seu contributo na melhoria da qualidade de ensino nos subsistemas de ensino e aprendizagem em Moçambique*. Revista da UI_IP Santarém. Edição Temática: Ciências Exatas e da Engenharia.
- Ferreira, A. B. de H. (1986). *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Ferreira, N. (1998). *Gestão democrática da educação: actuais tendências, novos desafios*. São Paulo:
- Fonseca, R. C. V. (2012). *Metodologia do Trabalho Científico*. Editora IESDE Brasil S.A. Curitiba.

- Fullan, M. (2007). *Nova definição da Educação*. Professores do Colégio
- Gesser, V. & Ranghetti, D. S. (2011). *O currículo no ensino superior: princípios epistemológicos para um design contemporâneo*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Programa de Pós-graduação Educação. v.7 n.2. ISSN: 1809-3876. São Paulo: Currículo Revista e-curriculum.
- Godoy, A. S. (1995). *Pesquisa qualitativa: Tipos fundamentais*. Revista de Administração de Empresas, 35(3), 20-29.
- Gonsálves, A. (2020). *Desafios das revisões curriculares no Ensino Técnico- Profissional : Entre a Teoria e a Prática* . Lisboa: Gradiva
- Goodlad, J. (1979). *Investigação do Currículo: Estudo da Prática Curricular*. McGraw-Hill.
- Kuhn, T. S. (1995). *Estrutura científica da Revolução*. Universidade de Chicago Press.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. D. A. (2008). *Metodologia científica*. 5ª ed. São Paulo: Atlas.
- Leite, L. S. (2015). *Métodos quantitativos e qualitativos na pesquisa educacional*. Editora Acadêmica.
- Lenoir, Y. (2006). *As etapas da pesquisa científica: Uma abordagem prática*. Revista Brasileira de Educação, 11(32), 13-14.
- Libâneo, J.C, et al (2007). *Educação escolar: Políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez.
- Macamo, F. (2022). *Impacto da interrupção de Cursos Práticos Profissionais* . Lisboa : Editora Plátano
- Maculuve, S.F., & Nhamposse, A. A. (2024). *Inovações do Programa Integrado da Reforma da Educação Profissional em Moçambique*. Contribuciones a Las Ciencias Sociales. Lisboa: São José dos Pinhais.
- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica*.(5ªEd). São paulo: Atlas S.A.
- MINED-DINET (2002), *Estratégia do Ensino Técnico-Profissional*. Maputo: DINET.
- MINED-DNET (2001), *Estratégia do Ensino Técnico-Profissional em Moçambique*, Seminário Nacional de Consulta Pública Maputo: DINET.

- Ministério da Ciência, Tecnologia (2014) . *Lei n.º 23/2014: Lei da Educação Profissional* .
Maputo : AR
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (2016). *Lei n.º 6/ 2016 que estabelece o quadro de organização , estruturação e funcionamento da educação profissional* .
Maputo : Imprensa Nacional
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (2022). *Lei n.º 26/2022 - Regime Jurídico do Sistema Nacional de Educação Técnico-Profissional*. Governo de Moçambique
- Muhamed, F. (2003), *Estudos rápidos sobre o mercado de trabalho*. Maputo : Fundza
- Mutemba, A. M. (2016). *A política Educativa em Moçambique e os desafios da qualidade do ensino técnico profissional*. Maputo : Plural Editores
- Novela, A (2017). *Formação de Formadores e abordagem por competências* . Maputo: UNISCED
- Popkewitz, T. S (1997). *Reforma educacional: uma política sociológica. Poder e conhecimento em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Sahlberg, P. (2016). *Política e reforma na educação e formação profissional*.MG: Springer.
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lúcio, P. B. (2013). *Metodologia de pesquisa*. McGraw: Hill.
- Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. Companhia das Letras. Sao Paulo:Atlas
- Tyler, R. W. (2013). *Princípios básicos de currículo e ensino*. Campinas : LT
- Yin, R. K. (2014). *Caso de Estudo Pesquisa: Desenho e Métodos*. Sage Publications

7 APÊNDICES

APÊNDICE 1: “INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AO FORMADOR”

Caro formador (a)

O presente questionário integra-se no âmbito do trabalho final do curso de Licenciatura em Organização e Gestão da Educação, lecionado na Faculdade de Educação, Universidade Eduardo Mondlane, cujo tema é “*Análise do Impacto da Revisão Curricular à luz da lei n.º 26/2022, de 29 de dezembro, do Ensino Técnico profissional, na Vida Socioeconómica dos formandos: Caso da Revisão dos Cursos no Instituto Médio Técnico Profissional São Francisco de Assis, distrito de Marracuene, Província de Maputo (2021-2024)*”.

Antecipadamente, agradecemos a sua colaboração e garantimos total confidencialidade das suas respostas, pelo que convidamos a responder de forma franca e honesta.

Assinale com X na resposta que lhe convém e responda com as próprias palavras quando necessário.

SECÇÃO A: DADOS PESSOAIS

A1. Idade: Menos de 25 anos 25–35 anos 35–45 anos mais de 45 anos

A2. Sexo: Masculino Feminino

A3. Grau Académico: Ensino Básico Ensino Médio Licenciatura Mestrado

Doutoramento

A4. Anos de experiência no Ensino Técnico Profissional:

Menos de 1 ano 1–3 anos 4–6 anos 7–10 anos mais de 10 anos

SECÇÃO B: MUDANÇAS CURRICULARES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 26/2022

B1. Já teve contacto directo com o conteúdo da Lei n.º 26/2022?

Sim Não

B2. Caso tenha respondido “Sim”, como teve acesso? (assinale todas as opções aplicáveis):

Formação promovida pela instituição Leitura pessoal do Diário da República

Sessões informativas do Ministério Discussões em reuniões pedagógicas

Outro: _____

B3. Quais das seguintes mudanças curriculares observou após a introdução da Lei n.º 26/2022? (assinale todas as opções aplicáveis):

Alteração na estrutura dos ciclos de formação

Mudanças nas cargas horárias

Redução ou descontinuação de cursos práticos (ex: carpintaria, mecânica, eletricidade)

Implementação de novas metodologias pedagógicas

Alterações nos critérios de avaliação

Introdução de novas disciplinas teóricas

Outras (especifique): _____

B4. Como avalia o processo de implementação do novo currículo no Instituto?

Bem implementado

Parcialmente implementado

Mal implementado

B5. Os formadores foram devidamente envolvidos nas decisões sobre a transição curricular?

Sim Parcialmente Não

B6. Considera que o novo currículo está ajustado às realidades locais e às necessidades da comunidade?

Sim Parcialmente Não

B7. A descontinuidade de cursos técnicos práticos afetou as oportunidades de formação dos jovens locais?

Sim Parcialmente Não

B8. O novo currículo promove o desenvolvimento de competências relevantes para o mercado de trabalho?

Sim Parcialmente Não

B9. As atuais mudanças curriculares contribuem para a inclusão social e económica dos alunos?

Sim Parcialmente Não

SECÇÃO C: IMPACTOS DAS MUDANÇAS CURRICULARES NA VIDA SOCIOECONÓMICA DO ALUNO

C1. As mudanças curriculares introduzidas pela Lei n.º 26/2022 adequam-se à realidade socioeconómica de Marracuene?

Sim Parcialmente Não Ainda não é possível avaliar

C2. Considera que houve melhoria na qualidade do ensino técnico após a entrada em vigor da Lei n.º 26/2022?

Sim Parcialmente Não

Se respondeu “Parcialmente” ou “Não”, especifique:

Especifique: _____

C3: Que evidências positivas observa nos alunos após a revisão curricular?

Maior interesse nas aulas

Participação mais ativa

Melhor aplicação prática dos conteúdos

Nenhuma mudança observável

Outra _____

C4. A retirada dos cursos práticos (carpintaria, serralharia, mecânica, eletricidade) afetou o desempenho e a motivação dos alunos?

Sim Parcialmente Não

C5. A redução das disciplinas práticas comprometeu a aquisição de competências profissionais essenciais?

Concordo totalmente Concordo Neutro Discordo

Discordo totalmente

C6. As mudanças curriculares afetaram negativamente a integração social e económica dos formandos (emprego, estágios, empreendedorismo)?

Sim Parcialmente Não

C7. Acredita que a nova estrutura curricular aumentou ou reduziu as oportunidades de empregabilidade e rendimento dos formandos?

Aumentou Manteve-se igual Reduziu

C8. Em sua opinião, o novo currículo contribui para o desenvolvimento social e económico dos jovens formados pelo Instituto?

Sim Parcialmente Não Ainda não é possível avaliar

SECÇÃO D: DESAFIOS RESULTANTES DA REVISÃO CURRICULAR DA LEI N.º 26/2022 NOS CURSOS DO ITMPSAF

D1. Quais os principais desafios enfrentados com a aplicação da nova lei? (*Assinale todas as opções aplicáveis*)

Falta de formação contínua para docentes

Escassez de equipamentos e materiais didáticos

Falta de infraestruturas adequadas (oficinas, laboratórios, salas especializadas)

Dificuldade na atualização dos conteúdos curriculares

Alunos com dificuldades de adaptação ao novo modelo

Aumento da carga de trabalho docente

Redução da motivação dos alunos

Outros: _____

D2. Que tipo de apoio considera essencial para melhorar a implementação do novo currículo?

Formação contínua para docentes

Reforço de infraestruturas e oficinas

Revisão de conteúdos curriculares

Maior envolvimento da comunidade local

Apoio técnico do Ministério

Outro: _____

D3. Qual é o principal desafio da reforma na prática pedagógica?

Maior exigência na planificação e avaliação

Necessidade de novas metodologias

Dificuldade na aplicação prática dos conteúdos

Nenhuma mudança significativa

Outro: _____

D4. Que estratégias poderiam aproximar novamente o Instituto das realidades produtivas locais?

Criação de parcerias com empresas locais

Reintrodução de cursos práticos descontinuados

Programas de estágio e prática profissional

Projetos comunitários e de empreendedorismo local

Outro: _____

APÊNDICE 2: INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AO FORMANDO

Caro formando (a)

O presente questionário integra-se no âmbito do trabalho final do curso de Licenciatura em Organização e Gestão da Educação, lecionado na Faculdade de Educação, Universidade Eduardo Mondlane, cujo tema é “*Análise do Impacto da Revisão Curricular à luz da lei nº 26/2022, de 29 de dezembro, do Ensino Técnico profissional, na Vida Socioeconómica dos formandos: Caso da Revisão dos Cursos no Instituto Médio Técnico Profissional São Francisco de Assis, distrito de Marracuene, Província de Maputo (2021-2024)*”.

Antecipadamente, agradecemos a sua colaboração e garantimos total confidencialidade das suas respostas, pelo que convidamos a responder de forma franca e honesta.

Assinale com X na resposta que lhe convêm e responda com as próprias palavras quando necessário

SECÇÃO A: DADOS PESSOAIS

A1. Idade: Menos de 16 anos 16–18 anos 19–21 anos 22 anos ou mais

A2. Sexo: Masculino Feminino

A3. Ano/Ciclo que estás a frequentar: 1.º Ano 2.º Ano 3.º Ano

A4. Curso Técnico que frequenta:

Contabilidade Gestão Recepção e Andares Restaurante e Bar

A5. Já frequentou um outro curso antes da reforma curricular?

Sim Não

SECÇÃO B: MUDANÇAS CURRICULARES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 26/2022

B1. Já ouviu falar da nova lei do Ensino Técnico Profissional?

Sim

Não

B2. Se sim, como ficou a saber? (podes marcar mais do que uma opção):

O professor explicou na aula

Ouvi colegas a falarem sobre isso

Pesquisei por conta própria

Outro: _____

B3. Depois da reforma curricular, notou alguma mudança no seu curso?

Sim

Parcialmente

Não

B4. Que mudanças notou? (Pode marcar mais de uma opção)

Retirada de cursos práticos (carpintaria, mecânica, eletricidade, serralharia)

Introdução de novas disciplinas mais teóricas

Redução das aulas práticas ou laboratoriais

Aumento da carga teórica e do número de provas

Outras: _____

B5. Dos cursos que deixaram de ser lecionados, quais considera úteis para o teu futuro ou da tua comunidade?

Mecânica

Serralharia

Carpintaria

Eletricidade Instaladora

SECÇÃO C: IMPACTOS DAS MUDANÇAS CURRICULARES NA VIDA SOCIOECONÓMICA DO ALUNO

C1. Acha que o novo currículo ajuda a te preparares melhor para o mercado de emprego?

Sim

Um pouco

Não

C2. Com o novo currículo, acha que ficou mais fácil ou difícil encontrar estágios ou oportunidades de prática? Por quê?

C3. Acha que a descontinuidade de cursos práticos diminui as oportunidades de emprego para os jovens da comunidade?

Sim

Parcialmente

Não

C4. Acha que o novo currículo valoriza as necessidades e a realidade económica da sua comunidade?

Sim

Parcialmente

Não

C5. Acha que o novo currículo contribui para o desenvolvimento social e económico dos formandos?

Sim

Parcialmente

Não

SECÇÃO D: DESAFIOS RESULTANTES DA REVISÃO CURRICULAR À LUZ DA LEI N.º 26/2022

D1. Quais são os maiores problemas ou dificuldades na aplicação dessas mudanças?

Falta de materiais ou equipamentos

Alguns professores ainda não estão preparados

Muitos formandos têm dúvidas e sentem-se perdidos

A escola não explicou bem as mudanças

Outro: _____

D2. Quais são as maiores dificuldades que enfrenta com o novo currículo?

Muitas disciplinas teóricas

Falta de aulas práticas

Falta de equipamentos e laboratórios

Dificuldade em compreender as novas matérias

Falta de oportunidades de estágio

Outra: _____

D3. Que melhorias gostaria que fossem feitas no seu instituto?

Retomar cursos técnicos práticos

Aumentar as aulas de oficina e prática

Trazer professores com experiência prática

Estabelecer parcerias com empresas locais

Outras: _____

APÊNDICE 3: INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AO ANTIGO FORMANDO

Caríssimo (a)

O presente questionário integra-se no âmbito do trabalho final do curso de Licenciatura em Organização e Gestão da Educação, lecionado na Faculdade de Educação, Universidade Eduardo Mondlane, cujo tema é “*Análise do Impacto da Revisão Curricular à luz da lei n.º 26/2022, de 29 de dezembro, do Ensino Técnico profissional, na Vida Socioeconómica dos formandos: Caso da Revisão dos Cursos no Instituto Médio Técnico Profissional São Francisco de Assis, distrito de Marracuene, Província de Maputo (2021-2024)*”.

Antecipadamente, agradecemos a sua colaboração e garantimos total confidencialidade das suas respostas, pelo que convidamos a responder de forma franca e honesta.

Assinale com X na resposta que lhe convêm e responda com as próprias palavras quando necessário

SECÇÃO A: DADOS PESSOAIS

A1. Idade: Menos de 16 anos 16–18 anos 19–21 anos 22 anos ou mais

A2. Sexo: Masculino Feminino

A3. Ano de conclusão do curso: 2021 2022 2023 2024

A4. Curso concluído:

Carpintaria Mecânica Eletricidade Outro: _____

A5. Situação actual: Empregado Desempregado Empreendedor Outro: _____

SECÇÃO B: MUDANÇAS CURRICULARES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 26/2022

B1. Frequentou o instituto antes ou depois da introdução da nova lei do ensino técnico profissional?

Antes

Depois

Durante o período de transição

B2. Sentiu alguma diferença na estrutura do curso após as mudanças curriculares?

Sim

Parcialmente

Não

B3. Considera que o ensino recebido foi adequado às necessidades do mercado de trabalho local?

Sim

Parcialmente

Não

SECÇÃO C: IMPACTOS DAS MUDANÇAS CURRICULARES NA VIDA SOCIOECONÓMICA DO ALUNO

C1. Depois de concluir o curso, conseguiu emprego na sua área de formação?

Sim

Parcialmente

Não

C2. Considera que o currículo do curso lhe deu competências praticas suficientes para o mercado de trabalho?

Sim

Parcialmente

Não

C3. Acredita que as mudanças curriculares afetaram as oportunidades de emprego dos jovens formados no Instituto?

Melhoraram

Pioraram

Mantiveram-se iguais

C4. Considera que o descontinuo de cursos práticos (como carpintaria, mecânica, serralharia, eletricidade) teve impacto negativo na empregabilidade local?

Sim

Parcialmente

Não

C5. O curso que frequentou contribuiu para o seu desenvolvimento pessoal e social?

Sim

Parcialmente

Não

C6. Considera que o Instituto deveria retomar os cursos práticos descontinuados?

Sim

Parcialmente

Não

SECÇÃO D: DESAFIOS RESULTANTES DA REVISÃO CURRICULAR DA LEI N.º 26/2022

D1. Que aspetos positivos identifica nas mudanças curriculares introduzidas pela Lei n.º 26/2022?

D2. Que recomendações deixaria para melhorar a oferta formativa do Instituto e fortalecer a empregabilidade dos alunos?

APÊNDICE 4: GUIÃO DE ENTREVISTA PARA OS MEMBROS DA CL

Estimado Membro da Comunidade Local (a)

O presente questionário integra-se no âmbito do trabalho final do curso de Licenciatura em Organização e Gestão da Educação, lecionado na Faculdade de Educação, Universidade Eduardo Mondlane, cujo tema é “*Análise do Impacto da Revisão Curricular à luz da lei n° 26/2022, de 29 de dezembro, do Ensino Técnico profissional, na Vida Socioeconómica dos formandos: Caso da Revisão dos Cursos no Instituto Médio Técnico Profissional São Francisco de Assis, distrito de Marracuene, Província de Maputo (2021-2024)*”.

Antecipadamente, agradecemos a sua colaboração e garantimos total confidencialidade das suas respostas, pelo que convidamos a responder de forma franca e honesta.

SECÇÃO A: DADOS PESSOAIS

A1. Idade: Menos de 25 anos 25–35 anos 35–45 anos mais de 45 anos

A2. Sexo: Masculino Feminino

A3. Grau Académico: Sem nenhum nível Nível primário Nível secundário

Nível superior

SECÇÃO B: MUDANÇAS CURRICULARES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 26/2022

B1. Já ouviu falar da nova Lei do Ensino Técnico Profissional?

Sim

Não

Não tenho certeza

B2. Se sim, sente que a escola informou adequadamente aos encarregados sobre essas mudanças?

Sim

Parcialmente

Não

B3. Se “Sim”, quais mudanças notou?

Foram retirados cursos práticos (carpintaria, mecânica, eletricidade, etc.)

Introdução de novas disciplinas

Mudança na duração dos cursos

Outras: _____

SECÇÃO C: IMPACTOS DAS MUDANÇAS CURRICULARES NA VIDA SOCIOECONÓMICA DO ALUNO

C1. A nova organização curricular melhorou o desempenho escolar do seu educando?

Melhorou muito

Melhorou pouco

Não mudou

Piorou

C2. O seu educando demonstra motivação com as novas disciplinas e métodos?

Sim

Parcialmente

Não sei

C3. Após a retirada dos cursos práticos (de carpintaria, eletricidade, mecânica e serralharia) considera que as oportunidades de emprego diminuíram?

Sim

Parcialmente

Não sei

C4. Acredita que o novo currículo valoriza as realidades locais e as profissões técnicas tradicionais?

Sim

Parcialmente

Não sei

C5. O novo currículo ajudou os alunos a desenvolver competências para pequenos negócios ou atividades locais?

Sim

Parcialmente

Não sei

C6. Em sua opinião, o Instituto continua a oferecer uma formação útil para a vida prática dos alunos?

Sim

Parcialmente

Não sei

SECÇÃO D: DESAFIOS RESULTANTES DA REVISÃO CURRICULAR À LUZ DA LEI N.º 26/2022

D1. Quais as principais dificuldades que o seu educando tem enfrentado com o novo currículo?

Falta de aulas práticas

Falta de motivação

Dificuldade em compreender as matérias

Poucas oportunidades de estágio

Outra: _____

D2. Que melhorias gostaria que fossem feitas no ensino técnico-profissional do Instituto?

Reintroduzir cursos práticos

Criar parcerias com empresas locais

Promover mais aulas laboratoriais

Reforçar a comunicação entre escola e encarregados

Outras: _____

APÊNDICE 5: GUIÃO DE ENTREVISTA PARA O DIRECTOR

Estimado (a) Director (a)

O presente questionário integra-se no âmbito do trabalho final do curso de Licenciatura em Organização e Gestão da Educação, lecionado na Faculdade de Educação, Universidade Eduardo Mondlane, cujo tema é “*Análise do Impacto da Revisão Curricular à luz da lei n.º 26/2022, de 29 de dezembro, do Ensino Técnico profissional, na Vida Socioeconómica dos formandos: Caso da Revisão dos Cursos no Instituto Médio Técnico Profissional São Francisco de Assis, distrito de Marracuene, Província de Maputo (2021-2024)*”.

Antecipadamente, agradecemos a sua colaboração e garantimos total confidencialidade das suas respostas, pelo que convidamos a responder de forma franca e honesta.

SECÇÃO A: DADOS PESSOAIS

Idade: _____

Sexo: _____

Nível Académico: _____

Anos de experiência no Instituto _____

SECÇÃO B: MUDANÇAS CURRICULARES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 26/2022

1. Quais foram as principais mudanças curriculares introduzidas nos cursos técnico-profissionais do Instituto?
2. Que impactos institucionais resultaram da aplicação da nova lei (por exemplo, reorganização de cursos, gestão de recursos, número de alunos, etc.)?
3. Considera que essas mudanças respondem adequadamente às necessidades de modernização do ETP, tendo em conta a realidade e as necessidades locais da comunidade de Marracuene?
4. Os cursos atuais refletem as oportunidades de emprego disponíveis em Marracuene e arredores?

SECÇÃO C: IMPACTOS DAS MUDANÇAS CURRICULARES NA VIDA SOCIOECONÓMICA DO ALUNO

1. Com a descontinuidade de cursos práticos (como carpintaria, mecânica, serralharia, eletricidade), há indicadores concretos (dados de abandono, conflitos, participação) que demonstrem mudanças sociais na vida dos alunos?
2. Quais mudanças observou na motivação, desempenho e relação dos alunos com a escola e a comunidade após a implementação do novo currículo?
3. Considera que o novo currículo fortalece ou enfraquece o papel social e económico do Instituto na vida dos jovens locais? Por quê?
4. De que forma acredita que a nova estrutura curricular influenciou a empregabilidade e a inserção económica dos graduados do Instituto?

SECÇÃO D: DESAFIOS RESULTANTES DA REVISÃO CURRICULAR DA LEI N.º 26/2022

1. Quais os principais desafios enfrentados pelo Instituto na implementação da Lei n.º 26/2022?
2. O Instituto recebeu algum apoio técnico, financeiro ou formativo do Ministério ou de parceiros durante a implementação da Lei n.º 26/2022?
3. Na sua opinião, que medidas ou estratégias podem ser adotadas para tornar o novo currículo mais alinhado com as necessidades sociais e económicas locais dos alunos?
4. Que tipo de cursos ou programas considera necessários reintroduzir ou criar no Instituto para reforçar o impacto social e económico da formação?
5. Que papel o Instituto pode desempenhar na promoção do desenvolvimento comunitário dentro do novo quadro curricular?
6. Deseja acrescentar algum comentário ou reflexão final sobre o processo de revisão curricular e seus efeitos no Instituto?

8 ANEXOS



Figura 1- Fotografia dos Formandos do Instituto Médio Técnico Profissional São Francisco de Assis .

Fonte : Arquivo pessoal da autora